

FURG-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

KAREN CRISTINA DIAS DE AVILA

AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR
NA CIDADE DE RIVERA-URUGUAI

Rio Grande
2014

KAREN CRISTINA DIAS DE AVILA

**AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR
NA CIDADE DE RIVERA-URUGUAI**

Dissertação apresentada como exigência parcial
no grau de Mestre em Educação Ambiental junto
ao Programa de Pós-Graduação da Universidade
Federal do Rio Grande - FURG.
Linha de Pesquisa: Educação Ambiental Formal
(FEA).

Orientador: Prof. Dr. Sírío Lopez Velasco.

**Rio Grande
2014**

A958d Avila, Karen Cristina Dias de
As diretrizes curriculares para a educação ambiental escolar na cidade de
Rivera - Uruguai / Karen Cristina Dias de Avila. - 2014.
110 f.

Dissertação (mestrado em Educação Ambiental) - Universidade
Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação
Ambiental, Rio Grande / RS, 2014.

Orientador: Dr. Sírio Lopez Velasco.

1. Currículo 2. Interdisciplinaridade 3. Educação ambiental 4.
Transversalidade. I. Velasco, Sírio Lopez II. Título.

CDU: 504:37

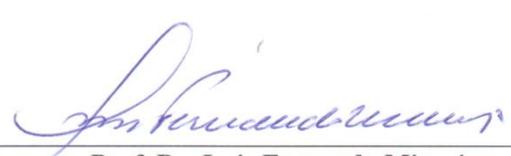
Karen Cristina Dias de Avila

**AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO
AMBIENTAL ESCOLAR NA CIDADE DE RIVERA-
URUGUAI**

Dissertação aprovada como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores.



Prof. Dr. Sirio Lopez Velasco
(Orientador - FURG)



Prof. Dr. Luis Fernando Minasi
(PPGEA/FURG)



Prof. Dr. Álvaro Luís Ávila de Cunha
(UNIPAMPA – CAMPUS URUGUAIANA)

Rio Grande
2014

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Sírío Lopez Velasco, quem, como orientador, me brindou apoio, e abriu caminhos para um maior conhecimento e aprofundamento no curso do Mestrado em Educação Ambiental.

Um agradecimento especial ao Prof. Dr. Luis Fernando Minasi, pelo carinho e pela possibilidade de analisar este trabalho, pelo entusiasmo das suas aulas, proporcionando sempre momentos de reflexão e diálogo-problematizador diante da complexidade do campo da Educação Ambiental.

Agradeço ao Prof. Dr. Álvaro Cunha, pelo seu carinho, e sua disposição em analisar este trabalho.

A todo o corpo docente e colegas do PPGEA que, através das aulas, conseguiram propiciar momentos de reflexão e aprendizado.

À Secretaria de Educação Escolar de Rivera, particularmente ao secretário, José Schubert Gonçalves, às inspetoras Edith Coitinho e Cristina Vas, Luján Villegas, à diretora Silvia Elias, pelo apoio na realização do mestrado e às colegas do Jardim de Infante N° 141, onde desempenho minha função como professora.

À coordenadora da RENEAM/Montevidéo-Uruguai, Laura Barcia, ao diretor do DMA de Rivera, José Almada, quem disponibilizaram um valioso espaço para conceder-me uma entrevista, fornecendo valiosas informações sobre o trabalho desenvolvido.

Ao corpo docente das Escolas: Rural N° 22, e Urbanas N° 86, e 141 pelas entrevistas realizadas, necessárias à pesquisa.

À minha mãe, aos irmãos, sobrinhos e primos por terem compartilhado comigo meus anseios, minhas angústias, mas principalmente por mostrar-me que é possível abraçar uma ideia e concretizá-la, mesmo diante dos obstáculos que se apresentam.

Ao meu querido pai (*in memoriam*,) por todo o estímulo durante minha infância e adolescência, parte das minhas conquistas e fruto de seu estímulo como homem de bem, que sempre me mostrou que, na vida, temos que trilhar o caminho da verdade e da honestidade acima de tudo.

A meu querido Carlos Alberto Piris Dias, pelo otimismo, incentivo e companheirismo sem limites durante a trajetória do mestrado.

À coordenadora, colegas e alunos do Polo Universitário Presencial de EaD Santana do Livramento/RS, um muito obrigado pelo incentivo e apoio na caminhada.

Aos amigos Paulo, Natieli, Rossi, Suzana, pelo carinho, incentivo e companheirismo.

Aos membros da banca que analisarem e avaliarem esta pesquisa.

Muito Obrigada!

“Se viene a la tierra como cera, y el azar nos vacía en moldes pre-hechos. Las convenciones creadas deforman la existencia verdadera. Las rendiciones han venido siendo formales; es necesario que sean esenciales. La libertad política no estará asegurada, mientras no se asegure la libertad espiritual. La escuela y el hogar son las dos formidables cárceles del hombre”.

José Martí

RESUMO

A pesquisa trás como estudo, investigar “As Diretrizes curriculares para a Educação Ambiental Escolar na cidade de Rivera-Uruguai”; como uma temática que faz parte de meu quefazer pedagógico como docente na rede pública escolar do município de Rivera. Neste sentido, buscando um maior esclarecimento e compreensão de como vem sendo desenvolvida as ações de Educação Ambiental nas escolas públicas riverenses, faz-se necessário realizar uma análise detalhada sobre as diretrizes curriculares uruguaia, e da Educação Ambiental no currículo de educação escolar do Uruguai. E para verificar como estas diretrizes curriculares, e a Educação Ambiental, materializam-se no âmbito da rede pública de ensino escolar riverense; foi importante conhecer a opinião dos educadores riverenses a cerca dos conteúdos destas diretrizes curriculares e da Educação Ambiental; assim como, as estratégias e metodologias utilizadas por estes educadores para viabilizar a transversalidade da Educação Ambiental nas ações escolares. E o material coletado, e analisado a partir dos princípios da Educação Ambiental na PNEA brasileira, e de alguns pensadores que vem ao encontro deste eixo temático. Nesse âmbito, para se poder obter um maior esclarecimento acerca das ações de Educação Ambiental realizadas no âmbito escolar riverense, utiliza-se como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa, com a entrevista semi-estruturada com questionário aberto, realizada aos coordenadores do Departamento do Meio Ambiente a nível nacional e local, e a quatro educadores da rede pública escolar riverense. A análise e interpretação dos dados coletados nos mostram, que apesar de que Educação Ambiental esteja contemplada no currículo escolar como linha transversal, perpassando todas as áreas e campos disciplinares que constitui o programa de educação escolar, nos parâmetros atuais em que se encontra o sistema de ensino uruguaio, fica claro de que a Educação Ambiental remete-se apenas ao ponto de vista ecológico, totalmente desconexa da realidade objetiva e material dos seus sujeitos.

Palavras Chave: Currículo. Interdisciplinaridade. Educação Ambiental. Transversalidade.

ABSTRACT

This work aims to investigate “The Curricular Directions for the School Environmental Education in the city called Rivera, in Uruguay” as a theme that is part of my pedagogical work as a teacher in the public school net in the county of Rivera. This way, searching for a better understanding of how Environmental Education actions have been developed in public schools in Rivera, it appeared as a necessity to make a detailed analysis of the Uruguayan curricular guidelines and the Environmental Education in the school syllabuses in Uruguay. To verify how these curricular guidelines, and the Environmental Education are applied in the public schools net in Rivera, it was important to know the educators’ opinions about these curricular guidelines contents and the Environmental Education, as well as , the strategies and methodologies used by these educators to make available the Environmental Education transversality in school actions and the collected and analysed material considering the Environmental Education principles in the Brazilian PNEA, and some ideas from thinkers who address this theme. In this area, to be able to obtain a better understanding about the Environmental Education actions taken inside schools in Rivera, a methodological procedure is used: the qualitative research through semi-structured interviews with open questionnaires made to the Environment Department coordinators in the whole country and also locally and to four teachers from Public Schools in Rivera. The analysis and interpretation of the collected data, shows us that although the Environmental Education is included in the school syllabus as a main line through all the subjects in the School Educational programme in the present parameters where the Uruguayan teaching system is inserted, it is clear that the Environmental Education refers itself only to the ecological point of view, totally disconnected of its individuals’ objective and material reality.

Key words : Curriculum. Interdisciplinarity. Education. Environmental. Transversality.

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANEP- Administração Nacional de Educação Pública do Uruguai
ATD- Assembléia Técnico Docente
CEP- Conselho de Educação Primária do Uruguai
DINAMA- Direção Nacional do Meio Ambiente
EA- Educação Ambiental
EF- Ensino Fundamental
EAE- Educação Ambiental Ecomunitarista
FEA- Fundamentos da Educação Ambiental
FUM- Federação Uruguaia do Magistério
FURG- Universidade Federal de Rio Grande
MEC - Ministério de Educação e Cultura
MVOTMA- Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente
PNUMA- Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente
PIEA- Programa Internacional de Educação Ambiental
PPGEA - Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
RENEA- Rede Nacional de Educação Ambiental
RETEMA- Rede Temática do Meio Ambiente
UFAM- Universidade Federal de Santa Maria
UAB- Universidade Aberta do Brasil
UFPEL- Universidade Federal de Pelotas
UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UDELAR- Universidade da República do Uruguai

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO URUGUAI	24
1.1 Ações de Educação Ambiental a nível nacional.....	24
1.2 Ações de Educação Ambiental a nível local	28
2 O CURRÍCULO ESCOLAR DO URUGUAI.....	30
2.1 Programa de Educação Escolar	30
3 ANÁLISE DAS DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DO CURRÍCULO ESCOLAR DO URUGUAI-RIVERA.....	36
3.1 Análise das Diretrizes da Educação Ambiental	36
3.2 Análise do Currículo Escolar	48
4 A VISÃO DOS EDUCADORES RIVERENSES SOBRE AS DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DO CURRÍCULO ESCOLAR	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	81
ANEXOS	83
APÊNDICES	92

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa traz como foco, investigar a existência de ações de educação ambiental realizadas no currículo escolar da cidade de Rivera-Uruguaí. Deste modo, tornou-se necessário descrever minha trajetória pessoal como educadora neste contexto. E, por possuir dupla cidadania, tenho a grata oportunidade de trabalhar e transitar entre dois países e duas culturas mais que irmãs. De um lado da fronteira, está à cidade de Rivera com uma população de mais de cem mil habitantes, que se dedica à agropecuária, reflorestamento, vitivinicultura e ao comércio de *free-shop*. E do outro lado da rua, está à cidade vizinha, Santana do Livramento/RS, com uma população de cem mil habitantes, que se dedica à pecuária, à produção agrícola, frutífera, e vitivinicultura. Juntas possuem uma faixa de cem quilômetros de fronteira seca, conhecida como Fronteira da Paz. É comum que suas famílias possuam integrantes das duas nacionalidades, trabalhem em ambas as cidades, e falem o “portunhol fronteiriço” que é a mistura dos dois idiomas, português e espanhol. Além da convivência harmoniosa entre as pessoas, possuem como símbolo de integração, o “Parque Internacional”, considerado o único Parque Binacional do mundo. É neste espaço territorial que, desde 1994, desempenho minha função como pedagoga na rede pública de ensino de ambas as cidades. No entanto, durante minha trajetória como professora nesta fronteira, algumas mudanças foram acontecendo na minha vida profissional, em 2005, sendo funcionária de uma escola da rede pública municipal de Santana do Livramento/RS, ao passar na prova de seleção como tutora presencial do curso de Graduação em Educação Especial à Distância, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), fui locada junto ao Pólo Presencial de Santana do Livramento para cumprir minha função como tutora e concomitantemente realizar o Pós-Graduação em Educação Especial pela mesma universidade. Durante minha atividade profissional no Polo, tive a oportunidade de realizar vários cursos. Em 2011, participei do curso de aperfeiçoamento em Educação Ambiental à Distância, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Ao terminar o curso, senti o desejo e a necessidade de conhecer mais sobre esta temática; percebi que ainda me faltava descobrir a compreensão real da complexidade ambiental. No transcorrer do curso, aprendi que a Educação Ambiental não se resumia simplesmente em plantar uma árvore, uma flor, ou na simples coleta do lixo. Ela abrange mais que isso. Foi assim que, buscando respostas aos meus questionamentos sobre a temática

ambiental, descobri, na Universidade Federal de Rio Grande/RS-FURG, a existência do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental- PPGEA, com cursos de mestrado e doutorado. Percebi a necessidade em investigar e aprofundar meus conhecimentos nesta área. Minha vontade em aprender mais me levou-me a participar, em 2010, da seleção para ingressar no curso de Mestrado de Educação Ambiental, como aluna especial, da Universidade Federal de Rio Grande. Desta forma, cursei as disciplinas de Educação Ambiental, Materialismo Histórico e Introdução à Educação Ambiental Ecomunitarista. Estas disciplinas reforçaram ainda mais minha vontade em querer aprender e aprofundar meus conhecimentos na temática ambiental. Em 2011, solicitei meu ingresso ao Mestrado em Educação Ambiental- PPGEA- FURG, como aluna estrangeira do Uruguai. Como requisito de ingresso ao programa, foi-me solicitada a elaboração de um projeto de pesquisa. Foi assim que surgiu minha inquietação em investigar “As Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental Escolar na cidade de Rivera-Uruguai”, como uma temática que faz parte do meu contexto e fazer pedagógico.

Realizar esta investigação é talvez uma tarefa desafiadora e instigante para mim; mas para abordá-la, percebi a necessidade de reportar-me ao marco histórico da Educação Ambiental e os fatores determinantes que levaram os seres humanos a terem um olhar diferenciado frente às questões ambientais. Sob esta ótica, a pesquisa buscou investigar especificamente como a Educação Ambiental está sendo abordada no currículo escolar e no fazer pedagógico dos educadores riverenses. Neste contexto, pareceu-me importante recordar o marco histórico da Educação Ambiental, e analisar como se vem processando a relação dos seres humanos com a natureza no decorrer da história da humanidade. Torna-se relevante dizer que, com o passar dos séculos, o uso que os seres humanos fazem da

natureza já não se dá numa relação de uso de acordo a satisfação de suas necessidades e, sim, na devastação da natureza na lógica do capital. Que os problemas ambientais acentuam-se no mundo decorrente do processo de desenvolvimento do modelo capitalista e da apropriação desmedida dos recursos naturais e humanos.

Para a execução da pesquisa, foi fundamental investigar as diferentes ações de Educação Ambiental realizadas no espaço-temporal do transcurso da história da humanidade. Para tal, busquei dialogar com autores, que vêm, ao longo dos anos, estudando e analisando este eixo temático. Diante de todos os acontecimentos acima expostos, na seção dois, torna-se relevante afirmar que vários países, buscando respostas à emergente problemática ambiental, realizaram, em junho de 1972, o primeiro encontro mundial programado pela ONU, a

Conferência de Estocolmo-Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que teve como objetivo buscar soluções aos problemas ambientais que vinham surgindo. Estocolmo representa o início do diálogo entre as nações industrializadas e em desenvolvimento. Nesta conferência, como estratégia para atacar a crise do meio ambiente, cria-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e recomenda-se a criação do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA).

E paralelo a estes acontecimentos, no cenário internacional, em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, promove-se, em 1975, em Belgrado o encontro Internacional sobre Educação Ambiental. Neste encontro, foram formulados os princípios, as orientações para a construção do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), e a elaboração da “Carta de Belgrado”, que afirma:

Que a geração de então era testemunha de um crescimento econômico e um processo tecnológico sem precedentes, os quais, ao mesmo tempo em que trouxeram benefícios para muitas pessoas, produziram também sérias consequências ambientais e sociais. Não é mais aceitável lidar com esses problemas cruciais de uma forma fragmentada. Os recursos do mundo deverão ser utilizados de modo a que beneficiem, a toda a humanidade, propiciando a todos a possibilidade de qualidade de vida, distribuição equitativa dos recursos da terra, atendendo as necessidades dos povos. Reforma dos processos e sistemas educacionais como ponto central para a construção dessa nova ética de desenvolvimento e ordem econômica mundial. Isto requerer um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, escola e a comunidade, sistema educacional e a sociedade (DIAS, 2004 p.101, 102 e 103).

A partir da carta de Belgrado, surge a necessidade do exercício de uma nova ética global, com a erradicação da pobreza, do analfabetismo, da dominação e exploração humanas, da distribuição equitativa dos recursos naturais e da reforma dos sistemas educacionais, por considerarem a educação vigente fragmentada e isolada da realidade. Solicita-se também que os recursos do mundo sejam usados de modo a beneficiar toda a humanidade, numa articulação solidária do ser humano com a natureza, buscando-se uma estrutura global e equilibrada. Dois anos mais tarde, em 1977, realiza-se em Tbilisi, na Geórgia, (ex-União Soviética), a “Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental” a nível mundial. Este evento foi considerado um dos principais eventos internacionais a favor da Educação Ambiental até então realizado, que, fortemente inspirada pela Carta de Belgrado, foi responsável pela elaboração dos objetivos, das estratégias, dos princípios e ações orientadoras em Educação Ambiental a serem adotados pelas nações até os dias atuais. A Declaração de Tbilisi, a exemplo das manifestações internacionais anteriores, também entendeu que a educação ambiental é resultado da reorientação e compatibilidade de diferentes disciplinas que facilitam uma percepção integrada dos problemas ambientais,

proporcionando capacitação para ações suficientes em relação às necessidades sócio-ambientais, e definiu as seguintes finalidades para a Educação Ambiental:

- 1) Fazer compreender a existência e importância da interdependência econômica, social, política e ecológica nas zonas urbanas e rurais;
- 2) Proporcionar, a todas as pessoas, a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido de valor, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente;
- 3) Induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais, e na sociedade em seu conjunto, a respeito do meio ambiente (DIAS, 2004, p.109)

E editou os seguintes Princípios norteadores da Educação Ambiental:

- 1) Considerar o meio ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais criados pelo homem (tecnológico, social, econômico, político, histórico, cultural, moral e estético);
- 2) Construir um processo contínuo e permanente, começando pelo pré-escolar e continuando através de todas as fases do ensino formal e não formal;
- 3) Aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada;
- 4) Examinar as principais questões ambientais, do ponto de vista local, regional, nacional e internacional de modo que o educando se identifique com as condições ambientais de outras regiões geográficas;
- 5) Considerar de maneira explícita os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e de crescimento;
- 6) Insistir no valor e na necessidade de cooperação local, nacional e internacional para prevenir e resolver os problemas ambientais;
- 7) Considerar, de maneira explícita os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e de crescimento;
- 8) Ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais;
- 9) Destacar a complexidade dos problemas ambientais e, em consequência, as necessidades de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver tais problemas;
- 10) Utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais (DIAS, 2004, p.112)

Até a Conferência de Estocolmo, o ambiente era visto como formado pela fauna e pela flora; eram considerados mais os aspectos abióticos como temperatura, radiação solar, e o solo (DIAS, 2004, p. 112). Mas a partir dali esta concepção muda. A Educação Ambiental passa a ser constituída com os aspectos: bióticos, abióticos, a cultura do ser humano; a Educação Ambiental não pode ser vista somente desde o ponto de vista ecológico; ela faz parte das dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas, ideológicas dos seres humanos; deve ser considerada numa abordagem holística, integral, fazendo parte de todos os aspectos da vida; deve estar presente no ensino formal e não formal, na escola, na família, na comunidade; deve chegar a todos os âmbitos. A dimensão ambiental deve ser inserida no ensino formal, permeando todas as disciplinas dos programas escolares. Como afirma Dias (2004, p.113), com práticas interdisciplinares, reunindo ações de diferentes disciplinas num mesmo tema, aproveitando o conteúdo de cada disciplina, para obter uma visão global.

Favorecer as questões primeiramente locais próprias daquele contexto, para depois analisar as questões regionais e internacionais, estas muitas vezes desconexas das realidades dos seres humanos, e realizar ações articuladas entre instituições governamentais e não governamentais, agindo coletivamente. Segundo Dias (2004) de nada adianta termos desenvolvimento econômico se não temos desenvolvimento social; de nada serve termos os dois se não temos um desenvolvimento sustentável, um modo de desenvolvimento que permita a distribuição dos bens econômicos e sociais enquanto se assegura a qualidade ambiental para as gerações presentes e futuras.

Além das finalidades e dos princípios, em Tbilisi, dividem-se os objetivos da Educação Ambiental nas seguintes categorias: **Consciência**- a Educação Ambiental deve ajudar aos indivíduos e grupos sociais adquirirem consciência do meio ambiente global e sensibilizarem-se por estas questões; **Conhecimento**- ajudar as pessoas a adquirir diversidade de experiências e compreensão acerca dos problemas do meio ambiente; **Comportamento**- ajudar a todos a comportar-se com uma série de valores, e sentirem interesse e preocupação pelo meio ambiente, motivando-os de tal modo para que participem ativamente da melhoria e proteção do meio ambiente; **Habilidades**- ajudar as pessoas a adquirirem habilidades necessárias para resolver problemas ambientais; **Participação**- proporcionar aos indivíduos e grupos sociais a possibilidade de participar ativamente nas tarefas que têm por objetivo resolver problemas ambientais.

E nesta mesma época, no Uruguai, a partir dos encontros internacionais de Educação Ambiental, cria-se, em 1972, o Instituto Nacional de Prevenção do Meio Ambiente (INPMA), e, em 1974, em plena ditadura militar, cria-se o Ministerio de Vivienda y Promoción Social, extinguindo-se em 1977. É neste contexto, ao ler o livro: *La Educación Ambiental Una Demanda del Mundo Hoy*, fica explícito no relato dos educadores uruguaios que a inserção da Educação Ambiental ao sistema de educação escolar do Uruguai teve um grande entrave político na época da ditadura militar, e que se passaram anos para que os educadores percebessem sua relevância. Fica explícito também, que a Educação Ambiental no Uruguai foi enriquecida a partir da década de 70, e a problemática ambiental começa a aparecer como uma temática na dimensão ecologista sem ter em conta as dimensões sociais, econômicas e políticas. E que durante três décadas os educadores resumiram suas atividades: à limpeza das instituições escolares, ao plantio de árvores em espaços verdes e nas proximidades dos centros escolares em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, no 5 de junho, resumindo a Educação Ambiental ao aspeto ecológico, esquecendo de relacioná-la às questões políticas,

sociais e econômicas de cada região. Nesta época, a Educação Ambiental para a sociedade uruguaia não tinha validade didática, os problemas e conflitos ambientais não tinham um interesse e relevância social.

Isto fica bem claro no filme *El Escuadrón de la Muerte, Uruguay y la Dictadura Militar*, quando a historiadora Magdalena Broquetas relata os episódios e acontecimentos políticos ocorridos na década de 60 e 70. A historiadora diz que, nesse momento, o Uruguai estava passando por uma mudança política, e para podermos situá-lo nesta década, temos que retornar um pouco à história, ano 1958, e situá-lo na mudança histórica de quase 100 anos de governo do partido tradicional Colorado, deixando o poder para o partido Nacional. Nesta mesma época, foi criado paralelamente com a estrutura do estado, mas fora da estrutura do governo, um organismo que tinha como finalidade terminar com a militância que não estava de acordo com os parâmetros da política oficial do governo, conhecido como o Esquadrão da Morte. Era uma ferramenta paramilitar e policial de governos autoritários da direita, usado como um recurso externo para torturar, sequestrar, fazer atentados, sem comprometer os governos com suas ações. O esquadrão da morte no Uruguai foi um grupo paramilitar que nasceu dentro do governo autoritário de Pachecuarco e estendendo-se ao governo de Juan Maria Bordaberry, representantes do partido Colorado e da C I A dos EUA. Este grupo surge na América Latina para reprimir os movimentos populares, estudantis e sindicalistas. Quanto à questão econômica, se situarmos o Uruguai na década dos anos 1940 a 1950, pode-se dizer que nesta época os trabalhadores cresceram qualitativamente e quantitativamente, ou seja, qualitativamente no sentido da sua organização, das formas de reivindicações. Que o terrorismo no Uruguai começa nos anos 60, quando os governos tradicionais desta época ocultaram as ações dos grupos fascistas de extrema direita que dirigiam o Uruguai. Nesse mesmo período surgem movimentos estudantis de defesa à liberdade, e vários atentados aos comitês partidários, às casas dos militantes, aos periodistas vinculados à esquerda, assim como também sequestros de pessoas. Diz Juan Raul Ferreira, especialista em relações internacionais, relata que, nesta época, era comum sentir os atentados constantes nas ruas. E as invasões terroristas do estado que, para controlar o cumprimento da lei, violavam os direitos básicos constitucionais, desrespeitando a dignidade humana. Diversos autores uruguaianos afirmam que, na década de 70, os problemas e conflitos ambientais não tinham nenhuma validade social, e que a Educação Ambiental estava reduzida ao ponto de vista ecológico, e que sua inserção aos organismos governamentais, deu-se na década de (Achkar, 2002; Domínguez, 2007; Pesce, 2007).

Outros acontecimentos importantes que contribuíram para a discussão das políticas de Educação Ambiental a nível mundial foram: o Seminário sobre Educação Ambiental, na Costa Rica, 1979; e o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambientais, em Moscou 1987. Neles recomenda-se às nações o cumprimento dos objetivos e dos princípios orientadores para a Educação Ambiental recomendados em Tbilisi. Nesta mesma data, 1987, ocorreu a divulgação do relatório *Nosso Futuro Comum*, conhecido como Relatório Brundtland. Neste documento, inaugura-se a terminologia desenvolvimento sustentável, concebido como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades. Neste relatório, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento reafirma o uso excessivo dos recursos naturais, que não consideraram a capacidade de suporte dos ecossistemas. Aponta-se uma série de medidas que devem ser tomadas pelos países para favorecer o desenvolvimento sustentável: limitação do crescimento populacional; garantia dos recursos básicos (água, alimentos); preservação da biodiversidade dos ecossistemas; diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis; aumento da produção industrial nos países não industrializados, com tecnologias ecologicamente adaptadas; controle da urbanização desordenada; atendimento das necessidades básicas (escola, saúde e moradia). A Conferência de Tbilisi e o Relatório Brundtland inauguram um novo paradigma de desenvolvimento sustentável (DIAS, 2004, p.119).

E no Uruguai, na década de 80 e 90, o modelo de Educação Ambiental esteve centrado na promoção de conhecimentos e atitudes sobre o meio ambiente com uma visão ecologista conservacionista (Achkar, 2002; Domínguez, 2007; Pesce, 2007). E nesta mesma época, mas precisamente no ano 90, década da inclusão da Educação Ambiental nos órgãos governamentais, cria-se o MVOTMA (Ministério de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente).

A nível internacional aconteceram outros eventos de Educação Ambiental: o Seminário Latino Americano de Educação Ambiental na Argentina, 1988; Rio 92; conhecida como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Eco-92, a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, realizada em Thessaloniki, Grécia, 1998. Nesta conferência afirmam-se as recomendações e os planos de ação reconhecido na Conferência de Belgrado, na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, Tbilisi, na Conferência sobre Educação e Treinamento Ambiental, em Moscou 1987, no Congresso Mundial para Educação

e Comunicação sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de Toronto, 1992. Mas reconhece que, passados cinco anos da Conferência Rio -92, houve um desenvolvimento insuficiente da Educação Ambiental (DIAS, 2004 p. 196). E na Declaração de Thessaloniki, é solicitado às nações que honrassem os compromissos já assumidos pelas conferências realizadas, assim como as finalidades, objetivos, estratégias e princípios elaborados e estabelecidos a partir da Conferência de Tibilisi, como os alicerces a serem colocados em prática pelas nações a nível mundial.

No Uruguai, em 2001, cria-se a Rede Temática de Meio Ambiente (RETEMEA); e, em 2005 cria-se a Rede Nacional de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável.

E no recente evento Rio + 20 (Conferência das nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável) organizado pelo ONU, realizado no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 13 a 22 de junho de 2012, participaram deste evento como membros representantes do Programa de Educação Ambiental- PPGEA- FURG, vários professores, entre os quais o Prof. Dr. Sírio Lopez Velasco, o qual a partir deste evento, escreve um artigo, dando-nos uma Breve Panorâmica da Rio + 20. Velasco, no artigo, relata que o evento culminou com uma declaração de quarenta e nove páginas assinadas pelos 193 países participantes, intitulada, o futuro que queremos. Diz que participaram do evento 120 chefes de estado e mais de 17 delegados, e que o Brasil foi representado por uma delegação sob a responsabilidade do Ministério da Educação, e por docentes universitários do Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande. Descreve também que a parte oficial do evento aconteceu no Riocentro, fora da cidade, e que nesse evento realizaram-se os Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável. E que, em uma das sessões, os delegados oficiais e os representantes da sociedade civil indicaram, mediante votação, aos chefes de estado, três sugestões:

- 1) Incluir os danos ambientais como valores negativos no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) e apreciar os projetos pelo seu índice de desenvolvimento social;
- 2) Promover pela Educação Ambiental um entendimento holístico do desenvolvimento sustentável tendo em mente os aspectos ambientais, econômicos, políticos e sociais;
- 3) E que os governos façam as suas compras considerando os padrões de sustentabilidade dos respectivos produtos.

Neste contexto, ficou explícito que, no documento final, Rio + 20, que futuro se quer, somente nos parágrafos 229 a 235 fala-se da educação, assim explícitos:

Art.229-Reafirmar o compromisso com o direito à educação e reforçar a cooperação internacional para alcançar o acesso universal à educação escolar, especificamente para os

países em desenvolvimento. Reafirmar o acesso pleno à educação de qualidade em todos os níveis é condição essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, a igualdade de gênero, e o desenvolvimento humano. Bem como a realização dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente. Foi enfatizada também a necessidade de garantir o acesso à educação a pessoas com deficiência, a povos indígenas, a comunidades locais, a populações de minoria étnica e para os que vivem em áreas rurais.

Art.230-Reconhecer que as gerações mais jovens são os guardiões do futuro, e que é necessário melhorar a qualidade e acesso à educação para além do nível escolar. Para isso, será necessário dotar os sistemas educacionais de meios para preparar melhor os jovens para a promoção do desenvolvimento sustentável, nomeadamente através de uma melhor formação de professores, do desenvolvimento de currículos em torno da sustentabilidade; do desenvolvimento de programas escolares que abordem as questões ligadas à sustentabilidade; de programas de formação que preparem os estudantes para carreiras em áreas relacionadas com a sustentabilidade; e de uma utilização eficaz de tecnologias de informação e comunicação para melhorar os resultados da aprendizagem. Solicita também a existência de uma maior cooperação entre escolas, comunidades e autoridades para promover o acesso à educação de qualidade em todos os níveis.

Art.231-Encorajam os Estados Membros a promoverem a conscientização para o Desenvolvimento Sustentável entre os jovens, nomeadamente, através da promoção de programas de educação não formal, em conformidade com as metas da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Art.232- Enfatizam a importância de uma maior cooperação internacional para melhorar o acesso à educação, inclusive através da construção e reforço de infraestruturara em educação, aumentando o investimento em educação, particularmente os que melhorem a qualidade de educação para todos os países em desenvolvimento. Assim como os intercâmbios educacionais internacionais e parcerias, incluindo a criação de bolsas de estudo para ajudar a atingir metas de educação global.

Art.233-Solicitam que se tome decisão e se integre o Desenvolvimento Sustentável mais ativamente na educação para além da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014).

Art.234-Encorajar as instituições de ensino a considerarem a adoção de boas práticas em gestão da sustentabilidade em suas comunidades, com a participação ativa de alunos,

professores e comunidade local, e ensinar o desenvolvimento sustentável como um componente integrado a todas as disciplinas.

Art.235-Ressaltam a importância de apoiar instituições de ensino, especialmente instituições de ensino superior em países em desenvolvimento, para desenvolver programas de qualidade e inovadores, incluindo o empreendedorismo e a formação profissional, habilidades profissionais, formação técnica, profissional e aprendizagem ao longo da vida, orientada para preencher as lacunas de competências para promover os objetivos nacionais de desenvolvimento sustentável. Sobre esta ótica, concordo com Velasco, quando manifesta, em seu artigo, que para a construção desse futuro, o Futuro que queremos, somente uma página refere-se explícita e diretamente à educação, ficando totalmente despercebido o termo Educação Ambiental.

Nesta mesma época, no Brasil, foram aprovadas pelo Ministério de Educação do Brasil, em 2012, as Diretrizes Curriculares Gerais Nacionais para a Educação Ambiental. São elas:

- 1) Estímulo à visão complexa da questão ambiental, a partir das interações dinâmicas entre ambiente, cultura e sociedade, situando a questão ambiental no tempo e no espaço, considerando as influências políticas na relação humana com o ambiente, bem como o estudo da diversidade biológica e seus processos ecológicos vitais;
- 2) Abordagem da Educação Ambiental numa dimensão sistêmica, inter, multi e transdisciplinar, contínua e permanente inserida em todas as áreas de conhecimento e componentes curriculares, em projetos e atividades da vida escolar e acadêmica, enfatizando a natureza como fonte de vida e relacionando o meio ambiente com outras dimensões como a pluralidade étnico-racial, enfrentamento do racismo ambiental, justiça social e ambiental, saúde, gênero, trabalho, consumo, direitos humanos;
- 3) Abordagem crítica dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da hidrosfera, atmosfera, biosfera, biosfera, sociosfera e tecnosfera, contextualizando os conhecimentos a partir da dinâmica da paisagem, da bacia hidrográfica, do bioma, do clima, dos processos geológicos, das ações antrópicas e suas interações, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, os usos e os problemas devem ser identificados e valorados;
- 4) Incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos técnicos e metodológicos que aprimorem a cidadania ambiental, com a participação ativa nas tomadas de decisões, com responsabilidade individual e coletiva (pública e privada) em relação ao meio ambiente local, regional e global;

- 5) Valorização da diversidade sob a ótica da Educação Ambiental, trazendo os múltiplos saberes e olhares científicos, de povos originários e tradicionais sobre o meio ambiente, captando os vários sentidos que os grupos sociais lhes atribuem, numa perspectiva transdisciplinar;
- 6) Inserção da Educação Ambiental no Projeto Político-Pedagógico dos estabelecimentos de ensino de forma multi, transdisciplinar e interdisciplinar, como um plano coletivo da comunidade escolar e acadêmica;
- 7) Promoção de espaços estruturantes nas escolas e comunidades (baseados no conceito de círculos de cultura de Paulo Freire), que incentivem a participação da comunidade escolar no planejamento e gestão de projetos de conservação, preservação e recuperação ambientais voltados para a melhoria da qualidade de vida, combatendo práticas relacionadas ao desperdício, degradação e consumismo;
- 8) Promoção de observação, percepção, levantamento de hipótese e registro da realidade ambiental, para a construção do conhecimento na escola a partir das experiências tradicionais e dos saberes multidisciplinares como ciências, artes, educação e comunicação entre outros;
- 9) Incentivo a uma visão de mundo humanista e interpretativa, contextualizada historicamente e baseada no reconhecimento e respeito das diferenças, e na cooperação, democracia, justiça social, liberdade e sustentabilidade;
- 10) Abordagem da Educação Ambiental que propicie uma postura crítica e transformadora de valores, de forma a reorientar atitudes para a construção de sociedades sustentáveis, reconhecer o protagonismo social e colocar o próprio educando como componente, agente da gestão sustentável e beneficiário da repartição de recursos do meio ambiente.

Após o diversificado estudo realizado sobre Educação Ambiental, propus-me investigar a existência de Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental no sistema de ensino público Escolar do Uruguai, especificamente na cidade de Rivera, como uma temática que faz parte de meu quefazer educativo. Foi assim que, para levar a cabo a investigação aqui proposta, delimitei o problema da pesquisa, os objetivos e as ações metodológicas a serem aplicadas na mesma.

Como Problema da Pesquisa, busquei investigar quais são as principais Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental nas escolas riverenses, e como seus educadores entendem seus conceitos centrais.

Quanto à Hipótese, atrevo-me dizer que o Uruguai não possui um Programa Nacional de Educação Ambiental, mas a Educação Ambiental apresenta-se no Currículo Escolar como uma proposta transversal que não se enfatiza.

E fundamentada na revisão documental, enfatizei como Objetivo Geral: Analisar as Diretrizes Curriculares, e a Educação Ambiental no Programa de Educação Escolar do Uruguai. E como Objetivos Específicos busquei:

- a) Verificar como as Diretrizes Curriculares e a Educação Ambiental Escolar materializam-se no âmbito da rede pública de ensino da cidade de Rivera-Uruguai;
- b) Conhecer a opinião dos educadores riverenses acerca dos conteúdos destas Diretrizes Curriculares e de Educação Ambiental;
- c) Analisar estas Diretrizes a partir dos princípios da Educação Ambiental na PNEA Brasileira, e de alguns pensadores.

E para o esclarecimento do fenômeno da pesquisa, realizei, como ação metodológica, a análise dos seguintes documentos oficiais: Lei Geral de Educação Nº 18.437, Capítulo VII; Artigo 40, Educação Ambiental como linha Transversal; as Diretrizes de Educação Ambiental elaboradas pela Rede Nacional de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável do Uruguai (RENEA); a PNEA, Artigo 4º, Princípios da Educação Ambiental do Brasil; o Programa de Educação Escolar do Uruguai e os PPP das escolas rurais e urbanas, correspondentes a esta investigação. Deste modo, a análise destes documentos permitiu-me compreender como está sendo abordada a Educação Ambiental no âmbito do sistema educacional do Uruguai. Percebi também que a análise documental é um estudo descritivo que fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informações sobre leis públicas de educação (TRIVIÑOS 1987, p.111). Além destes documentos, para a coleta de dados, usei, como instrumento na pesquisa, a entrevista semiestruturada, com questionário aberto, aplicadas aos coordenadores do Departamento do Meio Ambiente a nível nacional e local, e aos educadores riverenses de escolas do ensino público rural e urbana. Neste contexto, tanto a análise documental como as entrevistas semiestruturadas, realizadas com os educadores riverenses, servirão para que o descrito sobre a situação da Educação Ambiental na cidade de Rivera/Uruguai sirva também como referência (no mérito e no respeito) para se pensar orientações e ações de Educação Ambiental no Brasil e em especial na fronteira com Uruguai.

1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO URUGUAI

1.1 Ações de Educação Ambiental a nível nacional

Tomando como referência as recomendações da Conferência de Estocolmo e Tibilisi, sobre as finalidades e objetivos da Educação Ambiental a serem colocadas em prática a nível mundial, surge minha inquietação em investigar a existência de ações de Educação Ambiental no Uruguai.

Quadro 1- Organização das ações de Educação Ambiental no Uruguai.

Ano 2005	Criação da RENEА- Rede Nacional de Educação Ambiental
Ano 2006	Primeiro Encontro da RENEА (Montevideu)
Ano 2008	Promulgação da Lei Geral de Educação Nº 18.437 ^a dispõe, no cap. VII, artigo 40, a inserção da EA transversal no sistema nacional de educação; e segundo Encontro da RENEА (Atlântida)
Ano 2010	Terceiro Encontro da RENEА (Montevideu)

Fonte: Autor da pesquisa.

Pode-se afirmar que, no Uruguai, mais precisamente em 2008, a partir da atual Lei Geral de Educação Nº 18.437¹, dispõe-se, em seu Capítulo VII Artigo 40, que a Educação Ambiental para o Desenvolvimento Humano Sustentável seja inserida como linha transversal no sistema nacional de educação. Assim expressa na lei: Art. 40: (las líneas transversales). El Sistema Nacional de Educación, en cualesquiera de sus modalidades contemplará líneas transversales entre las cuales se encuentran: La educación ambiental para el desarrollo humano sostenible: tendrá como propósito que los educandos adquieran conocimientos con el fin de fomentar actitudes y comportamientos individuales y colectivos, para mejorar las relaciones entre los seres humanos y de éstos con el entorno. Procurará desarrollar habilidades para potenciar un desarrollo humano sostenible en la búsqueda de una mejora sostenida de la calidad de vida de la sociedad.

Tendo em conta as disposições da lei, da inserção da Educação Ambiental como linha transversal em todo o sistema de educação do Uruguai, a Rede Nacional de Educação

¹Disponível em:<http://www.leyeducacion.mec.gub.uy/doc/texto_completo_ley_educacion.pdf>. Acesso em nov. de 2012. Neste site esta explícita a Lei Geral de Educação do Uruguai, Nº 18.437, Capítulo VII, Art.40.

Ambiental - RENEA² começa, a partir de 2005, a construir coletivamente entre sociedade civil e governo, as dimensões pedagógicas da Educação Ambiental a serem integradas ao âmbito da educação formal e não formal.

Em abril de 2006, na cidade de Montevideu-Uruguai, realiza-se o Primeiro Encontro Nacional de Educação Ambiental³. Participaram do encontro professores do ensino fundamental e médio, educadores e estudantes da UDELAR (Universidade da República do Uruguai), funcionários administrativos das instituições de ensino públicos e privados; entre todos assumem o compromisso de construir coletivamente as dimensões pedagógicas da Educação Ambiental, integrando os âmbitos formais e não formais, saberes populares e os acadêmicos. Neste encontro, consideraram também que a Educação Ambiental deve estar incorporada como linha transversal em todo o sistema de educação, e que o currículo deve estar em sintonia com a realidade social, econômica, política e cultural de cada regional.

No Segundo Encontro da RENEA⁴ (Rede Nacional de Educação Ambiental), realizado em junho de 2008, em Atlântida, participaram educadores do Ensino Fundamental, Médio e Superior, estudantes, e funcionários de instituições públicas e privadas. Nele reitera-se a importância da inserção da Educação Ambiental como linha transversal no sistema de educação, sua abrangência no âmbito da educação formal e não formal, e a necessidade da Educação Ambiental contribuir para a mudança do atual modelo econômico hegemônico, e que as instituições governamentais e não governamentais melhorem sua articulação e assumam seu papel representativo com a rede.

No Terceiro Encontro, da RENEA⁵, em 2010, salientam a importância de que sejam abordadas metodologias que desafiem a criatividade, a inovação, com enfoques integrados, transversais e complementares, para evitar a visão fragmentada da realidade. E que se propiciem a diversidade de espaços institucionais que transcendam os espaços escolares.

² Disponível em: <<http://www.reduambiental.edu.uy/>>. Acesso em: 5 nov. 2012. Neste site encontra-se detalhada a Rede Nacional de Educação Ambiental do Uruguai.

³ É importante lembrar que, para abordar a temática da EA no Uruguai, além da entrevista semi-estruturada com a coordenadora da RENEA, B, realiza-se também a análise bibliográfica do livro “Hacia una Pedagogia de la Educación Ambiental”, onde estão descritos o recorrido histórico da Red Nacional de Educación Ambiental Para el Desarrollo Sostenible-RENEA; e a declaração final do primeiro encontro realizado na cidade de Montevideu, abril de 2006, encontra-se na página 7 e 8 do livro mencionado.

⁴ No segundo encontro da Rede Nacional de Educación Ambiental Para el Desarrollo Sostenible-RENEA, realizado em junho de 2008, em Atlântida-Uruguai, encontram-se, na declaração final, descritas as diretrizes para a educação ambiental, nas páginas 9,10 e 11, do livro “Hacia una Pedagogia de la Educación Ambiental”.

⁵ No terceiro encontro da RENEA, realizado em maio de 2010, em Montevideu-Uruguai, em sua declaração final, encontram-se descritas as diretrizes para a educação ambiental, nas páginas 12, 13 e 14, do livro “Hacia una Pedagogia de la Educación Ambiental”.

Reconhecem que as relações sociais e econômicas limitam as relações técnicas educacionais, e solicitam que a Educação Ambiental seja vinculada como linha transversal a todo o sistema de educação.

Na declaração final dos encontros realizados pela rede foram elaboradas as Diretrizes para a Educação Ambiental, a serem consideradas num futuro Programa de Educação Ambiental a nível nacional.

- 1) A Educação Ambiental deve estar constituída num processo pelo qual se adquiram conhecimentos que permitam a mudança de atitudes e comportamentos individuais e coletivos, para melhorar as relações entre os seres humanos e estes com seu entorno;
- 2) A Educação Ambiental deve contribuir para a mudança do atual modelo econômico hegemônico, não sustentável;
- 3) Propõe-se a incorporação da Educação Ambiental, na perspectiva da transversalidade, em todo o sistema educativo, no Ensino Fundamental, Básico e Superior, e na Formação de Professores como efeito de que incorporem esta visão no seu quefazer profissional;
- 4) Propõe-se que o currículo escolar esteja em sintonia com a realidade sócio-econômica, política e cultural;
- 5) Considera-se importante que a Educação Ambiental esteja presente no âmbito da educação formal e não formal;
- 6) Incentivam-se os projetos de Educação Ambiental, e as saídas de campo, importantes para a motivação e sensibilização dos alunos;
- 7) Considera-se fundamental que todas as instituições governamentais e não governamentais assumam seu compromisso representativo com a RENEIA, no âmbito nacional e local;
- 8) Solicitam de que cada município promova uma ativa participação cidadã na gestão ambiental do seu contexto;
- 9) Consideram que a Pedagogia da Educação Ambiental seja ensinada de acordo aos riscos e a incertezas características desta época, com uma educação no exercício do direito cidadão, com compromisso ético, com novos modos de ler os problemas, com enfoques integrados, transversais, para evitar a visão fragmentada da realidade;
- 10) Ressalvam a importância de promover metodologias que desafiem a criatividade e a inovação, com práticas que combinem intelecto com sensibilidade; e diversidade de espaços institucionais que transcendam os tempos escolares;
- 11) Propõem que a Rede Nacional de Educação Ambiental seja fortalecida como espaço de articulação e incidência nos programas de educação, primordialmente na formação de

professores, e no Ensino Superior, permitindo enriquecer o marco teórico, o conteúdo e seu impacto multiplicador;

12) Salientam a importância de elaborar um Programa Nacional de Educação Ambiental, realizar cursos e seminários com membros da educação formal e não formal, para fortalecer a capacitação e atualização em Educação Ambiental dos educadores, tendo em conta a especificidade de cada região.

Após realizar a identificação e verificação das diretrizes de Educação Ambiental elaboradas nos encontros realizados pela RENE A, realizei uma entrevista com a coordenadora responsável pela Rede Nacional de Educação Ambiental, com o intuito de investigar como será abordada a Educação Ambiental no Uruguai. A coordenadora (LB) diz que, no Uruguai, não existe um organismo gestor de Educação Ambiental como há, por exemplo, no Brasil. Fala-nos da existência da DINAMA (Direção Nacional do Meio Ambiente) a nível nacional e municipal, tendo o mesmo concluído suas atividades em 2011, passando, em março de 2012, a fazer parte do MVOTMA (Ministério de Vivienda e Ordenamiento Territorial e Medio Ambiente). E que a partir desta data, cabe ao poder executivo as seguintes responsabilidades: determinar as políticas nacionais do meio ambiente, a elaboração e aplicabilidade das políticas, e dos programas em matéria ambiental, a garantia da proteção e conservação da biodiversidade biológica; a conservação dos recursos naturais renováveis e hídricos; a promoção do desenvolvimento sustentável; a integridade da política ambiental; e sua regulação normativa. Durante a entrevista, a coordenadora dá ênfase na futura criação de um Plano Nacional de Educação Ambiental, tendo em conta a especificidade de cada região.

Diz que a Rede Nacional de Educação Ambiental tem como propósito, realizar oficinas com educadores do Ensino Fundamental, Médio e Superior, com delegados do conselho de educação, para juntos construir e definir: O que é Educação Ambiental? E que Educação Ambiental queremos? Salienta que cada região terá a autonomia de elaborar suas estratégias, e as temáticas a serem trabalhadas num período de cinco anos, com um projeto de Educação Ambiental quinquenal.

Mas pretende-se que a Rede Nacional de Educação Ambiental tenha sua própria estrutura como organismo independente de governos para continuar no tempo. Ressalva que o Ministério de Educação e Cultura (MEC) é o órgão que financia o trabalho da Rede, mas a RENE A é um organismo independente que realiza assembleias anuais com delegações governamentais e não governamentais para estabelecer as estratégias para todo o ano, e reuniões a cada dois meses com os delegados de cada município.

1.2 Ações de Educação Ambiental a nível local

No caminho da investigação, e buscando informações sobre ações de Educação Ambiental realizada a nível local nesta cidade de Rivera, entrevistei o diretor do Departamento do Meio Ambiente na cidade. Neste contexto, o diretor do DEMA, diz que a Prefeitura Municipal de Rivera está composta por três departamentos: Departamento de Higiene Ambiental; Departamento de Zoonosis; Departamento de Extensión.

Diz também que, além dos trabalhos realizados por cada secretaria, realizam-se atividades de visitação a instituições de Ensino Fundamental, e básico. Seu departamento possui uma equipe técnica composta por biólogos, veterinários, engenheiros, químicos, cabendo aos mesmos realizar as oficinas didáticas quando solicitado pelos centros de educação. O diretor do DEMA diz que entre o Departamento do Meio Ambiente de Rivera e a União Européia de Portugal construíram uma plataforma para a coleta e classificação de resíduos orgânicos e inorgânicos, e conjuntamente construíram o Programa URB-AL III Pampa-⁶Binacional: Aglomerados Urbanos em Área Protegida, que está formado pela cidade de Rivera/Uruguai, e os municípios de Santana do Livramento/RS, Rosário do Sul/RS e Alegrete/RS/Brasil. Este programa de cooperação horizontal entre autarquias europeias e latino-americanas tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento socioeconômico da população, assim como a aquisição e aplicação de boas práticas no âmbito das políticas urbanas regionais. Esta é uma área protegida que vai desde o Valle del Lunarejo em Rivera-Uruguai, ate a área de proteção ambiental do Ibirapuitã, no Rio Grande do Sul -Brasil. Pelo seu alto potencial natural e turístico, o URB-AL-PAMPA é considerado uma área protegida Binacional entre dois países, Uruguai e Brasil/RS. Diz que a área de reserva ambiental que corresponde a seu município é o Valle del Lunarejo⁷ localizado a 65 km da fronteira correspondente às cidades de Rivera e Santana do Livramento/RS, na faixa N° 30 com direção norte-sul, km 238 na cidade de Rivera. Diz que a população da comunidade e as mulheres

⁶ Disponível em: <<http://www.urbalpampa.com>> Acesso em: 22 nov. 2012.

A área foco do projeto Urb-al compreende “Aglomerados Urbanos em Áreas Protegidas: métodos para promover o desenvolvimento socioeconômico da população com tutela da natureza”. O território no Uruguai está formado: pelo Parque Regional Natural do Valle del Lunarejo, pelo Parque Gran Bretaña; pelo território uruguaio que une os dois parques e os conectados aos limites internacionais da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã. No Brasil: pela área de proteção ambiental do Ibirapuitã; pelo entorno de reserva biológica estadual do Ibirapuitã; pela serra do Caverá (Alegrete e Rosário do Sul); pelo território que conecta o entorno da reserva biológica e a serra do Caverá à BR 290.

⁷ Disponível em <<http://www.inspedirivera.blogspot.com.br/2012/08/blog-post.html>> Acesso em: 7 de janeiro 2013.

artesãs desta região levam a cabo, juntamente com a Escola Nº 22, pertencente à comunidade, um projeto de artesanato em tear e lã rústica; e com a produção e comercialização de seus produtos criam renda para si e sua família. Além destes projetos, o Departamento do Meio Ambiente realiza a construção de viveiros de montes nativos, elaboração de doces artesanais com elementos dos montes silvestres, apicultura, ecoturismo. O diretor diz que o DEMA realiza um trabalho cooperativo e em rede com outros municípios, com instituições governamentais e não governamentais, e com ONGs.

2 O CURRÍCULO ESCOLAR DO URUGUAI

2.1 Programa de Educação Escolar

Desde 2008, a Educação Escolar do Uruguai⁸ possui um Programa de Educação Escolar, de caráter universal, e aplicado a todos os centros escolares públicos e privados, que abrange desde a Educação Infantil, três anos de idade, até o sexto ano escolar do Ensino Fundamental.

O Programa de Educação Escolar é um documento oficial que contém uma seleção de princípios estabelecidos e fundamentados pela Lei Geral de Educação Nº 18. 437⁹, que determina, no Capítulo II, os seguintes Princípios de Educação:

Art.6º) De la universalidad: Todos los habitantes de la República son titulares del derecho a la educación, sin distinción alguna. El cuidado y educación de los hijos e hijas para que éstos alcancen su plena capacidad corporal, intelectual y social, es un deber y un derecho de los padres;

Art.7º) De la obligatoriedad: Es obligatoria la educación inicial para los niños y niñas de cuatro y cinco años de edad, la educación primaria y la educación media básica y superior. A tales efectos, se asegurará la extensión del tiempo pedagógico y la actividad curricular a los alumnos de educación primaria y media básica. Los padres, madres, o responsables legales de niños, niñas y adolescentes, tienen la obligación de inscribirlos en un centro de enseñanza y observar su asistencia y aprendizaje;

Art.8º) De la diversidad e inclusión educativa: El Estado asegurará los derechos de aquellos colectivos minoritarios o en especial situación de vulnerabilidad, con el fin de asegurar la igualdad de oportunidades en el pleno ejercicio del derecho a la educación y su efectiva inclusión social. Para el efectivo cumplimiento del derecho a la educación, las propuestas educativas respetarán las capacidades diferentes y las características individuales de los educandos, de forma de alcanzar el pleno desarrollo de sus potencialidades;

Art.9º) De la participación: La participación es un principio fundamental de la educación, en tanto el educando debe ser sujeto activo en el proceso educativo para apropiarse

⁸ Disponível em: < www.dfpd.edu.uy/ifd/fraybentos/materiales/Programa_Escolar.pdf > Acesso em: 22 nov.2012.

⁹ Disponível em: < http://www.leyeducacion.mec.gub.uy/doc/texto_completo_ley_educacion.pdf > Acesso em 22 nov. 2012.

en forma crítica, responsable y creativa de los saberes. Las metodologías que se apliquen deben favorecer la formación ciudadana y la autonomía de las personas;

Art.10) De la libertad de enseñanza: La libertad de enseñanza estará garantizada en todo el territorio nacional y tal como lo establece el artículo 68 de la Constitución de la República, la intervención del Estado será al solo objeto de mantener la higiene, la moralidad, la seguridad y el orden públicos". Asimismo, promoverá la calidad y pertinencia de las propuestas educativas;

Art.11) De la libertad de cátedra: El docente, en su condición de profesional, es libre de planificar sus cursos realizando una selección responsable, crítica y fundamentada de los temas y las actividades educativas, respetando los objetivos y contenidos de los planes y programas de estudio. Asimismo, los educandos tienen la libertad y el derecho a acceder a todas las fuentes de información y de cultura, y el docente deber de ponerlas a su alcance.

O Programa de Educação Escolar é um documento oficial que contem a seleção de saberes, conteúdos e princípios estabelecidos pela Lei Geral de Educação Nº 18. 437¹⁰, a serem ensinados nas escolas. Foi elaborado com a participação de representantes do Conselho de Educação Primário (CEP), da Federação Uruguaia do Magistério (FUM), das Assembléias Técnicas Docentes (ATD), e dos professores da Educação Básica e Superior. Este Programa de Educação tem em conta a análise Filosófica, Pedagógica e Didática da educação, e está estruturado por áreas: Área do Conhecimento de Línguas; Área do Conhecimento Matemático; Área do Conhecimento Artístico; Área do Conhecimento da Natureza; Área do Conhecimento Social; Área do Conhecimento Corporal (Educação Física). Cada área possui seu campo disciplinar, sua fundamentação, seus objetivos, seus aspectos disciplinares e didáticos específicos. Seus conteúdos e saberes disciplinares estão organizados e sequenciados em redes conceituais por área e nível de conhecimento, que vai desde a Educação Infantil até o sexto ano escolar do Ensino Fundamental. Seus conteúdos curriculares, entendidos como saberes a serem ensinados no âmbito escolar, variam no tempo e se correspondem com cada cultura e cada momento histórico; não se repetem, e não estão delimitados de forma hierárquica; são os professores, que em seus planejamentos, determinam de que forma serão abordados.

Segundo consta nos registros do Programa de Educação escolar do Uruguai, as idéias diretrizes estão orientadas e fundamentadas na construção do cidadão do século XXI, na democracia social, nos direitos humanos, na diversidade, na participação, na postura ética, no

¹⁰ Disponível em:< http://www.leyeducacion.mec.gub.uy/doc/texto_completo_ley_educacion.pdf> Acesso em 22 nov. 2012.

trabalho digno e na solidariedade. Têm em conta como temas transversais: a Educação Ambiental, a Educação Sexual, e a Promoção da Saúde. E sua proposta educativa está fundamentada no marco das ciências da educação, que tem como referencia três disciplinas: a Filosofia da Educação, a Pedagogia e a Didática. Esta mesma proposta diz que a educação é um direito de todas as pessoas, que o saber é público e, como tal, deve estar destinado a todas as pessoas como direito. Sob esta ótica, e como educadora que faz parte desta realidade educativa, ao analisar as idéias expostas no Programa de Educação Escolar, vejo do meu ponto de vista, que por mais que se enfatizem idéias de emancipação do ser humano, ficam ainda explícitos na prática escolar cotidiana das escolas, os discursos, as ações, é o exercício de poder de dominação fundamentado ainda nas idéias do século XX, este modelo hegemônico cultural aceitava a competição, a verticalidade do poder, e o convívio com a injustiça.

Percebo claramente que este discurso de educação tem buscado convencer a sociedade de que certas situações e processos são normais, de que é necessária sua aceitação sem questionar. Usam esse discurso para não colocar em risco a harmonia da sociedade e assegurar o poder hegemônico. Mas seus supostos sociais e educativos ainda estão centrados no positivismo, no princípio da racionalidade técnica. Neste sentido, percebo que ao mesmo tempo em que o Programa de Educação Escolar do Uruguai fundamenta-se numa educação como práxis libertadora, como ato político fundamental que supera os supostos do positivismo, ele ainda apresenta-se fora do contexto político e cultural da sua sociedade, com um modelo passivo de homem, submisso e acrítico.

Oposto a essa fundamentação de educação, percebo que a práxis cotidiana e aquela onde os seres humanos buscam emergir de sua ignorância e inconsciência, e conquistar as condições necessárias para intervir na sua realidade histórica atual, sem deixar de reconhecer as especificidades individuais de cada ser, e nem as relações intersubjetivas com outro. Para transcender o enfoque positivista e sua racionalidade técnica, precisa-se mais que uma estrutura organizada do sistema, tem que se construir formas alternativas de transformação consciente que visem uma mudança social, não como um problema exclusivamente da educação, mas como um ato político. Neste sentido, particularmente, penso que, para que o Programa de Educação Escolar do Uruguai esteja orientado nas idéias de Paulo Freire, é necessário que os educadores estabeleçam o compromisso de que o político converta-se em algo mais que pedagógico e o pedagógico em algo mais que político. Considero também que o homem é um ser de relação social e histórica, mas para que ele possa ser sujeito do seu

processo, estar no e com o mundo, a educação tem que ser um ato de humanização, de conscientização, de construção de um pensamento crítico.

Em consonância com esta idéia, Paulo Freire (1987, p.75) diz que, para educação problematizadora enquanto um fazer humanista e libertador, o importante está em que os homens submetidos à dominação lutem por sua emancipação. Nesta concepção antropológica, o homem situa-se na busca de si como sujeito, na relação de seu saber e do saber dos outros, da sua cultura e da cultura dos outros. Neste sentido, somente sobre esta ótica de pensamento é que os seres humanos podem fazer-se sujeitos das suas mudanças juntos a outros sujeitos, de mudar a realidade em que vivem transformando-se.

Continuando esta análise, percebo também que o Programa de Educação Escolar do Uruguai está orientado de acordo com os princípios da autonomia como compromisso ético e profissional, da democracia, da garantia da pluralidade de opinião, da crítica, do respeito aos outros sujeitos. Que se enfatiza também a importância da consciência e subjetividade no processo de formação e autoformação dos seres humanos, com base na solidariedade, na responsabilidade, na construção de uma sociedade mais justa, onde os sujeitos possam construir um modelo de educação com base nos direitos humanos. Que a obrigatoriedade e gratuidade estão explícitas no Programa de Educação escolar como direito humano de todos os sujeitos, cabendo ao Estado garantir os meios de educar-se, e ao sujeito a participação na determinação dos fins da educação. Desta forma, a gratuidade da escola é colocada como um poderoso instrumento na prática da igualdade democrática, e como possibilidade dos sujeitos resolverem a inclusão, e a exclusão social, cultural, política e ideológica. Acredita-se que a igualdade constitui a essência e existência do homem, e que nesta relação de emancipação será preciso respeitar a si mesmo e ao outro, reconhecer sua identidade, e a do outro, e rejeitar a ideia de homogeneidade versus diversidade.

Em contrapartida com esta idéia, me atrevo dizer que esta é uma condição humana que só poderá ser conquistada no seu concreto social, nas suas relações como sujeitos ativos no processo de conquista da sua autêntica liberdade; no entanto, o atual modelo de educação do Uruguai não nos permite realizar isto. Apesar de estarem explícitas no Programa de Educação Escolar ideias renovadoras de educação, ainda continuamos com um modelo de educação descontextualizado da realidade social vigente. Sob esta ótica de pensamento, o Prof. Dr. Minasi, educador do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental- FURG, diz que a gratuidade da escola não tem se constituído esse instrumento, porque a gratuidade da escola não garante a permanência e nem tampouco o êxito dos alunos na escola. E que a

inclusão nela organizada está longe de atender as exigências humanas para a emancipação social de todos que nela estão.

No Programa de Educação Escolar do Uruguai, encontram-se explícitos os seguintes conceitos para a formação integral do homem e do cidadão: a igualdade, a integridade, e a liberdade, que não são contempladas. Nele ressalva-se uma educação contra a estrutura de um modelo individualista e competitivo; e favorece a construção de um modelo de educação fundamentado nos princípios da solidariedade, da cooperação, da busca do homem em recuperar sua humanidade, em conhecer-se a si próprio e em compreender e respeitar ao outro numa relação intersubjetiva, como uma sociedade mais justa e fraterna; numa relação dialógica e dialética entre educador-educando, educando-educador.

Após ter realizado a análise do Programa de Educação Escolar, percebo que, apesar de nele estarem explícitas as ideias do educador Paulo Freire, suas ideias não estão contempladas pela grande maioria dos educadores riverenses. Neste sentido, temos que reconhecer que ainda nos falta um grande caminho a trilhar para chegar à verdadeira inserção do método de Paulo Freire em nosso contexto escolar. E para explicar tal afirmação, reconheço como o autor que a educação autêntica não se faz de A para B ou de A sobre B, mas, de A com B mediatizados pelo mundo (PAULO FREIRE 1987, p. 84). Que o diálogo proposto pelas elites é vertical, impedindo os seres humanos de dizerem a palavra. Neste sentido, o diálogo tem que ser dado numa relação horizontal. E nesta relação dialógica, o educador deve partir sempre da realidade do educando, do seu conhecimento, das suas experiências, e vivências, para, a partir daí, construir novos conhecimentos, e uma cultura vinculada aos seus interesses e não aos interesses da elite. Salienta Paulo Freire (1987 p. 78) que não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão, no diálogo e encontro dos homens mediatizados pelo mundo. Diz que não há diálogo se não há uma intensa fé nos homens de fazer e de refazer, de criar e recriar, fé na vocação de ser mais.

Além disto, observei também que no Programa de Educação Escolar, enfatiza-se a didática como práxis da emancipação, valorizam-se as diferentes formas de acesso ao conhecimento, e nega-se a reprodução do conhecimento como ato mecânico. E estão explícitas nele as seguintes finalidades da educação: a) Educar os alunos para serem cidadãos ativos na construção da democracia social; b) Ensinar a valorizar e participar das artes, das ciências e do saber da cultura da humanidade; c) Desenvolver o espírito crítico em relação ao conhecimento e à informação; d) Formar o aluno como sujeito ético, e responsável pelas suas decisões. Salientam também que suas orientações políticas e as estratégias propostas para o

período de 2011 a 2015, estão fundamentadas na promoção, e nas aprendizagens com qualidade para todos os níveis de ensino. E ao considerarem a escola como um espaço de participação comunitária aumenta o tempo pedagógico das escolas, é concomitantemente o tempo de permanência das crianças na escola, criando escolas de tempo integral. E pretendem como objetivo fortalecer os centros educativos, propiciar o desenvolvimento profissional e a formação permanente dos educadores e dos técnicos administrativos, assim como o uso das TICs no ensino-aprendizagem. Outros aspectos que consideram fundamentais têm a ver com a continuação do Programa do professor comunitário, da extensão do tempo pedagógico, do Programa de Educação de férias, do Programa de alimentação escolar, das oficinas ocupacionais de Educação Especial, do Programa de Educação Sexual, do Programa Ceibal (tecnologia educativa), do Programa Guri. Elaborados para melhorar a informação institucional e a comunicação entre as instituições escolares. Contudo, reconheço que, apesar de que seja salientado no Programa de Educação Escolar do Uruguai, o acesso à educação como um direito cidadão. Perguntei-me a respeito até que ponto o atual modelo de educação escolar Uruguaio tem diminuído as diferenças sociais e culturais dos alunos, e se realmente tais iniciativas têm implicado em mudanças nas estruturas e práticas educativas, e até que ponto tem se logrado realizar um trabalho cooperativo, e participativo, entre família e contexto escolar. Partindo dos questionamentos realizados, nos próximos capítulos buscarei realizar uma análise mais detalhada das inquietudes acima expostas.

3 ANÁLISE DAS DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DO CURRÍCULO ESCOLAR DO URUGUAI-RIVERA

3.1 Análises das Diretrizes de Educação Ambiental

Neste capítulo, realizei a análise das Diretrizes curriculares para a Educação Ambiental escolar na cidade de Rivera/ Uruguai, à luz dos princípios da Educação Ambiental da PNEA, Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. A PNEA estabelece, no artigo 4º os seguintes Princípios Nacionais da Educação Ambiental:

- 1) O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- 2) A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- 3) O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- 4) Vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- 5) Garantia de continuidade e permanência do processo educativo; a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- 6) A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais.

Por outro lado, temos as diretrizes de Educação Ambiental do Uruguai, elaboradas no primeiro, segundo e terceiro encontros realizados pela RENEA (Rede nacional de Educação Ambiental. Mas cabe ressaltar que ainda não estão legitimadas na lei, por falta da existência de uma Política Nacional de Educação Ambiental, mas as encontramos explícitas no livro “Hacia una Pedagogia de la Educación Ambiental- Memórias del Camino Recorrido”, onde estão explícitas as seguintes diretrizes:

- 1) Considerar a Educação Ambiental como um processo pelo qual serão adquiridos conhecimentos que permitam mudar as atitudes e comportamento individual e coletivo, para melhorar as relações entre os seres humanos e estes com seu entorno;
- 2) Propõem uma Educação Ambiental que contribua para a mudança do atual modelo econômico, não sustentável;
- 3) Propõe-se que a Educação Ambiental seja inserida na perspectiva da transversalidade em todo o sistema de educação, no Ensino Fundamental, na Educação Básica, na Educação

Superior, na Formação dos Professores para efeitos de que incorporem esta visão no seu quefazer profissional;

- 4) Considera-se importante que a Educação Ambiental esteja presente no âmbito da educação formal e não formal;
- 5) Propõe-se que o Currículo Escolar esteja em sintonia com a realidade sócio-econômica, ambiental, local, regional e global;
- 6) Incentiva-se a realização de projetos de Educação Ambiental, e as saídas de campo, importantes para a motivação e sensibilização dos alunos;
- 7) Considera-se importante de que tanto as instituições governamentais, como as não governamentais assumam seu compromisso representativo com a RENE (Rede Nacional de Educação Ambiental), tanto no âmbito nacional como local;
- 8) Solicita-se de que cada município promova uma ativa participação cidadã na gestão ambiental do seu contexto;
- 9) Ressalva-se que a Pedagogia a Educação Ambiental eduque de acordo com os riscos e incertezas características desta época; com uma educação no exercício do direito cidadão, no compromisso ético, com enfoques integrados, transversais, para evitar a visão fragmentada da realidade;
- 10) Solicita-se que sejam usadas metodologias que desafiem a criatividade e a inovação; com práticas diversificadas que transcendam os espaços e tempos escolares;
- 11) Propõe-se que a RENE (Rede Nacional de Educação Ambiental) seja fortalecida como espaço de articulação e incidência nos programas educativos nacionais, especificamente na formação de professores;
- 12) Solicita-se a elaboração de um Programa Nacional de Educação Ambiental, e a realização de cursos e seminários regionais de Educação Ambiental para capacitar os educadores.

Nesta sequência, após descrever as diretrizes curriculares acima expostas, sob meu ponto de vista, percebo que a Educação Ambiental é considerada como um processo, no qual são adquiridos conhecimentos, que permitem aos seres humanos mudar suas atitudes e os comportamentos individuais e coletivos, evidenciando melhorar suas relações entre eles e seu entorno. Ou seja, não se reduz a educação ambiental somente às ações em educação formal, e a práticas em sala de aula, ela acontece também na educação não formal. Neste contexto, cabe ressaltar que, devido ao dinamismo da sociedade, o despertar para a questão ambiental no processo educativo deve começar desde a infância, e prosseguir por toda a vida, de forma contínua e permanente, sem interrupção. Ao mesmo tempo em que se aponta a construção de

novos valores sociais, de mudança de cultura, de hábitos, de costumes; fica expressa ainda, uma relação de estranhamento entre os seres humanos e o meio ambiente, por não se considerar os seres humanos e o meio ambiente em sua totalidade, sócio-econômica, política e cultural. Neste contexto, torna-se necessário salientar que o meio ambiente é colocado como algo fora do contexto humano. E que a educação ambiental é considerada apenas como uma mudança cultural, como mudança de atitude, sem ter em conta de relacioná-la às dimensões sociais, políticas, econômicas, regionais e globais. Neste contexto, Dias (2004, p.113) diz que para se compreender a complexidade do próprio ambiente, seria necessário compreender a complexidade das suas interdependências ecológicas, políticas, econômicas e sociais. No entanto, no primeiro princípio da PNEA, no artigo 4º, considera-se a Educação Ambiental dentro de um “enfoque humanista, holístico, democrático e participativo”. A Educação Ambiental é considerada numa abordagem holística, ou seja, uma abordagem integral, do todo, considerando todos os aspectos da vida. Para Dias (2004) não se pode reduzir a questão ambiental apenas ao ponto de vista ecológico. É necessário compreendê-la em sintonia com as diferentes realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e ecológicas de uma região ou localidade.

Para Lopez Velasco (2008, p. 50), o enfoque democrático e participativo fomenta a liberdade individual de decisão na medida em que cada um participa diretamente na toma de decisões. Na questão do enfoque holístico, Velasco lembra-nos que holismo é inicialmente a doutrina segundo a qual o todo é algo mais que a soma das suas partes, é a relação entre (todo e partes), e percebe a bidirecionalidade e reciprocidade na relação dos elementos. Salienta que, quiçá, a mesma visão holística está na concepção marxista do método científico da crítica da economia política, quando caracteriza a construção do conhecimento como sendo a passagem de uma visão caótica de um todo, para uma rica totalidade de determinações e de numerosas relações (VELASCO, 2008, p. 51).

Nas diretrizes curriculares foi solicitado também que se pensassem alternativas para a mudança do atual modelo econômico hegemônico, não sustentável. Partindo deste ponto de vista, Velasco (2008, p.54), inspirado no informe de Brundtland, mas sem fazer uso do problemático conceito de desenvolvimento sustentável ali presente, concebe a perspectiva sustentável como sendo a capacidade de satisfazermos as necessidades das gerações presentes sem comprometermos as necessidades das gerações futuras, mantendo o grande equilíbrio ecossistêmico local, regional e planetário. Diz Velasco (2008) que, à luz do segundo princípio da PNEA pode-se reformular este princípio da seguinte forma: Devo praticar uma concepção

do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade. E salienta também que nenhuma concepção humanista, democrática e participativa da Educação Ambiental pode se sustentar sem a defesa da liberdade de escolha. E deve-se mostrar que o enfoque humanista, democrático e participativo fomenta a liberdade de decisão dos sujeitos envolvidos no processo de Educação Ambiental. Assim, torna-se necessário que cada sujeito participe diretamente na tomada de decisões. Ressalva também que desse processo faz parte o estabelecimento de relação produtiva e estética de caráter preservador-regenerador entre os seres humanos e o restante da natureza. Ou seja, não podemos discutir a Educação Ambiental sem a superação radical do atual modelo econômico hegemônico. Sob esta ótica, desde meu ponto de vista, percebo que a relação dos seres humanos com a natureza tem que ultrapassar a ordem econômica capitalista; e na medida em que consideramos que o homem também é natureza, ele não deve extrair da natureza mais do que necessita para sua sobrevivência. Neste sentido, as relações entre seres humanos e natureza têm que se dar de forma harmônica, numa relação de uso da natureza de acordo com a necessidade, e não numa relação de devastação da natureza na lógica do capital. Neste contexto, pode-se afirmar que o modelo de desenvolvimento econômico vigente é não sustentável, é inviável, dentro do ponto de vista social, econômico e ecológico (DIAS, 2004 p.119). Que no atual momento em que vivemos, a ação humana sobre o meio ambiente está focada na dominação da natureza. Que este tipo de relação, ao mesmo tempo em que trouxe consequências graves para a vida do planeta, levou os seres humanos a repensar e buscar alternativas para superar a crise ambiental. Que as condições reais da vida cotidiana foram plenamente dominadas pelo ethos capitalista, sujeitando os indivíduos à escravidão assalariada (MÉSZÁROS, 2008, p. 80). Ressalva que tudo isto é uma parte integrante da educação capitalista pela qual os indivíduos são diariamente, e por todas as partes, embebidos nos valores da sociedade de mercadorias como algo lógico e natural.

Neste sentido, Paulo Freire (1987) diz que, quando se conseguir entender o ser humano como um ser de relação social e histórico, no tempo e no espaço, sujeito do seu processo, que está no e com o mundo, tem-se a possibilidade de construir uma sociedade autenticamente humana, onde não exista exploração do homem pelo homem. Sob esta ótica de pensamento, salienta Marx (2009, p. 13), no livro *A Ideologia Alemã*:

Que para viver é preciso produzir os bens necessários à existência. Isto é trabalho, ou seja, uma transformação intencional da natureza. Essa transformação intencional, por sua vez, implica a fabricação de instrumentos necessários a essa tarefa, mas é

importante observar que, ao transformar a natureza, os homens não produzem apenas os bens materiais necessários à sua existência, mas também a si mesmos, e as suas relações sociais. Por isso são históricos e sociais, são eles que criam inteiramente a si mesmos e a toda a realidade social, através da atividade coletiva.

Seguindo esta linha de pensamento, e de acordo com o meu ponto de vista, percebo que no capitalismo as coisas são produzidas por valor de troca e têm como característica a apropriação do valor produzido pelo trabalhador para além do trabalho necessário. Que a substância, a força de trabalho é comprada e vendida livremente, pela exploração do trabalho.

Seguindo esta análise, na terceira diretriz é proposto que a Educação Ambiental seja incorporada na perspectiva da transversalidade em todo o sistema de ensino. E no terceiro princípio da PNEA, considera-se a prática da Educação Ambiental aberta ao pluralismo de ideias, às concepções pedagógicas da inter, multi e transdisciplinariedade. E nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental de 2012, tem-se em conta a Educação Ambiental na dimensão sistêmica da inter, multi e transdisciplinariedade, de forma contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento e componentes curriculares, em projetos e atividades inseridos na vida escolar e acadêmica. Sob esta ótica, Velasco (2008, p. 55) reformula este princípio da seguinte forma: Devo praticar a Educação Ambiental aberta ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi, e transdisciplinariedade, assim definidas:

A multidisciplinaridade caracteriza uma situação a qual, embora não exista coordenação entre diversas disciplinas, cada uma delas participa desde a perspectiva do seu quadro teórico-metodológico ao estudo de um dado fenômeno; a *Interdisciplinaridade* significa que as disciplinas, apesar de partirem cada uma de seu quadro referencial teórico-metodológico, estão em situação de múltipla coordenação e cooperação, engajadas num processo de construção de referências consensuais e metodológicas consensuais; a *Transdisciplinariedade* na Educação Ambiental pode ser entendida como o fato da EA ter que permear-ligar, como grande tema transversal, todos os esboços educacionais na educação formal atravessar todas as disciplinas e conteúdos, atravessar-ligar todas as atividades educacionais, devendo a Educação Ambiental ter que ser desenvolvida como uma prática educativa integradora, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

Sob esta ótica, para Dias (2004, p. 117), a Educação Ambiental ainda está restrita à área de Ciências e Biologia. No entanto, percebe-se a necessidade de praticar a Educação Ambiental permeando todas as disciplinas, de modo que ela possa oferecer uma perspectiva global e equilibrada. Nas diretrizes curriculares, considera-se importante que a Educação Ambiental esteja presente no âmbito da educação formal e não formal. O mesmo propõe-se no princípio VII da PNEA, que a Educação Ambiental seja prática dentro do sistema escolar e fora dele, que na inclusão da Educação Ambiental ao ensino formal tenha-se em conta a

revisão dos conteúdos, dos objetivos educacionais, a incorporação interdisciplinar, e a contextualização da realidade. Assim como os princípios gerais de Tibilisi, as propostas curriculares nacionais, estadual, e municipal de cada região, os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, suas propostas e projetos. E na Educação Ambiental não formal tem que se ter em conta os aspectos sociais, econômicos, culturais específicos de cada região e comunidade. Nas diretrizes curriculares solicita-se também que o currículo escolar esteja em sintonia com a realidade sócio-econômica, ambiental, local, regional e global.

Sob esta ótica, Arroyo (2011, p. 13) entende o currículo como o núcleo, como o espaço central mais estruturante da função escolar como o terreno mais cercado, mais normatizado, mais politizado da mesma. Pode-se afirmar que no âmbito escolar o currículo fica subordinado ao campo histórico, político, sócio-cultural e regional. Isto é o que condiciona sua direção e orientação pedagógica. Desde este ponto de vista, o currículo fica a serviço de certos interesses do meio social. Entretanto temos maior clareza disso quando observamos os discursos oficiais, e os documentos legais que orientam as práticas educativas. Nas diretrizes curriculares, incentiva-se a construção de projetos de Educação Ambiental, e as saídas de campo importantes para a motivação e sensibilização dos alunos. Sobre esta linha de pensamento, Paulo Freire (2011, p. 11) diz, em seu livro Educação e Mudança:

Que a tradição pedagógica insiste ainda hoje em limitar o pedagógico a sala de aula, e questiona se não seria esta uma forma de cercar, de limitar a ação pedagógica. Abrir os muros da escola para que ela possa ter acesso à rua, a cidade, a vida, parece ser ação classificada de “não pedagógica” pela pedagogia tradicional. Salienta que enquanto os grandes debates, os seminários revolucionários permaneçam dentro da escola, cada vez mais isolados dos problemas reais e longe das decisões políticas, não existirá uma educação libertadora.

Nesta mesma direção, as diretrizes curriculares salientam a importância de que as instituições governamentais e não governamentais assumam seu compromisso representativo com a RENE (Rede de Educação Ambiental), tanto no âmbito nacional como local; solicitou-se também que cada município promova uma ativa participação na gestão ambiental de seu contexto. E que a Pedagogia da Educação Ambiental eduque de acordo com os riscos e as incertezas características desta época. Que se tenha em conta uma educação no exercício do direito cidadão, no compromisso ético, com novas formas de ler os problemas atuais, com enfoques integrados, transversais, para evitar a visão fragmentada da realidade. Esta diretriz é analisada à luz do quarto princípio da PNEA, que estabelece que a Educação Ambiental, esteja vinculada à ética, à educação, ao trabalho e às práticas sociais. Sob esta ótica, ambas as diretrizes têm em conta a ética, a educação, e as práticas sociais. Quanto à questão da

educação, salienta Paulo Freire (1987) que a educação é um processo dialógico, pelo qual nos educamos mutuamente, mediatizados pelo mundo. Para ele, o diálogo libertador, é mais que uma conversação estabelecida entre duas ou mais pessoas; é o encontro dos seres humanos mediatizados pelo mundo (PAULO FREIRE, 1987, p. 79). Então para ele a libertação não é uma luta individual, é uma luta coletiva. Neste sentido, ressalva, que existir humanamente é práxis; é pronunciar o mundo e modificá-lo. Sobre esta ótica pode-se dizer que Educação Ambiental não atua somente no plano das idéias e na transmissão de informações; ela atua na existência, na ação com conhecimento, no compromisso com o outro e com a vida. Quanto às práticas sociais, se nos perguntarmos: Como surge? Como os seres humanos se fazem a si mesmos? Para responder estas questões são relevantes os aportes de Mao Tse-Tung (1999, p. 13) quando em seu livro *Sobre a Prática & Sobre a Contradição*, afirma que os marxistas dizem que somente a prática social dos homens pode construir o critério da verdade dos conhecimentos, que o homem possui do mundo exterior. Ou seja, somente chegando à prática social no processo da produção material, da luta de classes, na experimentação científica é que os homens recebem a confirmação da verdade dos seus conhecimentos (MAO TSE-TUNG 1999, p. 14). Seguindo esta linha de pensamento aponta também:

Que os conhecimentos do homem se compõem de duas partes: os dados pela experiência direta e os dados pela experiência indireta. Que a fonte de todo conhecimento são as sensações recebidas do mundo exterior objetivo, pelos órgãos dos sentidos do homem. Que os que negam à sensação, a experiência direta, a participação pessoal na prática que modifica a realidade, não é materialista. Então o conhecimento desligado da prática é inconcebível (MAO TSE-TUNG, 1999, p. 19).

Ainda diz que, na história da filosofia, houve uma escola chamada racionalista, que só reconhecia a realidade da razão, e negava a realidade da experiência (MAO TSE-TUNG, 1999, p. 22), e afirmava que tinha que se confiar na razão, e nunca na experiência fornecida pela percepção sensível. E diz que o conhecimento humano só pode surgir baseado na prática, e baseado nesta prática é que o homem pode adquirir a experiência sensível proveniente do mundo objetivo exterior. Sobre a prática social, diz o Prof. Dr. Minasi, que a prática é um tipo de conceito organizado é uma categoria que reflete o processo social da alteração, da transformação da realidade objetiva, (tudo o que está fora da consciência e objetivo), da natureza e da sociedade, pelos homens, grupos e indivíduos. Ressalva que a prática é a atividade objetiva dos homens socialmente unidos, para a transformação do seu mundo ambiente natural e social. Salienta que, para transformar o mundo material, são precisos os homens, os quais empregam sua força prática. Salienta que na prática o homem atua com todos os seus meios, com seus órgãos naturais e instrumentos artificiais como máquinas,

sistemas automáticos, sobre coisas e fenômenos da natureza, transformando-as, e deste modo transforma-se também a si próprio. Salienta também que a prática é a atividade material objetiva dos homens, designada pela filosofia marxista-leninista. E que esta atividade prática dos homens é sempre, e simultaneamente, atividade consciente e orientada para um fim, transformação concreta da realidade objetiva para fins conscientemente visados. Neste sentido, explica que todos os seres humanos têm prática, mas cada um tem sua prática. Diz também que devemos considerar que o mundo natural e o mundo social, especialmente este último, encontram-se em perpétua mudança e transformação, o que significa que os fenômenos materiais, tanto naturais como sociais, nunca seguem eternamente os mesmos. A prática refere-se sempre à totalidade do processo social de atividade material e não as atividades individuais. Então a prática é social e coletiva, e entender a prática como uma experiência individual, subjetiva, de natureza sensorial, é característica do empirismo e do positivismo. A prática, no sentido do materialismo dialético, é uma forma especificamente humana de atividade e tem caráter material. A prática é a unidade do sujeito com o objeto, é ativa por forma, porém, concreta sensorial por conteúdo e resultados. Então a prática deve ser entendida como uma atividade orientada, através da qual os homens transformam os objetivos materiais e as estruturas econômicas e políticas, as instituições e outras formas de articulação social. Para tal é necessário que se molde um processo educacional diferente, voltado para a libertação, a participação, ação, mudança e reconstrução.

Do meu ponto vista, e ao analisar esta sociabilidade sob a ótica de alguns autores, concordo com as ideias do marxismo de que estas mudanças devem-se dar na classe trabalhadora. Esta classe tem a possibilidade pela relação com o outro de construir uma sociedade autenticamente humana, onde não exista exploração do homem pelo homem. Para o marxismo, o trabalho é consciente, coletivo e livre, e sendo assim as relações humanas devem estar fundamentadas numa relação solidária. A resolução dos problemas não pode passar pela exploração do homem sobre o homem. Deve existir uma relação integradora do homem com a natureza. No entanto percebo que, para o capitalismo, as coisas não são produzidas como valor de uso, mas sim como valor de troca. Isto leva a acumulação do capital, ou seja, a nova forma de riqueza vai sendo acumulada. Então, é preciso transformar as pessoas humanas em força de trabalho. Assim o capitalismo paga ao trabalhador a mercadoria que ele tem, a sua força de trabalho, ou seja, o valor que ele tem pelo seu trabalho. Sob essa ótica, é o mercado que avalia o valor da força do trabalho; e ele que define quem ganha, e quem perdem. Não é o Estado que determina como deve ser vendida a força de trabalho. É o mercado que avalia o

valor da força do trabalho, e que determina as normas, não é o Estado. Neste sentido, pode-se dizer que a sociedade capitalista é uma guerra de todos entre todos; é uma ordem social competitiva, pois uns têm riqueza e o outros não. Nesta sociedade, onde predomina o capital, meu desenvolvimento não é teu desenvolvimento. Numa posição contrária a esta, encontra-se a relação solidária, onde meu desenvolvimento é teu desenvolvimento. Antigamente, as coisas eram produzidas tendo o valor de uso, de acordo com a necessidade dos seres humanos; mas ao não existir a força de trabalho, foi necessário criar a força de trabalho livre. Mas para que possamos mudar esta realidade, salienta Dias (2004), o ser humano precisa se reeducar, perdido que está no emaranhado dos interesses econômicos e políticos, gerado por um modelo baseado no lucro, no consumo crescente e na exploração das pessoas. Sob esta ótica de pensamento, percebe-se no ser humano uma relação de estranhamento, ao reduzir o outro a um estado de mercadoria. Cabe mencionar que, nas diretrizes curriculares, foi proposta a promoção de metodologias que desafiem a criatividade e a inovação, com práticas que combinem intelecto com sensibilidade; e diversidade de espaços institucionais que transcendam os tempos escolares. Solicitou-se também, que a Rede de Educação Ambiental seja fortalecida como espaço de articulação e incidência nos programas de ensino. E questiona-se que papel deverá desenvolver a Rede de Educação Ambiental para apoiar e construir a verdadeira transversalidade do ensino. A este respeito, os participantes do Terceiro Encontro de Educação Ambiental, realizado em maio de 2010, na cidade de Montevideu, Luisa Ayerza (Secretária do Conselho de Educação Escolar), Rocío Guevara (Socióloga e coordenadora da Rede Temática do Meio Ambiente, da Universidade da República do Uruguai), María del Luján Jara, Assistente Social (Psicóloga e Integrante da Direção Nacional do Meio Ambiente), Hernán Sorhuet (Periodista, escritor e educador ambiental) Rodolfo Porley (Comunicador e investigador independente), a partir do debate sobre a transversalidade da Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Uruguai, emitiram os seguintes pareceres: 1) Que se pense em que desafios deverá assumir a Educação Ambiental para ter uma verdadeira prática transversal; 2) Que se pense na construção de um Programa Nacional de Educação Ambiental em todos os níveis de educação; 3) Que se pense que papel deverá desenvolver a Rede de Educação Ambiental para apoiar e construir esta transversalidade. Sob esta ótica, os autores acima mencionados emitiram os seguintes pareceres: segundo Luisa Ayerza (2010, p. 75 a 77), a educação escolar do Uruguai possui desde 2009, um Programa de Educação Escolar aplicado ao ensino público e privado. Ressalva-se que o documento foi elaborado por uma comissão constituída por educadores a partir dos encontros realizados. Que

este programa está organizado por áreas de conocimiento, e nela estão discriminados os conteúdos disciplinares. Que a Educação Ambiental é abordada basicamente em duas áreas do conocimiento: nas Ciências da Natureza, e na Formação Ética e cidadã, com os seguintes conteúdos: Agotamiento de los Recursos Naturales, 2º año: Los recursos edáficos. La preservación y/o erosión de los suelos por la acción del hombre; 3º año: la erosión de los suelos en relación a las prácticas agrícolas y ganaderas; 5º año: La geopolítica de los recursos edáficos. La sobreexplotación y los procesos de desertificación; 6º año: La geopolítica de los recursos ambientales. Dinámicas de la corteza terrestre y los riesgos de desequilibrio ambiental. Degradación de Ecosistemas, 4 años: Relación individuo ambiente; 5º años: Los ecosistemas acuáticos y terrestres; 4º año: la forestación en el Uruguay actual. Las aéreas protegidas en el Uruguay. ¹¹Normativa vigente y conciencia social. La interacción entre el cambio climático y los ecosistemas acuáticos y terrestres. Alteraciones de la biodiversidad. Desaparición de especies, 3er.Año: la relación de los animales. Contaminación Atmosférica-Hídrica, 1er.Año: La importância del água em los seres vivos; 5º Año- La importância de las plantas em la formación de la atmosfera. Las alteraciones actuales de la atmósfera. Causas y consecuencias; 1er.Año: La protección de los recursos edáficos e hídricos. Las acciones de preservación ambiental: el uso y la protección de nuestra riqueza ictícola en lagunas, arroyos, ríos y océanos; 4º. Año: Las aguas subterráneas como recurso del subsuelo. Las tendencias de protección e impacto ambiental de estos recursos; 6º. Año: Las posibilidades de acceso al agua dulce (escasees y sobreexplotación). El petróleo como recurso energético a nivel mundial. El impacto ambiental de la industria petrolera. El impacto del monocultivo y del uso del biocombustibles en la producción alimentaria a escala mundial; Cambio global-desequilibrios ambientales, 6º. Año: El crecimiento urbano y las problemáticas ambientales: metrópolis, conturbación y megalópolis.

Para Rocio Guevara (2010, p. 80 a 81), referente à questão, deve-se pensar na elaboração de uma Política Nacional de Educação Ambiental em todos os níveis ensino? Destaca a importância de realizar um debate sobre esta temática no Uruguai, e ressalva que, no Brasil, há muito tempo existe legislação de Educação Ambiental inserida em todos os

¹¹Disponível em: <baseddp.mec.gub.uy/index.php?lvl...id...> do Livro: *Hacia una Pedagogía de la Educación Ambiental: Memórias del Camino Recorrido*. Montevideo, em nov.2012. Red Nacional de Educación Ambiental Para el Desarrollo Humano Sustentable; Autores Uruguayos; Mec; Dirección de Educación; Red nacional de Educación.

níveis de educação de forma transversal e interdisciplinar. E que será necessário coordenar a Educação Ambiental nos diferentes níveis de educação formal e não formal. Sobre a questão referente a que papel deve desenvolver a RENEA para apoiar e construir verdadeira transversalidade? Neste sentido diz que a Rede de Educação Ambiental pode e deve tecer redes e criar espaços para encontros e intercâmbios de experiências. Assim como também promover encontros entre os diferentes níveis da educação formal. É importante também que a rede continue desenvolvendo recursos para a Educação Ambiental.

Segundo Maria del Luján Jara (2010, p. 81a 84), para responder a questão: que papel deve assumir a Educação Ambiental para ter uma verdadeira prática da transversalidade? Diz que temos que ter em conta que a Educação Ambiental está explícita na Lei Geral de Proteção ao Meio Ambiente 17.283, de 28.11.2000, no Capítulo II, e nos Artigo 6º-Princípios da Política Ambiental; Lit. D- A proteção do Meio Ambiente constitui um compromisso que abrange toda a sociedade, tendo as pessoas e as organizações representativas o direito e dever de participar do processo; Lit. F- A gestão ambiental deve basear-se num adequado manejo da informação ambiental, com a finalidade de assegurar sua disponibilidade por parte de qualquer interessado; e Artigo 7º- Instrumentos de Gestão Ambiental, Lit. C- A informação ambiental, a sensibilização, a educação e capacitação ambiental. E descreve em seu relatório, que as entidades públicas desenvolveram a consciência ambiental da comunidade através de atividades de educação, capacitação, sensibilização, e informação de comportamentos consistentes sobre a proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Para tais efeitos compete a MVOTMA realizar o planejamento e execução das atividades coordenadas pelas autoridades da educação formal e não formal a nível nacional e local. Destaca também a importância do compromisso assumido pelo Diretor Nacional do Meio Ambiente, arquiteto Jorge Rucks, com a temática ambiental. E sobre a importância de se pensar na elaboração de uma Política Nacional de Educação Ambiental que abranja todos os níveis de educação. Foi questionado também que papel deve ter a RENEA para apoiar a transversalidade da EA? A mesma diz que a rede tem que fortalecer a integração real de todos os setores da sociedade, e como rede tem que cumprir com suas metas propostas. Diz que a rede tem realizado encontros regionais, nacionais, mas que deve se pensar em incluir nestes debates outros setores da sociedade; a rede deve abranger a educação não formal também, e aceitar a diversidade de opiniões, para poder assim construir a verdadeira transversalidade.

Para Hernán Sorhuet (2010, p. 84 a 86), quanto à questão que desafios a Educação Ambiental deve assumir para realizar uma verdadeira prática transversal? Um dos caminhos

poderia ser a capacitação de todos os educadores a nível nacional. Ressalva que os atuais educadores foram formados em estruturas pedagógicas tradicionais que não contempla as vantagens que fornece à Educação Ambiental na formação integral da pessoa, e não foram familiarizados com as técnicas e vantagens da transversalidade na prática docente. Ressalva também sobre a importância de que a Educação Ambiental seja considerada como linha transversal nos diferentes níveis de ensino, no fundamental, básico e superior. Percebe a importância da criação de um Programa Nacional de Educação Ambiental, que integre governo, educadores, alunos, sindicalistas, periodistas, e sociedade civil, assim como a realização periódica de atividades de intercâmbio e aprendizado nesta área, e cita como exemplo os encontros nacionais de Educação Ambiental realizados pela Rede Nacional de Educação Ambiental.

Para Rodolfo Porley (2010, p. 87), a Educação Ambiental não pode ser tratada como mera educação ecológica. O autor solicita que sejam potenciadas novas formas de educar, de aprender, de olhar as realidades, de articular os espaços locais e globais. Que a Educação Ambiental seja vinculada à realidade política, social, econômica regional e local. Destaca a importância dos eventos em Educação Ambiental que vêm sendo realizados pela Rede Nacional de Educação Ambiental (RENEA) quanto ao compromisso como rede de ter em conta a transversalidade da Educação Ambiental, e a superação da ausência de uma Política de Educação Ambiental definida; das barreiras burocráticas. Vê-se a importância de: inserir a Educação Ambiental nos programas de ensino, buscar recursos para a Educação Ambiental, e elaborar estratégias para capacitar a todos os educadores com base numa Pedagogia da Educação Ambiental. A partir destes relatos pode-se dizer que existe, no Uruguai, legislação de Educação Ambiental garantida pelo Ministério do Meio Ambiente (MVOTMA), pela “Lei Geral de Proteção do Meio Ambiente N° 17.238”, e Lei Geral de Educação N° 18.437, mas não é suficiente. Mesmo que a Educação Ambiental esteja legitimada na lei, percebo a necessidade que se elabore um Programa Nacional de Educação Ambiental, integrada aos diferentes níveis do sistema de educação pública e privada, na educação formal e não formal. Todos os representantes que participaram dos encontros realizados nas mesas de debates dos três encontros realizados pela Rede de Educação Ambiental (RENEA), dizem que a Educação Ambiental segue a lógica da fragmentação, dificultando a realização da mesma como prática transversal. E que não existe um órgão governamental que atue, e oriente sua prática. O que existe é uma Rede Temática do Meio Ambiente (RETEMA). Que as atividades de Educação Ambiental desenvolvem-se mais na área científico- tecnológica que na área social. Salientam

na possibilidade de se pensar na criação de em uma Política Nacional de Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Assim como na necessidade de integrar a Educação Ambiental desde a perspectiva formal e não formal.

3.2 Análise do Currículo Escolar

Segundo o dicionário Aurélio, Currículo significa curso, carreira. Para Sacristán (1998, p. 125), o termo currículo provém da palavra latina *currere*, que se refere à carreira, percurso realizado. Assim a escolarização é um percurso para os alunos/as, e o currículo é seu recheio, seu conteúdo, o guia de seu processo pela escolaridade.

Para Sacristán (2000, p. 34), existem três grupos de elementos em interação recíproca, que são os que definitivamente concretizam a realidade curricular da escola:

- 1) A aprendizagem dos alunos nas instituições escolares está organizada em função de um projeto cultural para a escola, para um nível escolar, isto é, o currículo é, antes de tudo, uma seleção de conteúdos culturais organizados e codificados de forma singular. Os conteúdos são a parte integrante do projeto cultural.
- 2) O projeto cultural se realiza dentro de determinadas condições políticas administrativas e institucionais. O currículo na prática não tem valor a não ser em função das condições reais nas quais se desenvolve, enquanto se modela em práticas concretas de modos diversos.
- 3) O currículo é selecionado dentro de um campo social, se realiza dentro do campo escolar e adota a estrutura condicionada a uma determinada cultura.

Afirma Sacristán (2000, p. 35) que, por trás de todo currículo, existe uma filosofia curricular ou orientação teórica, com uma série de posições filosóficas, epistemológicas, científicas, pedagógicas e de valor social. Neste contexto, quando definimos currículo, estamos descrevendo a concretização das funções da própria escola, e a forma particular de enfocá-las num momento histórico e social determinado, para um nível de educação. Então o currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação.

Para Arroyo (2011, p. 15), o currículo é:

O núcleo duro, sagrado, intocável do sistema escolar; gradeado como todo território sagrado, porque estruturante do trabalho docente. Diz que na escola, temos o currículo oficial, com seu núcleo comum, disciplinado e, em paralelo, temos o currículo na prática, incorporando temáticas, experiências sócias e indagações.

Sob esta ótica, após definir o que é currículo do ponto de vista de alguns autores, faço a análise das Diretrizes curriculares estabelecidas no Programa de Educação Escolar do Uruguai:

1) Os conteúdos curriculares não se repetem, e não estão delimitados de forma hierárquica, são os professores que determinam nos seus planejamentos de que forma serão abordados;

2) A educação é fundamentada como práxis libertadora, como ato político fundamental que supera os supostos do positivismo;

3) O Programa de Educação Escolar tem como base as ideias de Paulo Freire, e percebe a necessidade de que os educadores estabeleçam o compromisso de que o político converta-se em algo mais que pedagógico e o pedagógico em algo mais que político;

4) Assume-se o compromisso da ética, com base na solidariedade e responsabilidade, construção de uma sociedade mais justa, onde o sujeito possa desenhar um modelo de educação com base nos direitos humanos;

5) O sistema educativo tem como princípios da educação, a autonomia, como compromisso ético e profissional, a garantia de uma cultura democrática, plural, crítica, com uma concepção humanista e antropológica da educação, um ideal de convivência na base do respeito aos outros sujeitos, laica, o respeito à diversidade de ideias como direito humano;

6) A Obrigatoriedade e Gratuidade da educação são considerados um direito humano fundamental a todos os sujeitos, cabendo ao estado garantir os meios de educar-se, e ao sujeito a participação na determinação dos fins da educação;

7) A Igualdade, Integridade, e Liberdade são consideradas como os conceitos centrais para a formação integral do homem e do cidadão. E a educação está posicionada contra o modelo hegemônico, individualista e competitivo;

8) Almejam construir um modelo de educação fundamentado na construção de uma cultura da solidariedade, da cooperação, no respeito ao outro numa relação intersubjetiva;

9) E enfatizam a educação numa relação dialógica e dialética entre educador-educando, educando-educador. Como objetivo de investigação, tem-se em conta o educador e sua prática de ensino, o Projeto Político Pedagógico Institucional, as relações profissionais dentro da instituição escolar e os sujeitos que participam dessa relação e o educador como intelectual transformador. Solicita-se, a criação de escolas de tempo integral;

10) Fortalecer os centros educativos, a formação permanente dos educadores e dos técnicos administrativos; propiciar o uso das TICs na educação, o trabalho cooperativo e interdisciplinar.

Nas diretrizes curriculares, os conteúdos que constituem o Programa de Educação Escolar do Uruguai não se repetem, e nem estão delimitados de forma hierárquica. São os

professores que determinam, em seus planejamentos, de que forma serão abordados. Neste sentido, Saviani (1991, p. 65) diz que os conteúdos são fundamentais e, sem conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir e se transforma numa farsa. Sobre esta máxima, deixa claro que é fundamental que, no interior da escola, os educadores tenham em conta os conteúdos curriculares como uma forma de lutar contra a farsa do ensino. Seguindo esta análise, percebo que os conteúdos que estão delimitados no Programa de Educação Escolar do Uruguai não seguem uma hierarquia, e compete aos educadores determinar a relevância necessária de cada conteúdo em seus planejamentos. Neste processo, Saviani (1991, p. 66) manifesta o porquê, no âmbito da educação, os conteúdos são prioritários, porque o domínio da cultura constitui o instrumento indispensável para a participação política das massas. Diz que se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer seus interesses, e ficam desarmados contra os dominadores, que se servem desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação.

Sobre esta questão, Paulo Freire (1987, p. 86) questiona o seguinte:

Será a partir da situação presente, existencial, concreta, e refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da política. E diz que o que temos que fazer é propor as pessoas, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que o desafia, e lhe exige resposta não só no nível intelectual, mas também no nível de ação. Ressalva que os conteúdos dados tenham a ver com seus anseios, com suas dúvidas, esperanças etc.

Diz que nosso papel não é falar às pessoas sobre a nossa visão de mundo, ou tentar impô-la, mas dialogar com elas sobre a sua e a nossa (PAULO FREIRE, 1987, p. 87). Neste sentido, ação educativa não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer-se bancaria o pregar no deserto. E que muitas vezes a linguagem do educador não sintoniza com a situação concreta das pessoas a quem fala, ficando sua fala em um discurso alienado e alienante. Ressalva Paulo Freire (1987, p. 87) que é na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação.

Nas diretrizes curriculares fundamenta-se a educação como práxis libertadora, como ato político fundamental que supera os supostos do positivismo. Sob esta máxima, podemos perceber que Paulo Freire (1987) insiste numa educação como processo de humanização, libertadora, e crítica, e defende uma educação na formação de sujeitos sociais emancipados, e atores de sua própria história. Insiste também numa pedagogia libertadora, numa tomada de consciência da situação existencial e logo práxis ação-reflexão social. Além disto, a libertação

não é uma luta individual, é uma luta coletiva. Para Paulo Freire (1987, p. 41), a Pedagogia do Oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, tem dois momentos distintos:

O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na sua práxis, com sua transformação; o segundo, em que, transformada a liberdade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.

Caberia afirmar que os oprimidos sofrem uma dualidade que se instala na interioridade do seu ser, e descobrem que, não sendo livres, não chegam a ser autênticos, querem ser mais e temem ser; são eles e ao mesmo tempo o outro, introjetados neles. Neste aspecto há necessidade de dizer que a consciência do oprimido encontra-se imersa no mundo preparado pelo opressor. Por outro lado, insiste numa dualidade que envolve a consciência do oprimido. São elas: a) a hospedagem da consciência do dominador, seus valores, ideologia, e interesses; e b) o desejo e interesse em libertar-se (PAULO FREIRE 1987, p. 35). Então o autor insiste em que sua luta se trava entre serem eles mesmos e serem duplos. Entre dizerem a palavra ou não terem voz, castrados no seu poder de criar e recriar, no seu poder de transformar o mundo. E afirma que esta superação não se pode dar em termos puramente idealistas. Neste sentido, cabe ressaltar que para o marxismo, a realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso (PAULO FREIRE 1987, p. 37). Para o marxismo, os homens são produtos desta realidade; e transformar a realidade opressora é tarefa histórica e dos homens. Mas a luta por esta libertação não se dá por meio de uma luta individual e sim coletiva. Libertar-se exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora. O mero reconhecimento da realidade não leva a nenhuma mudança. A autêntica transformação se dá quando há uma inserção, uma ação crítica, dessa realidade objetiva. No entanto, esta consciência de ação sobre a realidade realiza-se na práxis. A ação cultural, a revolução cultural são dois momentos da práxis libertadora: a ação cultural realiza-se em oposição às classes dominantes; a revolução cultural realiza-se após a revolução social e política. Então, Paulo Freire (1987, p. 43) diz:

Que enquanto a violência dos opressores faz dos oprimidos homens proibidos de ser, a respostas destes à violência daqueles se encontra infundida no anseio de busca do direito de ser. Diz que os opressores, violentando e proibindo que os outros sejam não podem igualmente ser; os oprimidos, lutando por ser, ao reiterar-lhes o poder de oprimir e de esmagar, lhes restauram a humanidade que haviam perdido no uso da opressão. Por isso é que somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores. Estes, enquanto classe que oprime, nem libertam, nem se libertam. O importante, por isto mesmo, é que a luta dos oprimidos se faça para superar a contradição em que se acham. Que esta superação seja o surgimento do homem novo, não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se.

Tracemos um paralelo entre a educação na concepção bancária e a educação na concepção problematizadora. Quanto ao âmbito da concepção bancária, os seres humanos estão no mundo e não com o mundo, com os outros. O educador é o que sabe, o educando não sabe; o educador pensa, o educando não pensa; o educador é quem fala, o educando escuta; o educador é quem escolhe o conteúdo a ser desenvolvido em sala de aula, o educando não é escutado e se adapta a ele. Na educação bancária, a realidade é estática, repetitiva, seus conteúdos são impostos negando a criatividade dos alunos e inibindo sua reflexão. Nesta concepção de educação predominam as relações narradoras. A educação torna-se um ato de depositar o conhecimento. O saber é uma doação dos que se julgam sábios, negando-se o diálogo. Os conteúdos são compartimentados, estáticos, transmitidos de forma desvinculada da realidade do aluno, e o educando é tratado como sujeito sem saber, passivo. Contrária a esta concepção de educação, podemos considerar uma concepção de educação problematizadora, que tem como base a relação dialógica e dialética entre educador-educando, educando-educador. Neste processo de educação, ambos crescem e aprendem. Nesta concepção de educação, educador e educando têm uma visão totalizada do contexto, a educação está numa constante práxis, o educador estimula a criatividade e reflexão dos alunos. Neste processo tem-se em conta o caráter histórico do homem, sua realidade inacabada, seu constante devir. Neste processo, a educação é crítica, dialógica, transformadora, revolucionária, libertadora, problematizadora, emancipatória, reflexiva, dialógica, porque ambos se transformam, educando-educando, e são sujeitos do processo.

Por outro lado, nas diretrizes curriculares, enfatiza-se a educação como concepção humanista e antropológica. Neste sentido, podemos dizer que a antropologia dedica-se ao estudo das questões relacionadas ao homem, e a diferença do homem com os outros seres humanos; e que este é um ser de relação histórico, geográfico e social, que está no tempo e no espaço. Que é sujeito do processo, e da sua prática social (ser + sujeito); que está no e com o mundo, e que é um ser de conhecimento. Sob esta ótica de pensamento reporto-me às idéias de Paulo Freire, quando diz que todo mundo sabe alguma coisa, e que os seres humanos podem vir a ser algo diferente; pois somos seres de possibilidade, de eterno devir. Porém cada um tenha o limite do que sabe, precisamos sair do limite e problematizar. Neste contexto, podemos dizer que somos diferentes dos animais, pois estes são somente seres de contato que estão no mundo e não com o mundo. Parte-se do princípio de que todo mundo sabe alguma coisa, e de que o sujeito pode vir a ser algo mais, pois somos seres de possibilidade. Nosso limite é o que somos hoje, é o que podemos alcançar; mas é a prática que nos vai dar à

possibilidade de saber aquilo que não sabemos. Para a concepção marxista, por exemplo, o homem se faz socialmente, e cria-se a si mesmo, por seus atos, na produção social da própria existência. O homem não é uma coisa dada, acabada. Ele se torna homem a partir de suas condições básicas, se produz, e determina, ao se colocar como um ser em transformação, como ser de práxis. E sua realização como atividade própria só pode ter lugar na história. Para a concepção marxista, educador é educando, educam-se juntos, na práxis, e por intermédio do mundo se transformam. Esta práxis deve ser entendida como trabalho social. Ou seja, o homem se faz socialmente, e cria-se a si mesmo, por seus atos na produção social da própria existência. Neste sentido, todos os seres humanos têm prática social. No entanto, diferente a esta proposta, o diálogo proposto pela classe burguesa é vertical, impedindo o educando de dizer a palavra. Seguindo esta ótica de pensamento, para Paulo Freire, o diálogo se dá numa relação horizontal. E nesta relação dialógica o educador parte da realidade do educando, dos seus conhecimentos prévios, das suas experiências, para, a partir daí, construir novos saberes, uma cultura vinculada a seus interesses e não aos interesses da elite. Paulo Freire não separa método de teoria e esta da prática. Para ele, teoria, método e prática formam um todo entre o conhecimento e seus interesses, no qual saber e conhecimento têm um papel emancipador.

Nas diretrizes curriculares está explícita a importância da ética, e da solidariedade. Quanto à ética, Velasco (2008, p. 104), no livro: *Ecomunitarismo, Socialismo Del Siglo XXI e Interculturalidad*, diz que se bem a moral e a ética se preocupam com o conteúdo e a forma, as respostas que fazemos a pergunta o que devo fazer? Não são semelhantes. Enquanto à moral, responde Devo fazer tal coisa; ou Não devo fazer tal coisa. A Ética vai além, leva-nos a justificar a nossa resposta, respondendo da seguinte maneira, Devo fazer tal coisa, por que; ou Não devo fazer tal coisa, por que. Diz Velasco que depois desse porque, vai uma frase sobre cuja verdade ou falsidade pode discutir as expressões que podem ser discutidas e têm a ver com as sentenças ou enunciados. Ressalva que, se aceitamos a verdade da frase, então assumimos a obrigação expressa antes do porque, como um dever; e se consideramos que a frase depois do porque é falsa, então não acreditamos eticamente legítima a obrigação expressa antes do por que. Salienta que, para que as coisas fiquem mais claras, devem ser explicadas as circunstâncias em que se opera a obrigação, para que a discussão da verdade e da falsidade da frase que segue o porquê possa levar-nos a uma conclusão. Assim, dirá, por exemplo: Devo respeitar aos meus pais, porque o respeito aos meus pais mantém a família unida, e eu quero manter a família unida. Segundo o autor, esta é uma expressão legitimamente verdadeira; e a negação dessa obrigação seria eticamente ilegítima, por ser

falsa, o respeito aos meus pais mantém a família unida e eu quero manter a família unida. Segundo Velasco (2008, p. 105), as pessoas pertencentes à mesma cultura nunca podem dialogar desde a diferença que em matéria de obrigação moral os separa, mas podem fazê-lo se chegarem a um acordo pela ética, justificando o contexto de cada caso. Neste sentido, conforme Velasco, o que julgamos verdadeiro ou falso vai mudar de acordo com nossos saberes e experiências. As normas éticas pela sua estrutura não são estáticas e inquestionáveis; pelo contrário, elas são renováveis segundo o ponto de vista das outras pessoas. E sobre esta dinâmica de discussão é que se chega ao verdadeiro ou falso da questão analisada. Quanto à solidariedade, ressalva Paulo Freire, que a busca de ser mais, realiza-se na comunhão, e na solidariedade dos indivíduos, e não no seu isolamento.

Há por outro lado nas diretrizes curriculares, a obrigatoriedade e gratuidade da educação como um direito fundamental a todos os sujeitos, cabendo ao estado garantir os meios de educar-se, e ao sujeito a participação na determinação dos fins da educação. Neste aspecto, percebo que nos parâmetros em que a educação do Uruguai está organizada, a obrigatoriedade e gratuidade não garantem de forma alguma a participação dos sujeitos na educação, por encontrar-se descontextualizada de qualquer e algum processo que acompanhe os interesses dos alunos, ou seja, temos uma educação nos moldes do século XX, para alunos do século XXI.

Nas diretrizes curriculares, encontram-se explícita também a igualdade, a integridade e a liberdade, como conceitos centrais na formação integral do homem e do cidadão. Sob esta ótica, e para explicar o que é liberdade reporto-me à idéia de Paulo Freire (1987, p. 34), quando define na Pedagogia do Oprimido, a liberdade como uma conquista, e não como uma doação. É necessário afirmar que existe uma dualidade que envolve a consciência do oprimido; é a hospedagem da consciência do opressor de quem domina; e o desejo de libertar-se, mas essa libertação não é uma luta individual; ela é uma luta coletiva. Neste aspecto, torna-se necessário um diálogo crítico e libertador, que deve ser feito com os oprimidos, assim como uma reflexão sobre suas condições concretas durante essa libertação. E esta reflexão conduzirá à prática, à ação dos oprimidos na busca por ser mais.

Para Paulo Freire (1987, p. 35), a libertação é um parto, é um parto doloroso. O homem que nasce desse parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição, opressor-oprimido, que é a libertação de todos. Mas esta superação não pode ser dada em termos puramente idealistas. Caberia se dizer que somente superam a contradição em que se encontram, quando se reconhecem oprimidos, e engajam-se, na luta para libertar-se

(PAULO FREIRE 1987, p. 36). Não basta saber-se numa relação dialética com o opressor, seu contrário antagônico, e descobrir que, sem ela, o opressor não existiria. É preciso entregar-se à práxis libertadora. Neste sentido, para este autor, o opressor solidariza-se com o oprimido, quando seu gesto deixa de ser um gesto sentimental, de caráter individual, e passa a ser um ato de amor àqueles. Quando o oprimido deixa de ser uma designação abstrata e passa a ser o homem concreto, injustiçado e roubado. Roubado na sua palavra, no seu trabalho, na pessoa vendida. Se ampliarmos esta perspectiva, pode-se dizer que a educação é um processo dialógico, pelo qual nos educamos mutuamente, mediatizados pelo mundo. Que o diálogo, a dinâmica da educação libertadora, é mais que uma conversação estabelecida entre duas pessoas. É o encontro dos seres humanos mediatizados pelo meio. E que existir humanamente é práxis; é pronunciar o mundo e modificá-lo.

Podemos notar que, nas diretrizes curriculares, a educação é posicionada contra o modelo hegemônico, individualista e competitivo. Sob esta ótica de pensamento, Mészáros (2008) ressalva que, para que isto seja possível, será necessário confrontar e alterar todo o sistema de internalização da educação, todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Salienta que, para romper com a lógica do capital na área de educação, têm que ser substituídas as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificada por uma alternativa concreta abrangente. Neste contexto, Mészáros (2008, p. 47) diz que a grande questão está na seguinte pergunta:

Será que a aprendizagem conduz à auto-realização dos indivíduos como indivíduos socialmente ricos (humanamente nas palavras de Marx), ou estará a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e incontrolável do capital? Será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal de emancipação humana?

No entanto, para Mészáros (2008), a questão fundamental está na necessidade de modificar radicalmente o modo de internalização historicamente prevalecente, é para romper com a lógica do capital no âmbito da educação, é absolutamente inconcebível sem isso. Afirma que somente através da mudança radical do modo de internalização opressivo que sustenta a concepção dominante do mundo, o domínio do capital pode, e será quebrado (Mészáros 2008, p. 54). Deixa claro que a concepção mais ampla de educação está expressa na frase: a aprendizagem é a nossa própria vida, pois muito do nosso processo contínuo de aprendizagem situa-se, felizmente, fora das instituições educacionais formais, porque esses processos não podem ser manipulados e nem controlados pela estrutura educacional formal. Sob esta máxima, considera a escola uma verdadeira prisão, e que uma reforma radical da educação não pode ser feita sem desafiar as formas atualmente dominantes de internalização

fortemente consolidadas a favor do capital pelo próprio sistema educacional (MÉSZÁROS, 2008, p.54). Logo salienta que, para mudar o poder hegemônico, é necessário realizar uma atividade contra a internalização, mas esta não pode ser uma tarefa somente de um grupo selecionado, mesmo que este grupo tenha as melhores das intenções, precisa da participação da espinha dorsal da nação. Ou seja, a abordagem educacional tem que adotar a totalidade das práticas político, educacional e culturais na mais ampla concepção do que seja uma transformação emancipadora. Salienta o pensamento de José Martí, quando diz que ser culto es el único modo de ser libre, e que educar es depositar em cada hombre toda la obra humana que le há antecedido; es hacer de cada hombre resumem del mundo viviente hasta el dia em que vive(MÉSZÁROS 2008 p. 58). Afirma que o próprio Martí percebeu que todo o processo de educar deveria ser refeito sobre todos os aspectos, do começo até um fim, de modo a transformar a formidável prisão num lugar de emancipação. E salienta que os princípios orientadores da educação formal devem ser destacados do seu tegumento da lógica do capital (MÉSZÁROS 2008 p.59). Então vê a necessidade de uma mudança radical dos princípios orientadores da educação formal. Mas sem um progressivo e constante intercâmbio com os processos de educação abrangentes com a nossa própria vida, a educação formal não pode tornar-se emancipadora.

Quanto à questão da autonomia, Paulo Freire (1997, p. 66) diz que ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando, e que a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor. Para ele, o professor que desrespeita a curiosidade do educando, a sua inquietude, a sua linguagem; o educador que ironiza o aluno, que o minimiza, transgredir os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência. Para Paulo Freire (1987), o professor autoritário afoga a liberdade do educando, proibindo ao aluno o direito de ser curioso, inquieto, e questionador. Desta forma, a transgressão da ética jamais pode ser vista ou entendida como virtude, mas como ruptura com a decência. Assim, qualquer discriminação é imoral, é necessário lutar contra ela. E que o saber educar, exige do educador uma prática coerente com este saber.

Por outro lado, nas diretrizes curriculares, fundamenta-se a educação na relação dialógica e dialética entre educador-educando, educando-educador. Neste processo de relação dialética e dialógica entre sujeitos, ambos aprendem. O diálogo preconizado por Paulo Freire é uma relação horizontal, oposta ao elitismo. Nutre-se de amor, humildade, esperança, o diálogo proposto pelas elites é vertical, impedindo o educando de dizer a palavra (GADOTTI, 2004, p. 33).

Na relação dialógico-educadora, parte-se sempre da realidade do educando, dos seus conhecimentos, da sua experiência, para construir a partir daí o conhecimento novo, e uma cultura vinculada aos seus interesses. Nas diretrizes curriculares solicita-se que seja realizado no âmbito escolar um trabalho cooperativo e interdisciplinar.

Sob esta ótica, Velasco (2010, p. 107) em seu livro *El Socialismo del Siglo XXI*, diz que o trabalho coletivo e interdisciplinar está em que educando e educador superem os velhos hábitos criados na educação que Paulo Freire denomina de bancária, e aprendam a trabalhar em equipe. Salaria que a pedagogia problematizadora aponta formar educadores capazes de desvelar criticamente a realidade social vigente e lutar pelas transformações para que estas conduzam a uma sociedade sem oprimidos nem opressores. E ressalva que o desvelamento crítico da realidade implica colocar a competência científica a serviço da luta dos oprimidos, e trabalhar os conteúdos a partir da relação e esclarecimento reflexivo e auto-reflexivo das experiências vitais destes, dialogicamente tematizados.

4 A VISÃO DOS EDUCADORES RIVERENSES SOBRE AS DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL A E DO CURRÍCULO ESCOLAR.

No caminho da investigação foram realizadas entrevistas com quatro educadores riverenses do ensino público escolar, de escolas urbanas e rurais. As entrevistas foram realizadas com base no seguinte questionário:

- 1) Como você define a Educação Ambiental?
- 2) Que proposta você faria para a mudança do atual modelo econômico hegemônico? Justifique.
- 3) Considera importante a incorporação da Educação Ambiental em todos os cursos, e nos diferentes níveis educativos que constituem o sistema de educação? Por quê?
- 4) Considera importante que a Educação Ambiental esteja presente no âmbito da educação formal e não formal?
- 5) Que você diria a respeito da importância de que cada município promova uma ativa participação cidadã, na gestão ambiental do seu contexto?
- 6) Como você considera que deva ser abordada a Pedagogia da Educação Ambiental para evitar a visão fragmentada da realidade?
- 7) Em sua escola, realizam-se ações ou projetos que envolvam a Educação Ambiental e o contexto escolar? Que temas foram privilegiados? Que caminhos teórico-metodológicos foram escolhidos?
- 8) Como vê a possibilidade de que seja elaborado um Programa de Educação Ambiental que contemple as características de cada região?
- 9) Percebe a importância de que o currículo escolar esteja em sintonia com a realidade social, econômica, política, e local, de cada região? Por quê?
- 10) Concorda com uma educação escolar, fundamentada numa educação como práxis libertadora?
- 11) Percebe a gratuidade da escola como um poderoso instrumento na prática da igualdade democrática?
- 12) Que conceitos você considera importante para a formação integral do homem?
- 13) Considera fundamental que seja construído um modelo de educação fundamentado nos princípios da solidariedade, cooperação versus competitividade?

14) Considera que a educação deve estar fundamentada na relação dialógica e dialética entre educador-educando/educando-educador?

15) Existe um PPP na sua escola? Em sua prática de ensino, tem em conta o Projeto Político Pedagógico Institucional da sua escola? Como?

16) As Diretrizes para a Educação Ambiental foram discutidas na sua escola? Como foram ou estão sendo aplicadas? Você leu por conta própria essas diretrizes? Como as está aplicando na sua tarefa docente?

Segue a risca as determinações das Diretrizes uruguaias para a Educação Ambiental. Os dados obtidos a partir da análise das entrevistas, e do programa de educação escolar, evidenciam a inexistência de uma Política Nacional de Educação Ambiental no Uruguai. Então, a partir desta análise, atrevo-me dizer que a Educação Ambiental no contexto escolar é abordada pelos educadores como uma temática desde o ponto de vista ecológico. Deixando claro em suas respostas que, além de não conhecerem os novos acontecimentos que vêm ocorrendo no Uruguai em relação à Educação Ambiental, suas ações educativas a este respeito ficam restritas somente às áreas das ciências naturais e ciências sociais. Por outro lado, foi importante saber, como os educadores riverenses entendem ou definem a Educação Ambiental; ficando explícitas em seus relatos as seguintes percepções:

A Educação Ambiental está relacionada com a sustentabilidade e tem que estar relacionada também com o ecossistema, com o homem e com os recursos naturais, ou seja, deve existir o vínculo entre seres humanos e seu entorno. (A)

A EA é um processo de aprendizagem dirigido a toda a população com a finalidade de motivar e sensibilização como forma de lograr uma conduta favorável ao cuidado do meio ambiente, promovendo a participação de todos na solução dos problemas ambientais que se apresentam. (B)

Desde meu ponto de vista considero que a Educação Ambiental tem que ter como objetivo desenvolver o ser humano desde seu ponto de vista crítico e reflexivo para que possa questionar e atuar em seu meio. (C)

A Educação Ambiental tem por objetivo conscientizar as pessoas, crianças, jovens e adultos, de que todos fazem parte do meio ambiente, e de que o meio ambiente faz parte da nossa vida, por tanto somos os co-construtores desse ambiente. Assim a educação tem por objetivo fundamental a transformação do ambiente, bem como fazê-lo melhor para nossa vida. (D)

No que se refere à questão de como os educadores definem a Educação Ambiental, sob esta ótica, enfatizo que, além da educação ambiental ser abordada pelos professores dentro de uma perspectiva ecologista, e ser tratada como um conteúdo curricular nas disciplinas de biologia e geografia; ela ainda é reduzida a um conjunto de atividades realizadas no 5 de junho (dia mundial do meio ambiente), na plantação de árvores em espaços

verdes, na coleta do lixo, totalmente descontextualizada da realidade socioeconômica, política e cultural do seu contexto regional.

Avaliando o desconhecimento dos educadores a respeito da Educação Ambiental, percebo a urgência de que seja abordada na prática de ensino, na dimensão transversal, para que possa adquirir sua validade didática. Uma questão que considere relevante foi identificar o quanto os educadores ainda sabem pouco ou nada sobre esta temática. Neste sentido, percebo que, mesmo que a Educação Ambiental esteja inserida no programa de educação escolar na perspectiva transversal, ela ainda não é contemplada; mas para que isso seja possível, entendo como Mészáros (2008, P. 25) que uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social na qual as práticas educacionais vêm acontecendo. Neste contexto, o autor salienta de que procurar margens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do capital é uma contradição (MÉSZÁROS, 2008, p. 27); é por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativa diferente. Ou seja, desde meu ponto de vista, para que Educação Ambiental seja abordada no currículo escolar do Uruguai numa perspectiva transversal, é necessário mudar o currículo escolar como um todo e concomitantemente as práticas educativas escolares.

Com relação às propostas de como fariam os educadores para mudar o atual modelo econômico hegemônico, enfatizam o seguinte:

Que para mudar o atual modelo econômico, tem que fazer que os grandes empresários se responsabilizem pela destruição do planeta, com políticas educativas que atendam estes problemas. Desde meu ponto de vista, a EA tem que estar atravessada por políticas públicas, ou seja, deve existir um marco político que tem que ser respeitado. (A)

Percebo que um novo paradigma de educação baseado num modelo construtivista que valorize as culturas originais e enfatize a consciência ambiental, é de fundamental importância como forma de conquistar mudanças em nosso planeta, sobretudo para mudar os processos que favorecem a crise ambiental atual que está colocando em risco a existência da espécie humana. (B)

Desde meu ponto de vista penso que a Educação Ambiental não pode ficar resumida somente à questão política; ela tem que ter em conta o ponto de vista econômico; assim o governo deve propiciar ações voltadas ao meio ambiente. (C)

Acredito que deveria haver uma mudança pessoal, pois sob meu ponto de vista as mudanças do sistema se dão através de uma mudança pessoal. Mas o que acontece de forma geral com as pessoas é que, a grande maioria está impregnada de uma hipocrisia muito grande, diz e faz coisas que não deveriam ser ditas e nem realizadas e, o que realmente são feitas não são ditas. Acredito que cada um de nós deveria exigir dos nossos representantes mais sinceridade. Pois, o que mais nos preocupa não é o grito dos violentos e corruptos, nem dos desonestos, o que mais nos preocupa é o silêncio dos inocentes. E quando falamos em Educação Ambiental, não estamos falando somente no âmbito físico, temos que ter em conta o ambiente

emocional, social que nos rodeia. Uma das coisas que está faltando na humanidade é a sinceridade e escutar ao outro. Mas para poder mudar o sistema atual, vejo a necessidade primeiramente de uma mudança pessoal. (D)

Para que aconteça esta mudança, Mészáros (2008, p. 35) diz que o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa de força da lógica incorrigível do sistema, e prosseguir de modo planejado e consciente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital. Neste sentido, entendo que embora os educadores riverenses reconheçam a necessidade de mudar o atual modelo político e econômico vigente, e notório que ainda não percebam que no reino do capital, como salienta Mészáros (2008, p. 16), a educação, é ela mesma uma mercadoria; daí a crise do sistema público de ensino, e diz que uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços em Shopping Center, funcionais a sua lógica do consumo e do lucro. Então, para Mészáros (2008), numa sociedade do capital, a educação e o trabalho subordinam-se a essa dinâmica. Então, concordo com o autor que dentro dos parâmetros atuais do sistema de educação que temos no Uruguai, torna-se impossível pensar em uma educação diferente, sem mudar radicalmente todo o sistema de educação.

Interessou-me também conhecer o que pensam os educadores riverenses de como deve estar inserida a Educação Ambiental no currículo escolar, ou seja, como esses educadores pensam que deva ser abordada a Educação Ambiental na prática escolar.

A EA deve ser abordada de forma transversal no Programa de Educação Escolar. Na minha escola trabalha-se a EA porque os educadores têm consciência da sua importância. A EA tem que estar presente em todos os níveis de educação desde o Ensino Fundamental até o Ensino Universitário. (A)

Enfatizar uma Educação Ambiental que tenha, que informe e prepare aos seres humanos para desenvolver atitudes práticas que melhorem a qualidade de vida. A necessidade que em todos os âmbitos e níveis de educação seja realizada a conscientização quanto à preservação e conservação do meio ambiente. (B)

Desde meu ponto de vista considero muito importante que a Educação Ambiental seja abordada em todos os níveis da educação, pois temos que aprender a cuidar e preservar o meio ambiente. Temos que formar o humano como um ser consciente do meio onde vive, ou seja, tem que ser consciente dos problemas que o rodeiam para poder atuar e tomar direções a respeito. (C)

Penso que sim, pois no caso da nossa cidade, que sofre dia a dia com a desorganização no âmbito social, percebo a necessidade de incorporar a Educação Ambiental em todos os âmbitos, no social, cultural, no meu ponto de vista o ambiente deveria ser incorporado pela arte, mas os interesses econômicos desta região fazem com que algumas coisas tenham prioridade frente a outras. (D)

Diante destes aspectos, observo que apesar da transversalidade da Educação Ambiental estar validada na Lei Nº 18.437, de 2008, no capítulo VII, do artigo 40; e estar legitimada no Programa de Educação Escolar, percebe-se que, no que se refere às ações dos educadores e suas práticas pedagógicas, essa transversalidade não é contemplada, ficando sua abordagem restrita a ações realizadas nas disciplinas de Ciências e Geografia, desde o ponto de vista da sensibilização ecologista.

Uma questão que considere importante no caminho da pesquisa foi investigar como a Educação Ambiental Escolar materializa-se no âmbito da rede pública de ensino do Uruguai. No que se refere às ações e propostas pedagógicas realizadas nas escolas, verifiquei, no Projeto Pedagógico Institucional da escola rural Nº22, Valle del Lunarejo, que os educadores, com o intuito de amenizar alguns problemas ambientais, levam a cabo o Projeto Quebradas del Norte. Projeto este que surge como necessidade de realizar ações conjuntas entre a comunidade escolar e local, para conservar a biodiversidade da região. Por outro lado, é importante ressaltar que, apesar da iniciativa dos educadores em realizar um trabalho conjunto com a comunidade local, este trabalho ficou restrito a ações escolares, conseguindo um mínimo de participação e envolvimento tanto da comunidade local, como dos órgãos municipais da cidade, responsáveis pelo DEMA (Departamento do meio Ambiente).

Interessou-me conhecer a forma como se deram também as ações pedagógicas nas escolas urbanas que abrange esta investigação. Pelo que pude avaliar nos Projetos Pedagógicos Institucionais das escolas, as ações realizadas pelos educadores envolvem basicamente atividades de reciclagem de materiais, campanhas contra doenças transmitidas pela mudança climática e outros; ficando claro que cada participante em seu âmbito escolar buscou sempre trabalhar com os problemas da sua comunidade.

Diante destes aspectos, acredito oportuno dizer que independente das ações que realizem os educadores no âmbito escolar; a idéia é que se trabalhe a “Educação Ambiental” em todos os âmbitos, no político, social, econômico e cultural, e não simplesmente como sensibilização e conscientização somente na educação formal, ele tem que abranger como especifiquei acima, também a educação não formal. Geralmente as ações escolares ficam reduzidas ao plantio de flores, à reciclagem do lixo, enfatizando-se a idéia de Educação Ambiental como pura sensibilização, esquecendo-se de relacioná-la aos acontecimentos sociais, políticos, e culturais do contexto regional, nacional e global.

Embora os educadores estejam cientes de que a educação ambiental deva estar presente no âmbito da educação formal e não formal; poderia afirmar que a Educação

Ambiental no Uruguai ainda tem sido abordada e discutida como consciência ecológica, com seus conteúdos curriculares voltados à simples conscientização e cuidado do meio ambiente.

A afirmação acima fica explícita nos seguintes relatos dos educadores.

Desde meu ponto de vista, a EA deveria estar inserida em todas nossas atividades. Ou seja, nosso olhar como educadores deveria estar voltado a formar cidadãos conscientes de onde moram e de onde tiram o seu sustento (alimento) que é o que nos possibilita a vida. Toda esta problemática deve ser examinada com mais cuidado. (A)

Sim, em todos os cursos e níveis de ensino, ela deve estar presente na Educação formal e não formal. (B)

A EA não pode ficar resumida ao centro escolar, ela deve abranger também a família e comunidade. Considero importante que quando falarmos de educação ambiental tem que se ter em conta também as atitudes, os valores, as ações, que não as adquirimos somente na escola, mas sim no percurso da nossa vida. (C)

Sim, penso que a educação formal deveria apropriar-se da educação não formal. Porque hoje a educação formal está esquematizada de tal forma, que nos leva a crer que o que o não é formal não é válido. Minha experiência como educador leva-me a pensar no grande valor que possui a educação não formal. Penso também que na educação não formal se fazem mais coisas que na educação formal. Do meu ponto de vista pensa que seria muito positivo que a educação formal se deixasse impregnar pela educação não formal, pois acredito na importância destes dois âmbitos da educação. (D)

Com relação a estes aspectos, alguns educadores uruguaios, ressaltam no livro Educação Ambiental- Uma Demanda do Mundo Atual, que a educação ambiental não pode ficar restrita somente ao contexto escolar, ela deve ser realizada também fora do contexto escolar, numa abordagem local, regional, nacional e global (ARHKAR 2007, p. 27 DOMINGUEZ 2007, p. 27 PESCE 2007, p 27). No que se refere ao comprometimento e envolvimento dos educadores riverenses com temática Ambiental, a especificidade desta pesquisa demonstra que, no contexto escolar, têm sido produzidos e privilegiados caminhos teóricos metodológicos envolvendo as áreas de ciências da natureza e das ciências sociais; com projetos de educação ambiental que partem do princípio de intervenção, sensibilização e cuidado do meio ambiente, com ações realizadas somente na escola, e não abrangendo a comunidade educativa, totalmente descontextualizada dos problemas ambientais regionais. Sob este aspecto, torna-se necessário que se reflita sobre os problemas ambientais dentro do contexto escolar, e fora dele, ou seja, na comunidade regional como um todo.

Outro eixo que me pareceu importante saber, é se existe uma política participativa entre escola e governo municipal. Os educadores relatam o seguinte.

Nossa cidade é um dos municípios que mais trabalha com a EA, mas falta muito a ser realizado. Deveriam existir mais políticas públicas por parte dos nossos governantes a este respeito. Percebo a EA descontextualizada do nosso programa de educação. (A)

É necessário e importante que todos estejam inseridos e que se receba aportes e apoio de toda a comunidade. Se somarmos esforços entre todos, será mais fácil atingir as metas desejadas. É essencial que os projetos sejam levados a cabo para evitar alternativas de comissões infrutíferas. (B)

Deve existir apoio do governo tanto estadual e municipal no processo da Educação Ambiental. Deve existir uma política ambiental que conscientize as pessoas, e a comunidade como um todo. (C)

Percebo que é fundamental independente de qualquer posição política, que se promova uma ativa participação cidadã na gestão ambiental do contexto. Vivo numa cidade onde as políticas ambientais têm crescido muito. Hoje temos políticas ambientais voltadas a reciclagem do lixo, mas seria necessário que todos os âmbitos sociais, culturais e educacionais estivessem inseridos nos projetos municipais proporcionados pelo DEMA da nossa cidade e, seria necessário destinar mais tempo para estas ações. Deveriam por exemplo usar os meios de comunicação da cidade como forma de divulgar as ações que são ofertadas não somente em relação à reciclagem, mas também na propagação e incentivo, por exemplo, das hortas comunitárias. Pois temos muitas ações que estão sendo realizadas entre o município e comunidade local que não estão sendo divulgadas. Seria fundamental também a inserção das escolas nestes projetos. (D)

A partir dos relatos proferidos acima, percebe-se a falta de uma Política de Educação Ambiental municipal concreta, ficando suas ações restringidas a atividades de conscientização e cuidado do meio ambiente. Além disto, há inexistência de um trabalho conjunto e cooperativo entre governo municipal e comunidade escolar; ficando as atividades restritas à resolução de problemas que aparecem nas áreas de proteção ambiental, esquecendo-se do seu enfoque pedagógico. Sob esta ótica, os educadores deixam claro em seus relatos, necessidade de que sejam realizadas ações conjuntas entre governo municipal e comunidade escolar, e abordar a Educação Ambiental contextualizada à sua região.

No transcurso desta investigação, foi importante saber a visão dos educadores sobre como deva ser tratada a Pedagogia da Educação Ambiental. Em seus relatos, consideram o seguinte.

Para definir o que é Pedagogia da Educação Ambiental, temos que definir o que é pedagogia, educação e meio ambiente. São três terminologias diferentes que unidas formam um conceito. Temos que saber também o que é EA. Teríamos que estudar e buscar informação sobre o que é EA, assim como a formação de educadores nesta área, para poder aplicar teoria e prática juntas. (A)

Considero como elementos fundamentais para a educação: aprender a conhecer, aprender a viver juntos, aprender a fazer e aprender a ser. São conceitos básicos na busca de uma educação que sirva para a vida e esta para a comunidade. (B)

Temos que ter em conta que os problemas ambientais não se reduzem a casos isolados, ou seja, temos que abordar a Educação Ambiental em sua totalidade. Não podemos tratá-la de forma fragmentada, por partes. Quando ensinamos a Educação Ambiental na escola, temos que partir de um problema e ver sua origem, como surgiu, suas consequências. Assim estaremos abordando a Educação Ambiental não de forma fragmentada, mas sim em sua totalidade. (C)

Penso que a Educação Ambiental se dá na vivência, na prática e não na teoria. Coloco como um exemplo positivo, algumas ações que se realizam no Brasil quanto à questão ambiental. Penso que a Educação Ambiental tem que ser vivencial e comunitária; ou seja, vivenciada em um determinado espaço em que cada pessoa possa discernir o que é bom ou não, e que cada um seja participe desse processo. Neste sentido a Educação Ambiental tem que se fazer participe a todas as pessoas, pois hoje temos mais direitos que deveres e responsabilidades. Penso que a Educação Ambiental deveria conscientizar as pessoas das suas responsabilidades como cidadãos para com o meio ambiente que os rodeia e fazê-lo responsável e comprometido com o mesmo. (D)

Os dados evidenciam que os educadores não entendem a Educação Ambiental como um processo educativo que deve permear o currículo escolar, numa abordagem transversal, contínua e permanente, em todas as áreas do conhecimento e as atividades realizadas dentro do contexto escolar e fora dela. Constatei, também, que os educadores ainda concebem a Educação Ambiental como uma disciplina específica, e não permeando todas as áreas do conhecimento, nos diferentes níveis de educação, desde a educação infantil até o Ensino Superior.

Prosseguindo a análise desta investigação, outro eixo que me pareceu importante investigar tem a ver com a existência de ações e projetos realizados entre as escolas e governo municipal. Neste sentido os educadores relatam:

Leva-se a cabo projetos que são realizados de forma conjunta entre escola, governo municipal e sociedade. E os caminhos metodológicos escolhidos foram baseados nas ideias de Paulo Freire, que é o autor que fundamenta nosso Programa de Educação Escolar. (A)

Nossa escola está sempre inserida a projetos que visem à conservação e proteção do meio ambiente. (B)

Em nossa escola são abordados temas que têm a ver com nosso contexto escolar, e leva-se a cabo projetos de Educação Ambiental que abordam as seguintes temáticas: áreas protegidas, ecossistema, água. (C)

Penso que a Educação Ambiental deve estar inserida em todos os âmbitos da escola. Em nossa escola, por exemplo, a Educação Ambiental é inserida em todas as ações realizadas na mesma. (D)

Apesar de que alguns educadores afirmem, em suas respostas, que existem ações e projetos conjuntos entre a escola e a autarquia municipal, suas ações e projetos escolares ainda ficam restritos ao âmbito da educação formal, sem ter em conta a educação não formal. Resumindo, me atrevera afirmar que, além dos educadores desconhecerem a abrangência da Educação Ambiental, ela é abordada por eles, na perspectiva ecológica. Mas é preciso, como afirma Mao Tse-Tung (2009, p. 13), considerá-la também como ato político e como prática social dos homens. Assim, a Educação Ambiental deverá estar presente na vida política, nas atividades desenvolvidas no domínio das ciências, da cultura, e em todos os domínios da vida prática da sociedade. Por isto dá importância de que se ultrapassem os muros da escola, e se realizem ações conjuntas com a comunidade local, regional e nacional, ou seja, não se pode tratar a Educação Ambiental alienada da sua realidade.

Com relação à necessidade de um Programa de Educação Ambiental que contemple as características de cada região, os educadores ressaltam:

Vejo muito favorável, pois o município de Rivera já se estão implementando políticas educativas entre dois países (Uruguai-Brasil), entre duas cidades, Rivera e Santana do Livramento/RS, com um programa binacional entre fronteiras, por sua característica de fronteira seca, que nos permite transitar em ambas as cidades. (A)

Tudo o que realizamos deve ser contextualizado com nosso contexto. Não podemos abordar uma temática ou um problema fora do contexto, ou seja, descontextualizadas da realidade. Nosso currículo escolar é flexível e aberto permitindo-nos adaptá-lo as necessidades e expectativas do seu contexto. (B)

Em nível de educação escolar nacional temos o currículo de educação escolar, onde a Educação Ambiental está inserida de forma transversal, e a nível regional tem que existir um programa de Educação Ambiental que contemple as características de cada região. Ou seja, realizar ações e projetos que sejam contemplados temas pertinentes a cada região. (C)

Sim, a Educação Ambiental deve levar em conta a característica de cada região. Por exemplo, em nossa região, destaca-se como relevante o Aquífero Guarani e, para tal deve-se priorizar o estudo da água, valorando a riqueza e patrimônio público deste contexto. Além da água deveriam ser trabalhados também temas como a poluição sonora, atmosférica, e o aumento da pobreza nos cinturões da cidade, devido ao crescimento econômico de alguns setores comerciais da cidade. Do meu ponto de vista deveriam existir políticas públicas que visem o desenvolvimento social e a erradicação da pobreza deste município. (D)

Nesta perspectiva, ao analisar as respostas dos educadores, percebi a necessidade de se praticar uma Educação Ambiental inserida na realidade concreta dos sujeitos. Uma educação relacionada ao ato social, político, cultural da especificidade de cada contexto. É necessário que o processo educativo esteja voltado para ações coletivas, e rompa com o isolamento,

individualismo e competitividade entre os seres humanos. Afirmamos a importância de que escola e comunidade realizem projetos e ações conjuntas onde possibilitem aos alunos vivenciar, aprender e conhecer outras realidades fora do âmbito escolar. Ou seja, sob a ótica de pensamento, concordo com Paulo Freire (1987, p. 57), quando diz que não se pode falar da realidade como algo parado, estático e compartimentado, alheio à experiência existencial do educando. É necessário estimular não somente ações voltadas à preservação do meio ambiente, mas também a ações que visem mudanças culturais. Sob esta ótica, busquei investigar sobre como os educadores pensam que deve ser abordada a Educação Ambiental no currículo escolar:

O currículo tem que estar de acordo com a realidade social. Ou seja, para que o currículo seja eficaz, tem que estar em sintonia o social, o político, o econômico, o local e regional. Não podemos, por exemplo, trabalhar com nossas crianças temas descontextualizado da sua região, ou seja, temos que abordar temáticas que envolvam esta região, como, por exemplo, a florestação, próprio do nosso meio. Claro que com isto não quero dizer que as crianças possam conhecer outras realidades, mas temos que situá-las nesta realidade do seu contexto. (A)

Sim, tudo o que realizamos deve estar contextualizado com o nosso contexto. Não podemos abordar um tema ou um problema fora do contexto, ou seja, descontextualizado da realidade. Nosso currículo escolar é flexível e aberto, permitindo-nos adaptá-lo às necessidades e expectativas de cada contexto. (B)

Sim, é importante porque a Educação Ambiental tenha em conta a realidade social, político e econômico de cada região. Assim, as crianças têm que ter certas atitudes frente ao seu meio. (C)

Sim, deve estar contextualizado, e para tal a Educação Ambiental deveria estar em estreita relação com a educação não formal. Como educador penso que temos que estar abertos a outras experiências, conviver com a comunidade é importante para sair da educação formal para lecioná-la com a comunidade local. (D)

Podemos constatar em seus relatos que alguns educadores não tratam a Educação Ambiental, como uma temática que permeia todas as áreas do conhecimento, remetendo-a apenas ao aspecto ecológico. Ou seja, a educação ambiental não é relacionada à realidade social, política e cultural de cada região. Neste contexto, percebo a necessidade de que as escolas propiciem práticas educativas coletivas, que relacionem o contexto escolar com a comunidade local. A necessidade de que se realizem práticas educativas dentro e fora da escola, ou seja, relacionando a educação formal e não formal. Uma das questões que tem suscitado inúmeros questionamentos nesta pesquisa refere-se à questão de como tem se realizado a inserção da Educação Ambiental no contexto escolar riverense. Torna-se relevante salientar que os debates sobre esta temática não são uma preocupação recente no Uruguai;

eles vêm acontecendo desde épocas anteriores, mas, sem dúvida alguma, foi nestes últimos anos que se incentivou a elaboração de diretrizes de educação ambiental a nível nacional no país, direcionadas especificamente ao âmbito escolar. Para isto, faço referência especificamente a Lei de Educação Geral Nº 18.437, que estabelece, no Capítulo VII; Artigo 40, que a Educação Ambiental seja inserida como linha transversal no sistema nacional de educação. Entendo também que, a partir da elaboração da inserção da educação ambiental no universo escolar, começasse a pensar em estratégias para mudar as práticas educativas escolares. Além disto, surge minha dúvida em relação a como os educadores riverenses entendem a transversalidade da educação ambiental no currículo escolar; tendo em conta que para muitos deles esta temática ainda carece de significado, ou entendimento.

Dialogando acerca destas limitações, Paulo Freire (1987, p. 86) diz que é a partir da situação presente, existencial e concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política. Ratificando esta questão, pergunto-me o que podemos fazer como educadores para que a transversalidade da Educação Ambiental ocupe um lugar de importância no currículo escolar, se a lógica do programa de educação escolar do Uruguai continua sendo estruturado pelas diferentes áreas do conhecimento, e organizado por disciplinas e conteúdos curriculares específicos. Embora, tenha uma visão definida sobre a situação atual da educação ambiental do Uruguai, para que ela seja inserida no currículo escolar torna-se necessário que seja aprendida em sua totalidade permeando todo o sistema de educação escolar. De acordo com estes parâmetros, Paulo Freire (1987, p. 98) ressalva que quanto mais assumam os homens uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade. Sem dúvida, esta postura tem se definido como a única possível nos espaços escolares riverenses; para isso, torna-se necessário que os educadores possibilitem a transversalidade da educação ambiental, e sua articulação com as diferentes disciplinas do currículo escolar. Neste contexto, destaca Paulo Freire (2011, p. 26), em seu livro *Educação e Mudança*, que não podemos perceber a realidade enclausurada em departamentos estanques; temos que captá-la como uma totalidade, cujas partes se encontram em permanente interação, sua ação não poderá incidir sobre as partes isoladas.

No caminho desta investigação, foi importante também saber o que pensam os educadores, sobre a educação como práxis libertadora. Relatam o seguinte:

Estou de acordo que se tenha uma educação com base na prática libertadora, entendida como a que nos diz Paulo Freire, no respeito aos outros seres humanos. Pois a liberdade não deve ser entendida desde o ponto de vista da libertinagem, que posso fazer o que quero, mas sim fazer o que posso, até onde me permite minhas

condições de ser humano, mas sempre respeitando o outro. Essa para mim deve ser a prática da liberdade, o compartilhar com o outro nossas aprendizagens, nossos saberes. O ir e vir, respeitar o pensamento do outro, e construir juntos. (A)

Sim estou de acordo, pois penso que a educação é um processo dinâmico que parte dos sujeitos, por tanto é um produto da práxis, não e somente reflexão, e também uma atividade realizada através da relação humana. Na pedagogia da Liberdade, o educador não é aquele que transmite a realidade, existe a interação entre educador-educando. O conhecer e a interação dos conhecimentos já obtidos, com a apropriação de novos conhecimentos. (B)

A educação tem que ser transformadora, e como práxis libertadora deve situar-se como um ato político, onde os seres humanos tenham que emergir da sua ignorância para poder interagir no seu meio, buscando formas alternativas para conseguir uma mudança social. O homem deve conhecer sua cultura para poder transformar a realidade social em que vive. Uma educação libertadora faz com que os seres humanos sejam mais humanos e lutem por uma sociedade mais justa, e que tenha a possibilidade de escolher que ações são as mais adequadas, e que valores têm que permanecer. (C)

Penso que tem que ser praticada como tal, ou seja, o dizer e fazer devem estar juntos, é de primordial importância a relação com o outro. A educação libertadora começa por nós, e de como nos relacionamos com os outros. Particularmente penso que nosso sistema de educação é totalmente oposto e não possui uma educação libertadora. Por exemplo, quando observamos em nosso Programa de Educação Escolar que ressalva-se a educação como práxis libertadora, mas não da forma como está estruturada em nosso sistema. Penso que da forma como esta estruturada é mais provável que a práxis libertadora se de na educação não formal, que na formal, sobretudo pela forma piramidal e hierárquica na qual está estruturado nosso sistema de educação, em vez de libertar-nos leva a uma prisão. (D)

Tendo em vista as respostas dos educadores acima, concordo com Paulo Freire (1987p. 67), que a educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação, não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo enche de conteúdos, mas sim na problematização dos homens em sua relação com o mundo. Neste contexto, torna-se importante salientar, que contrário á educação bancária, temos a educação como prática da liberdade, que nega o isolamento e desligamento do homem no mundo (PAULO FREIRE 1987, p. 70). A reflexão que propõe o autor, não é sobre este homem abstrato, nem sobre este mundo sem homens, mas sobre os homens em suas relações com o mundo. A educação, para Paulo Freire (1987), não pode ser isolada do mundo, nem o mundo isolado do homem; e necessário que esteja presente no ato social e político dos homens e, para tal, deve existir uma relação dialética dos homens com o mundo.

Busquei saber também o que pensam os educadores, sobre a gratuidade da escola, e se a mesma é considerada como um poderoso instrumento na prática da igualdade democrática. Neste sentido, relatam:

Antigamente a escola podia ser denominada gratuita, mas no momento atual, fica a dúvida de que ela seja gratuita. Pois no presente momento temos um modelo econômico capitalista, onde além da escola pública temos a privada, e nesta o aluno passa a ser um cliente, e nela assistem os alunos que têm um poder econômico melhor; já na escola pública vão os alunos que não podem pagar. Parece-me que a gratuidade deveria ser ofertada para todos. Mas na sociedade atual quem tem mais oportunidades e o que tem mais. A escola privada oferece aos alunos outras vantagens que a escola pública não tem. Estamos longe de uma escola pública de qualidade e que contemple todas as necessidades dos alunos. Como educadora me questiono a gratuidade da educação uruguaia. (A)

A gratuidade está associada ao valor fundamental da educação como forma de nivelamento social, e igualdade de oportunidade para todos. Por exemplo, José Pedro Varela salientou a gratuidade da escola como o mais poderoso instrumento da prática da igualdade democrática. Desde meu ponto de vista, o valor da democracia, é o valor da igualdade, tem como condição a necessidade de uma escola gratuita para todas as pessoas. A educação é um serviço público como, por exemplo, é a justiça e outros. (B)

A educação tem que ser transformadora, e como práxis libertadora deve situar-se como um ato político, onde os seres humanos tenham que emergir da sua ignorância para poder interagir no seu meio, buscando formas alternativas para conseguir uma mudança social. O homem deve conhecer sua cultura para poder transformar a realidade social em que vive. Uma educação libertadora faz com que os seres humanos sejam mais humanos e lutem por uma sociedade mais justa, e que tenha a possibilidade de escolher que ações são as mais adequadas, e que valores têm que permanecer. (C)

Sim, na gratuidade e igualdade deve estar presente a responsabilidade. E a obrigatoriedade deve estar somada ao fator responsabilidade. (D)

Para analisar as repostas dos educadores acima, auxiliam-me as idéias de Gadotti (2004, p. 94), quando ressalva que na atualidade a defesa da educação pública, pode reduzir-se à defesa de uma concepção dessa escola, que é a concepção burguesa. E salienta que na época atual enfatiza-se uma escola para todos, apenas como expansão das oportunidades educacionais, não se colocando a questão da concepção dessa escola. Ressalva Gadotti (2004) que uma escola para todos não significa, necessariamente, uma escola democrática. Se partirmos da idéia de que a escola pública é uma conquista da burguesia na sua luta pela abolição dos privilégios da nobreza, sustenta-se que, sob a hegemonia da burguesia, a função possível da escola pública deva ser democratizar o conhecimento (GADOTTI 2004, p. 95). Além disso insiste que, para que a escola pública seja popular, a educação deve estar a serviço da organização política das classes populares.

Em consonância com esta idéia, Pistrak (2011, p. 26) diz que a escola deve educar as crianças de acordo com as concepções, e o espírito da realidade atual; essa deve invadir a escola, mas invadi-la de uma forma organizada, no seio da realidade atual. Este o autor

ressalva também que, com relação ao objeto da educação, nossa concepção da realidade atual obriga-nos a rever o objeto do ensino tradicional, herdado da antiga escola. Além disso, diz Pistrak (2011, p. 27), a consequência é que os antigos métodos de ensino não podem mais servir; é necessário estudar os fenômenos em suas relações, sua ação e dinâmica recíprocas; é preciso mostrar a dialética de tudo o que existe. Seguindo esta ótica de pensamento, Pistrak (2011, p. 30) afirma:

Que o marxismo nos dá não apenas a análise das relações sociais, não somente o método de análise para compreender a essência dos fenômenos sociais em suas relações recíprocas, mas nos dá também o método de ação eficaz para transformar a ordem existente.

No entanto, para Pistrak (2011), o trabalho da escola enquanto base da educação deve estar ligada ao trabalho social, à produção real, à atividade concreta e socialmente útil; e sem este perderia seu valor essencial, seu aspecto social. Neste sentido, é preciso reconhecer que as crianças não se preparam apenas para viver, elas já vivem uma verdadeira vida e, para tal, devem organizar-se nesta vida, e esta auto-organização tem que ser para elas um trabalho sério, com obrigações e responsabilidades (PISTRAK, 2011, p. 33). Diz também que, para que as crianças conservem o interesse pela escola, como centro vital, como organização, é preciso nunca perder de vista que as crianças não se preparam para se tornar membros da sociedade, elas já o são, com seus problemas, objetivos e interesses (PISTRAK 2011, p. 34). Ou seja, o que se quer deixar bem claro que democracia escolar, não dá garantia de nenhuma forma, acesso escolar, pelo contrário, nos parâmetros atuais em que se encontra nossa escola, ele é excludente. Neste contexto, Galeano (1999, p. 11), em seu livro, *Uma Escola do Mundo Ao Avesso*, afirma:

Que dia após dia nega-se às crianças o direito de serem crianças; diz que o mundo trata os meninos ricos como se fossem dinheiro, e os meninos pobres como se fossem lixo, e os do meio, os que não são ricos nem pobres, conserva-os atados a mesa da televisão, para que aceitem desde cedo, como destino, a vida prisioneira. E salienta que educados na realidade virtual, deseducam-se da realidade real.

Em conformidade com o acima exposto, afirma Galeano (1999, p. 29), que a América Latina é a região mais injusta do mundo, e diz que em nenhum outro lugar é tão imensa distância que separa os poucos que têm o direito de mandar, dos muitos que têm o dever de obedecer.

No que se refere especificamente à educação fundamentada na relação dialógica e dialética entre educador-educando/educando-educador, os educadores dizem o seguinte:

O diálogo é fundamental, mas desde meu ponto de vista não pode ultrapassar o ponto de vista do outro. Ou seja, temos que chegar a um acordo, a um consenso. Cada um tem que fundamentar e argumentar o que fala. Desde meu ponto de vista o diálogo deve estar presente também no núcleo familiar, nos centros educativos, na vida, na rua, e principalmente nos governos. (A)

Considero que a relação que deve existir entre educador, educando e comunidade, é de fundamental importância no âmbito da educação, já que fixa de uma forma e de outra, aspectos relevantes na característica da educação. O educador deve procurar por todos os meios existentes e possíveis uma relação de qualidade com seus alunos. Mas para conseguir isto é necessário que exista um trabalho conjunto entre eles e deles com a comunidade. Os fatores econômicos, sociais, culturais e religiosos, entre outros, devem estar presentes na educação e na relação entre educando e educador. Desde meu ponto de vista considero que todos estes fatores facilitam o processo de comunicação, fazendo-se mais significativa tanto para educadores, como para alunos, e assim a relação entre educador, educando e comunidade leve-se a cabo com êxito. (B)

Deve existir uma relação de diálogo entre educador e educando. O educador tem que conhecer o aluno, suas características, suas fortalezas, debilidades, interesses. Deve conhecer o aluno para ajudá-lo, e o aluno deve ter confiança no educador para que aconteça o intercâmbio entre educador-educando/educando-educador, e nessa relação ambos aprendem. (C)

Essa relação dialética implica o fazer pensar ao outro. Do meu ponto de vista cada pessoa tem que ser consciente das suas possibilidades e limitações. O fazer pensar e como construir a relação dialética. A construção dialética não se constrói a partir da minha imposição ao outro, das coisas que ele tem que fazer, mas sim de quando o outro me diz o que eu também tenho que fazer. Ou seja, quando existe uma relação mútua entre os pares, e quando nessa relação ambos nos damos conta do que estamos fazendo. Não passa por uma relação imposta ao outro, mas sim numa relação que permita ao outro pensar, posicionar-se, mas para isto eu tenho que dar as ferramentas para que o outro possa realizar. A grandeza está quando reconhecemos o que aprendemos na relação com o outro. (D)

Na tentativa de entender as aproximações dos educadores riverenses, sobre esta questão, aproprio-me das palavras de Paulo Freire (1987, p. 77), quando diz que a dialogicidade é a essência da educação como prática da liberdade, e que os homens se fazem na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Penso que a interpretação que os educadores realizam desta temática está vinculada ao fato de que acreditem que a educação escolar se faz possível somente na existência duma relação dialógica entre educador e educando. Embora alguns deles não tenham explicitado suas respostas, temos que considerar que o diálogo é uma exigência existencial dos seres humanos e, como diz Paulo Freire (1987, p. 83), o diálogo começa na busca do conteúdo programático. No entanto, para Paulo Freire (1987) a concepção como prática da liberdade, a sua dialogicidade começa não quando o educador /educando se encontram com os educandos /educadores em uma situação pedagógica, mas

antes disso, quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com estes. Mas segundo Paulo Freire (1987), para o educador bancário, na sua antidualogicidade, a pergunta não é a propósito do conteúdo do diálogo que, para ele não existe, mas a respeito do programa que dissertará aos seus alunos. No entanto, para o educador-educando dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição, nem um conjunto de informações depositadas no aluno, mas a devolução organizada de forma estruturada. Nesta perspectiva, Paulo Freire (1987, p. 86) diz que não podemos a não ser ingenuamente, esperar resultados positivos de um programa, seja educativo num sentido mais técnico, ou de ação política, se, desrespeitando a particular visão do mundo que tenha ou esteja tendo o povo. Sob esta ótica, entendo como Paulo Freire (1987, p. 87), que a ação educativa é política, e não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer bancária ou do pregar no deserto. Conforme o acima abordado Rubem Alves (2001, p. 57 apud Gadotti) diz que só se aprende quando se gosta, quando se ama o que se estuda, diz que o capitalismo, ao contrário, leva as pessoas adiarem o prazer em benefício do capital. Fazendo uma analogia com a história de Pinóquio, um boneco de pau, que para virar gente, teve que ir à escola, Rubem Alves (2011) afirma que isso acontece em nossa sociedade, só que às avessas: crianças que eram de carne e osso, ao entrar na escola, só receberam diplomas depois de se transformarem em boneco de pau. Ressalva Rubem Alves (2011, p. 58 apud Gadotti) “que os currículos estão cheios de lições sobre o poder e vazios de lições sobre amor”; que é preciso ensinar a física com as estrelas, pipas, bolinhas de gude, a Química com a culinária, a Biologia com as hortas, aquários, a Política com o jogo de xadrez.

Por outro lado, interessou-me saber sobre a existência de Projetos Político Pedagógicos nas escolas, e de como os educadores produzem suas práticas de ensino:

No Uruguai existem políticas pedagógicas baseadas na Lei de Educação 18.437 com um projeto pedagógico para o quinquênio 2010 a 2015. Este é o marco normativo que rege a educação. No momento atual já temos um programa determinado para período (2010 a 2030) e são estas as normas que regem nossa educação. Para se trabalhar a parte pedagógica, tem que se ter em conta estas políticas educativas. (A)

Na nossa Escola tem um Projeto Pedagógico Institucional, e nele nos baseamos para realizar os projetos e atividades pedagógicas. (B)

Temos na escola um Projeto Pedagógico Institucional que serve de base para a constituição de outros projetos, o mesmo surge de um problema, e a partir deste é que surgem os outros projetos a serem realizados na escola. (C)

Poderia dizer que nosso Projeto Pedagógico Institucional surge primeiro como uma imposição do sistema de que cada centro escolar tem que ter seu projeto de centro. Mas particularmente, nossa escola leva a sério um projeto para trabalhar com as

dificuldades de aprendizagem apresentadas por nossos alunos, e a partir dele foram construídas pelos educadores da escola, as ações para trabalhar as dificuldades apresentadas no âmbito geral da escola. (D)

Segundo o relato dos educadores, cada escola possui seu Projeto Pedagógico Institucional, construído pela equipe dos professores da escola, tendo em conta a especificidade do contexto escolar. Mas ao analisar os documentos oficiais da escola, não foi possível identificar em seus planejamentos e ações pedagógicas a Educação Ambiental no currículo escolar na perspectiva transversal; ela aparece como um enfoque naturalista-ecológico, desde o ponto de vista do cuidado do meio ambiente. Neste sentido, percebo que os educadores riverenses ainda colocam a educação ao serviço da concepção da força do estado, com uma prática positivista, e vinculada aos parâmetros do capital, totalmente desconexa do âmbito da pedagogia emancipatória, e crítica-social. Neste contexto, entendo como Pistrak (2011, p. 23), de que a Escola sempre foi uma arma nas mãos das classes dirigentes; então é necessário que a revolução e a escola ajam paralelamente. Neste sentido, seguindo sua ótica de pensamento, o autor nos diz que o trabalho na escola como base da educação, deve de estar ligada ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia seu valor essencial seu aspecto social (PISTRAK, 2011, p. 30).

No âmbito desta pesquisa busquei investigar se, no currículo escolar, foram discutidas ou desenvolvidas as diretrizes para a Educação Ambiental, elaboradas pela RENE (Rede de Educação Ambiental). Logo após, interessou-me saber, também, que temas envolvendo a Educação Ambiental foram abordados, e que caminhos teórico-metodológicos foram escolhidos pelos educadores riverenses, em suas ações pedagógicas. A respeito deste questionamento, destaco algumas reflexões e propostas realizadas pelos mesmos:

As Diretrizes para a Educação Ambiental não foram discutidas na sua escola, e não estão sendo aplicadas na prática docente, por falta de conhecimento. (A)

As diretrizes curriculares são tiradas diretamente do Programa de Educação Escolar. Por meio de palestras e experiências significativas. Com o apoio da UDELAR (Universidade da República do Uruguai) com o projeto “Flor del Ceibo” no qual realizam com nossa escola oficinas com professores e alunos nos diferentes níveis sobre temas que abrangem a Educação Ambiental.(B)

Em nossa escola leva-se a cabo um projeto intermunicipal com três municípios: Rivera, Salto e Tacuarembó, intitulado Quebradas del Norte. Aos municípios compete à elaboração do cronograma das ações e das atividades a serem realizadas durante todo o ano, e a temática é trabalhada de forma conjunta tendo em conta a problemática regional. (C)

As diretrizes que conheço são as que trabalhamos no Programa de Educação escolar; nas áreas das ciências naturais e sociais, e em algumas atividades relacionadas especificamente ao âmbito da nossa escola. (D)

No que se refere a esta última questão, percebo, em conformidade com as respostas dos educadores riverenses, que a Educação Ambiental ainda é abordada pela maioria deles como uma disciplina específica nos currículos escolares. Neste sentido, é preciso que se entenda a dimensão ambiental permeando as diferentes disciplinas curriculares, articulada às diversas áreas do conhecimento. Analisando as respostas dos educadores, percebi também que as diretrizes curriculares não são discutidas nas escolas riverenses, por falta de conhecimento. E que o grande desafio será buscar a operacionalização da educação ambiental no contexto escolar numa abordagem interdisciplinar. Embora ela ainda seja abordada pela maioria dos educadores riverenses nas disciplinas de Biologia e Geografia; embora a Educação Ambiental tenha assumido, no campo escolar, uma posição hegemônica; torna-se necessário que se realizem debates e seminários sobre esta temática, para que a concepção da educação ambiental penetre todas as organizações sociais, culturais, políticas e educacionais. Neste sentido, é preciso que esses educadores façam leituras nos referidos documentos oficiais elaborados pela Rede Nacional de Educação Ambiental, especificamente nas diretrizes curriculares para a educação ambiental, para que a partir das leituras e análise destes documentos, possam pensar em ações e projetos e atividades a serem realizados dentro e fora da escola, ou seja, relacionar a educação ambiental formal e não formal. Será importante que a educação ambiental esteja presente em todas as disciplinas curriculares, e que as ações ambientais abordem os aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais e regionais de acordo específico de cada região, e em constante interação com os aspectos naturais e sociais, históricos e políticos que constituem os seres humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando como educadora me lancei ao desafio de realizar esta pesquisa, realizei-a tendo em conta minhas vivências, e meu fazer educativo dentro de uma realidade espaço/temporal da qual faço parte. Neste sentido, esta pesquisa permitiu-me ter uma panorâmica geral da visão dos educadores Riverenses, sobre as ações de Educação Ambiental no currículo escolar.

Busquei neste projeto descrever o transcurso histórico da Educação Ambiental no âmbito mundial, as recomendações das conferências ao mundo em torno da problemática ambiental, e de sua preocupação quanto à sustentação do planeta.

Outro aspecto a se destacar é que, embora alguns dos educadores do ensino público escolar riverenses entrevistados, tenham consciência da legitimidade da Educação Ambiental, como linha transversal no currículo escolar do Uruguai, a mesma não está contemplada nas práticas pedagógicas escolares.

Ficou bem caracterizado na fala desses educadores que a Educação Ambiental é entendida como um conceito ecologista e naturalista trabalhada nas áreas das ciências naturais. Portanto a fala desses educadores mostrou que a maioria deles não tem em conta a percepção da totalidade da problemática ambiental ficando a mesma, restrita a ações realizadas nas disciplinas de biologia e geografia, totalmente desconexa da realidade contextual.

Neste sentido, percebi que a Educação Ambiental, não se constitui no currículo escolar uruguaio como uma temática que permeia todas as áreas de conhecimento e disciplinas que constituem o programa de educação escolar, ficando fragmentada e compartimentada.

Ficou claro também, que apesar da Educação Ambiental estar contemplada como linha transversal que perpassa todas as áreas e campos disciplinares do programa de educação escolar, como um eixo dinamizador e unificador, de todas as disciplinas que constituem o programa de educação escolar, a Educação Ambiental se remete apenas ao ecológico.

Mas sob esta ótica, para alguns dos educadores entrevistados há necessidade de que a Educação Ambiental tenha como objetivo integrar, articular e perpassar todas as disciplinas e áreas do conhecimento que formam o programa de educação escolar. Em sua fala pude perceber que a grande maioria deles não favorece a interação entre os conteúdos e saberes das disciplinas, com a problemática ambiental do seu contexto. Do meu ponto de vista, isto se dá

devido ao desconhecimento destes educadores sobre a temática, ou por não terem nenhuma formação em Educação Ambiental.

A pesar de que estes educadores ressalvem a necessidade de novos tempos, novas demandas, e novos desafios; sob minha ótica, percebo o currículo escolar ainda subordinado a certos interesses do meio social e político, e tive maior clareza disso quando ao analisar alguns documentos legais que orientam as práticas educativas das escolas que constam nesta pesquisa, não estavam nela explicita ações voltadas a Educação Ambiental.

Sob esta ótica, percebo que enquanto a Educação Ambiental dentro do currículo escolar não estiver articulada a realidade social, cultural e política de cada região, e em quanto estes educadores não conseguirem mudar suas práticas pedagógicas, suas relações sociais e sua forma de perceber o mundo, a escola não acompanhará as profundas mudanças da sociedade atual.

Neste sentido novas demandas e desafios nos levam a pensar: que aluno, que educador, que escola, e que processos pedagógicos são os mais adequados para por em prática o movimento onde todos somos aprendizes, educando e educador.

E com certeza será por meio da sua prática social e atividade objetiva que estes educadores socialmente unidos, irão transformar sua realidade social, cultural e política.

Embora se tenha realizado no Uruguai ações de Educação Ambiental a nível nacional e local para a elaboração das Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental, e de que se tenha contemplado a mesma como linha transversal no Programa de Educação Escolar; percebo a mesma ainda totalmente descontextualizada dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais de cada comunidade regional.

Além disso, fica explícito no currículo escolar uruguaio a fragmentação das disciplinas, e sem se reconhecer suas articulações e relações, o saber fica compartimentado, impedindo a possível ligação interdisciplinar entre as mesmas.

Então, percebo a necessidade de que se erradique de uma vez este grave problema, e se pense numa possível e futura mudança de todo o sistema de educação, por considerá-lo desconexo da realidade atual.

Este é um desafio que incumbe a todos os educadores uruguaio do século XXI, resolver de uma vez por todas a grande fragmentação que existe entre a escola e a humanidade. Ou seja, temos uma educação nos moldes do século XX, para alunos do século XXI, acarretando consigo a dificuldade de que os educadores possam compartilhar a idéia de articular a Educação Ambiental com as disciplinas do currículo escolar e concomitantemente

com as demandas sociais, culturais e políticas de cada comunidade, tendo em conta sua especificidade.

No entanto, recentemente, como aluna do mestrado em Educação Ambiental, e ao participar da V EDEA (Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental), durante a mesa do debate surgiu entre os professores palestrantes o seguinte questionamento: Se a Educação Ambiental deve ser uma disciplina ou deve ser abordada na educação formal na perspectiva transversal, permeando todas as disciplinas do currículo escolar? Na mesa de debate foi pronunciado também, que ainda existe um preconceito em relação à Educação Ambiental, em se pensar que seja trabalhada nas disciplinas das ciências naturais, descontextualizada das às áreas humanas. Sob esta ótica, foi pronunciado que temos como educadores ambientais o compromisso de alavancar a Educação Ambiental em nosso contexto escolar, ou seja, realizar ações, e pesquisas sócio-ambientais articulando a educação formal e não formal.

No que se refere, especificamente, ao problema desta pesquisa, e sua hipótese, pude constatar na análise das entrevistas realizadas com os educadores, que não conhecem a temática da Educação Ambiental; e atrevo-me a dizer, que ainda não existe no Uruguai um Programa específico de Educação Ambiental, como há no Brasil; mas a Educação Ambiental apresenta-se no currículo escolar como uma proposta transversal que não é enfatizada pelos educadores no seu fazer pedagógico, por não conhecerem, e por não possuírem nenhuma formação sobre a mesma.

Pude constatar também, que as Diretrizes para a Educação Ambiental, não são materializadas no âmbito da rede pública escolar riverense, ficando explícito o desconhecimento dos conteúdos das mesmas pela grande maioria de seus educadores.

Cabe ressaltar, que no caminho da investigação foi importante ter realizado a análise das Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental do Uruguai a partir dos princípios da Educação Ambiental na PNEA Brasileira. A mesma permitiu-me perceber o distanciamento entre a Educação Ambiental e sua articulação com a educação formal e não formal.

A partir do que emergiu, da análise das entrevistas com os educadores riverenses, e dos dados obtidos na análise dos diferentes documentos legais que norteiam o sistema de educação do Uruguai, evidenciam que no transcurso da história, a educação uruguaia até os anos 60, teve um papel de grande importância a nível internacional. Mas que a partir desta década, assistimos um constante deterioro do sistema de educação, profundizando-se com a ditadura militar, e na década dos anos 90, pelas políticas neoliberais e conservadoras de governos de direita.

Porém, em 2005 deu-se um processo de mudança política, passando o Uruguai a ser governado pelo partido da esquerda, nesta mesma época o sistema de educação estava fragmentado. Então, pode-se dizer que desde essa época, o sistema de educação, alcança hoje uma inversão do 4,5% do PBI nacional, mas este governo de esquerda almeja chegar a 6% do PBI para a educação. Então, conclui-se uma ampla cobertura da educação em todos os níveis de ensino.

Cabe ressaltar que para que seja assegurada a educação como direito humano fundamental por toda a vida, é importante ter educadores com uma boa formação, para que possam assegurar a capacitação do educando.

Para tal, será de primordial importância uma excelente formação de professores em todas as áreas e níveis de ensino. E se repensar um novo formato escolar. Mas para que estas mudanças sejam reais, será necessário alterar todo o sistema de educação, suas dimensões visíveis e ocultas, esta mudança de estrutura será necessária para romper com a fragmentação e concomitantemente com a lógica do capital.

Sob esta ótica, pode-se dizer que os atuais educadores do sistema de educação escolar formados em estruturas pedagógicas tradicionais, não estão preparados para o uso da transversalidade da Educação Ambiental em suas práticas escolares.

Neste sentido, é importante que sejam potencializadas novas formas de educar, de aprender, de olhar as realidades, e articular, e vincular a Educação Ambiental a realidade política, social, econômica regional e local, assim como a superação de uma Política de Educação Ambiental definida nacionalmente e regionalmente, integrada aos diferentes níveis do sistema de educação pública, e a necessidade de integrar a Educação Ambiental desde a perspectiva formal e não formal.

Então, quanto a inserção da Educação Ambiental no sistema de educação escolar, cabe ressaltar que não há articulação nenhuma da Educação Ambiental com as disciplinas que constituem o programa de educação escolar, assim como também os educadores sequer manifestam conhecimento algum das diretrizes de educação ambiental elaboradas nos encontros nacionais da RENE (Rede de Educação Ambiental), desta forma não conseguem articular a Educação Ambiental com as demais disciplinas, o que vejo como lamentável, entendendo-se que a mesma esta contemplada no Programa de Educação escolar como tema transversal, podendo ser trabalhada por toda ou qualquer disciplina. Então, concluo esta investigação afirmando que apesar da Educação Ambiental ser Promulgada na Lei Geral de Educação Nº 18.437, que dispõe, no cap. VII, artigo 40, a inserção da Educação Ambiental

transversal no sistema nacional de educação, ela não é contemplada, sendo trabalhada geralmente, no dia 5 de junho Dia Mundial do Meio Ambiente.

Quanto à inserção da temática ambiental escolar, é relevante salientar nesta pesquisa que estes educadores sequer manifestam conhecimento das Diretrizes de Educação Ambiental, e, portanto não se materializam no âmbito escolar. Então, me atrevo dizer que a hipótese desta pesquisa foi concluída, podendo afirmar que o Uruguai não possui um Programa Nacional de Educação Ambiental. No entanto a Educação Ambiental apresenta-se no Currículo Escolar como uma proposta transversal, que não se materializa nas práticas escolares.

Embora o Uruguai não possua um Plano de Educação Ambiental, órgãos do governo estão realizando nestes últimos tempos políticas educacionais direcionadas a efetivação da Educação Ambiental especificamente no ensino escolar. Já se anunciam discussões e debates, de como a Educação Ambiental será abordada nos sistema de educação, e a elaboração de um Plano Nacional de Educação Ambiental.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, G. M. **Currículo, Território em Disputa**. 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2011. 374 p.
- ACHKAR, M. et al. **Educación Ambiental**. Uma demanda del Mundo Hoy. 1ª ed. Montevideo-Uruguay: Zonalibro, 2007.139 p.
- BARCIA, L. **Hacia Una Pedagogia de la Educación Ambiental**. Memorias del Camino Recorrido.1ª ed. Montevideo-Uruguay. Imprenta Rojo, 2010. 99 p.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental**. Princípios e Práticas. 9ª ed. São Paulo: Gaia, 2004. 551 p.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987. 184 p.
- _____. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes Necessários a Prática Educativa. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 143 p.
- GADOTTI, M. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2004. 167 p.
- GALEANO, E. **De Pernas Pro Ar**. A Escola do Mundo Ao Averso. 7ª ed. Porto Alegre: L&PM, 1999. 386 p.
- MARX, K. ; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 126 p.
- MÉSZÁROS, I. **A Educação Para Além do Capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 126 p.
- MAO TSE-TUNG. **Sobre a Prática & Sobre a Contradição**. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 80 p.
- PISTRAK. M. M. **Fundamentos Da Escola Do Trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 192 p.
- SACRISTAN, J. G. **O Currículo**. Uma Reflexão Sobre a Prática. 3ªed. Porto Alegre: Artmed, 2000. 396 p.
- SAVIANI, D. **Escola E Democracia**. 25 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. 91 p.
- TRIVIÑOS. A. N. S. **Introdução Á Pesquisa em Ciências Sociais**. 1ª ed. A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas 1987. 175 p.
- VELASCO, S. Lopez. **Introdução à Educação Ambiental Ecomunitarista**. Rio Grande: 1ª ed. FURG, 2008. 188 p.
- _____. **Ecomunitarismo, Socialismo Del Siglo XXI E Interculturalidad**. Rio Grande: 1ª ed. FURG, 2009.

_____. **El Socialismo del Siglo XXI. En Perspectiva Ecomunitarista A La Luz del “Socialismo Real” Del Siglo XXI.** Aguascalientes/ San Luis Potosí / México, Editora Torres y Asociado, 2010.

PROGRAMA DE EDUCACIÓN ESCOLAR (Uruguay). 2008. Disponible em:
<www.dfpd.edu.uy/ifd/fraybentos/materiales/Programa_Escolar.pdf> Acceso em: 22 nov.2012.

LEY GENERAL DE EDUCACIÓN N° 18. 437 de 12.XII.2008. CAPITULO 7, Art. 40 (De las líneas transversales), (Uruguay). Disponible em<http://www.leyeducacion.mec.gub.uy/doc/texto_completo_ley_educacion.pdf>. Acceso em: nov. de 2012.

VIDEO FILME “EL ESCUADRÓN DE LA MUERTE”. Disponible em: < Película Escuadrón de la Muerte Uruguay y la Dictadura - Montevideo WebTV - YouTube.htm> Acceso em: agost. de 2013.

ANEXO A- Ley N° 18.437- LEY GENERAL DE LA EDUCACIÓN

CAPÍTULO VII-LÍNEAS TRANSVERSALES

Artículo 40. (De las líneas transversales).- El Sistema Nacional de Educación, en cualquiera de sus modalidades contemplará líneas transversales entre las cuales se encuentran:

- a) La educación en derechos humanos.
- b) La educación ambiental para el desarrollo humano sostenible.
- c) La educación artística.
- d) La educación científica.
- e) La educación lingüística.
- f) La educación a través del trabajo.
- g) La educación para la salud.
- h) La educación sexual.
- i) La educación física, la recreación y el deporte, de acuerdo a los lineamientos que se especifican:
 - a) La educación en derechos humanos tendrá como propósito que los educandos, sirviéndose de conocimientos básicos de los cuerpos normativos, desarrollen las actitudes e incorporen los principios referidos a los derechos humanos fundamentales. Se considerará la educación en derechos humanos como un derecho en sí misma, un componente inseparable del derecho a la educación y una condición necesaria para el ejercicio de todos los derechos humanos.
 - b) La educación ambiental para el desarrollo humano sostenible tendrá como propósito que los educandos adquieran conocimientos con el fin de fomentar actitudes y comportamientos individuales y colectivos, para mejorar las relaciones entre los seres humanos y de éstos con el entorno. Procurará desarrollar habilidades para potenciar un desarrollo humano sostenible en la búsqueda de una mejora sostenida de la calidad de vida de la sociedad.
 - c) La educación artística tendrá como propósito que los educandos alcancen a través de los diferentes lenguajes artísticos, una educación integral, promoviendo el desarrollo de la creatividad, la sensibilidad y la percepción, impulsando la creación de universos singulares que den sentido a lo que es significativo para cada ser humano.
 - d) La educación científica tanto en las áreas social, natural y exactas, tendrá como propósito promover por diversas vías, la comprensión y apropiación social del conocimiento científico y tecnológico para su democratización. Significará, también, la difusión de los procedimientos y métodos para su generación, adquisición y uso sistemáticos.

- e) La educación lingüística tendrá como propósito el desarrollo de las competencias comunicativas de las personas, el dominio de la lengua escrita, el respeto de las variedades lingüísticas, la reflexión sobre la lengua, la consideración de las diferentes lenguas maternas existentes en el país (español del Uruguay, portugués del Uruguay, lengua de señas uruguaya) y la formación plurilingüe a través de la enseñanza de segundas lenguas y lenguas extranjeras.
- f) La educación a través del trabajo tendrá como propósito incorporar a los educandos en el concepto del trabajo como actividad propia de los seres humanos e integradora a la vida social.
- g) La educación para la salud tendrá como propósito la creación de hábitos saludables, estilos de vida que promuevan la salud y prevengan las enfermedades. Procurará promover, en particular, la salud mental, bucal, ocular, nutricional, la prevención del consumo problemático de drogas y una cultura de prevención para la reducción de los riesgos propios de toda actividad humana.
- h) La educación sexual tendrá como propósito proporcionar instrumentos adecuados que promuevan en educadores y educandos, la reflexión crítica ante las relaciones de género y la sexualidad en general para un disfrute responsable de la misma.
- i) La educación física, en recreación y deporte, tiene como propósito el desarrollo del cuerpo, el movimiento, la interacción, y la actividad humana, contribuyendo al mejoramiento de la calidad de vida, al desarrollo personal y social, así como a la adquisición de valores necesarios para la cohesión social y el diálogo intercultural. Las autoridades velarán para que estas líneas transversales estén presentes, en la forma que se crea más conveniente, en los diferentes planes y programas.

ANEXO B-DECLARAÇÃO FINAL PRIMEIRO ENCONTRO DE EA

Primer Encuentro Nacional de Educación Ambiental para el Desarrollo Humano Sustentable

Los participantes del Primer Encuentro Nacional de Educación Ambiental para el Desarrollo Humano Sustentable, maestros, profesores de enseñanza secundaria, UTU, Formación Docente y de la Universidad de la República, educadores del ámbito formal y no formal, estudiantes, funcionarios de instituciones públicas y privadas, reunidos en Montevideo los días 27,28 y 29 de abril de 2006 declaramos:

La Educación Ambiental constituye un proceso por el cual se adquieren conocimientos que permitan modificar actitudes y comportamientos individuales y colectivos, para mejorar las relaciones entre los seres humanos y de éstos con el entorno. Procura desarrollar habilidades para potenciar un desarrollo humano sustentable en la búsqueda de una mejora sostenida de la calidad de vida de la sociedad.

El proceso de conformación del campo de lo que actualmente se denomina Educación Ambiental, lleva ya varias décadas. En ese período, numerosas organizaciones e instituciones públicas y privadas del País y del exterior, desde los ámbitos formales y no formales y a través de distintos eventos nacionales y mundiales, han realizado aportes desde distintas ópticas y disciplinas.

La Educación Ambiental debe estar sustentada en el diálogo entre las ciencias del ambiente y los saberes populares pertinentes. El abordaje científico de la realidad debe considerar la complejidad de la realidad y la transdisciplinariedad con apertura y tolerancia.

La Educación Ambiental puede y debe contribuir a la modificación del actual modelo no sustentable de desarrollo humano, esfuerzo transformador que debería estar acompañado de un cambio de modelo económico hegemónico.

Reconocemos que el camino de la Educación Ambiental tiene dificultades y presenta conflictos de intereses individuales y colectivos, que deberán ser enfrentados y sorteados para avanzar en una nueva concepción de educación participativa y contextualizada.

La situación que vive en estos días nuestro país y la región, en torno a problemas tales como: la expansión urbana, la instalación de las plantas de celulosa y otros emprendimientos productivos, la pobreza y marginación socio-espacial, demuestra claramente la importancia de la Educación Ambiental para la formación de seres humanos críticos capaces de valorar con fundamentos éticos y científicos estas transformaciones y conflictos.

Existen múltiples experiencias positivas de Educación Ambiental en el ámbito de la educación formal y no formal. Sin embargo, es fundamental promover acciones que tiendan a multiplicarlas, modificando prácticas y actualizando currículos. También es necesario promover la articulación de ambas modalidades educativas, identificando y aprendiendo de las experiencias puestas en práctica en distintos lugares del país.

La mejor estrategia para incorporar la Educación Ambiental en el sistema educativo es la transversalidad. Por ello consideramos imprescindible ambientalizar el currículo a los efectos de que vaya en sintonía con la realidad socio-económica y ambiental, local, regional y global. Asimismo, creemos necesario que en la formación terciaria (formación docente y educación superior) junto a esta transversalidad, se integren ámbitos específicos a los efectos de formar personas capaces de incorporar esta visión a su quehacer profesional.

La riqueza del Encuentro realizado, el valioso intercambio producido y los acuerdos alcanzados demuestran la validez del espacio construido en torno a la Red de Educación Ambiental y Desarrollo Humano Sustentable convocada en 2005. Promover la interconexión entre todos los actores involucrados es imprescindible para asegurar el fortalecimiento de la Red. Para ello, convocamos a todos aquellos que coincidan con esta propuesta a adherirse y sumarse para participar en esta importante tarea. Ratificamos los conceptos vertidos en el Documento Síntesis preparatorio de este Encuentro que se ofrece junto a otros aportes como contribución al Debate educativo que se desarrolla durante todo el presente año.

ANEXO C-DECLARAÇÃO FINAL SEGUNDO ENCONTRO DE EA

Segundo Encuentro Nacional de Educación Ambiental para el Desarrollo Humano Sustentable Educación Ambiental: Cómo avanzar.

Los participantes del Segundo Encuentro Nacional de Educación Ambiental para el Desarrollo Humano Sustentable, maestros, profesores de enseñanza secundaria, UTU, Formación Docente y de la Universidad de la República, educadores del ámbito formal y no formal, estudiantes, funcionarios de instituciones públicas y privadas, particularmente de las intendencias, reunidos en Atlántida los días 5, 6 y 7 de junio de 2008 declaramos:

Reafirmamos que la Educación Ambiental constituye un proceso por el cual se adquieren conocimientos que permitan modificar actitudes y comportamientos individuales y colectivos, para mejorar las relaciones entre los seres humanos y de éstos con el entorno. Procura desarrollar habilidades para potenciar un desarrollo humano sustentable en la búsqueda de una mejora sostenida de la calidad de vida frente a una crisis civilizatoria cada vez más aguda.

Reiteramos que la Educación Ambiental puede y debe contribuir a la modificación del actual modelo no sustentable de desarrollo humano, esfuerzo transformador que debería estar acompañado de un cambio de modelo económico hegemónico actual. La perspectiva ambiental del desarrollo, necesariamente, deben conducir hacia una reformulación de los paradigmas del conocimiento donde puedan convivir la incertidumbre, la razón, la pasión, las subjetividades y el cambio, aproximando entre todos una educación desde y sobre la complejidad.

Valoramos el rico proceso que como Red hemos ido construyendo desde su creación en el año 2005 hasta la fecha, como los Encuentros Regionales realizados, la creación de nuestro sitio web, la realización del Primer Curso de actualización dictado por la Red temática de Medio Ambiente de la UDELAR, el acuerdo realizado con la cátedra UNESCO de la Universidad a Distancia de España, por la que profesionales uruguayos realizan Cursos de Postgrado en Educación Ambiental, la organización de la Semana de la Educación Ambiental en abril de 2007 en el interior del país, la creación de nuevas redes locales como la de Paysandú y Canelones, entre otras acciones que han permitido abrir nuevos caminos para la educación ambiental en nuestro país.

Este Encuentro se enmarca en momentos en que se está considerando un nuevo Proyecto de Ley General de Educación que incluye en su artículo 42 a la Educación Ambiental para el Desarrollo sustentable como una línea transversal para toda la educación. Es significativo señalar que su definición fue recogida textualmente del 2do punto de la Declaración final del Primer Encuentro realizado en el 2006.

Del análisis y diagnóstico realizado en este segundo encuentro, y acompañando su consigna central Educación ambiental: cómo avanzar, se han realizado ricos aportes desde los diversos ámbitos institucionales y académicos participantes. De esta forma se ha considerado necesario que es imprescindible la inversión de recursos económicos específicos para el desarrollo de actividades de Educación Ambiental.

Que la Red Nacional de Educación Ambiental fortalezca su rol como instancia de encuentro y articulación interinstitucional y multisectorial- (singularidad privilegiada en la región)- contribuyendo a mejorar los canales y alcance para la difusión de las actividades en educación ambiental y sus resultados y productos, con impacto multiplicador.

Que todas las instituciones y organizaciones asuman su compromiso representativo en la Red Nacional y en las Redes Locales con el fin de fortalecer las mismas y mejorar la articulación.

Que la educación ambiental marque un rol orientador desde los ámbitos formales y no formales e informales, diversos espacios formativos, abordando la problemática de la soberanía alimentaria entendida como el derecho de cada pueblo a definir sus propias políticas agropecuarias en materia de alimentación y asegurar el acceso y control sobre el territorio, el agua, la semilla y el cambio climático, entendiendo a la complejidad de sus causa y la urgencia de atender y prevenir sus consecuencias anticipándose a las mismas.

Fortalecer el intercambio de conocimientos y experiencias de cada subsistema, aprovechando las fortalezas que cada uno ha desarrollado históricamente, por ejemplo la investigación a nivel de la Universidad de la República y la formación de Didáctica y Pedagogía a nivel de la Formación Docente.

Difundir los proyectos exitosos de Educación Ambiental entre los distintos actores privilegiando el uso de las salidas de campo, imprescindibles para la motivación y sensibilización de los alumnos. Promover desde los ámbitos municipales, una activa participación ciudadana educando para incidir en la gestión ambiental de su propio entorno.

Cada proyecto o programa deberá ser trabajado por el conjunto de los actores involucrados para lograr que se apropien del mismo antes de su ejecución.

Promover la formación ambiental de periodistas y comunicadores y fomentar la educación ambiental en todos los cursos formales de periodismo y comunicación de los diferentes niveles educativos que conforman el sistema educativo nacional.

ANEXO D- DECLARAÇÃO FINAL TERCEIRO ENCONTRO DE EA

Tercer Encuentro Nacional de Educación Ambiental para el Desarrollo Humano Sustentable, Hacia una pedagogía de la Educación Ambiental.

Los y las participantes del Tercer Encuentro Nacional de Educación Ambiental para el Desarrollo Humano Sustentable, maestros(as), profesores de enseñanza secundaria, UTU, Formación Docente y de la Universidad de la República, educadores(as) del ámbito formal y no formal, estudiantes, funcionarios(as) de instituciones públicas y privadas, particularmente de las Intendencias, reunidos/as en Montevideo los días 6, 7 y 8 de mayo de 2010 declaramos: que en el Segundo Encuentro Nacional (Atlántida, 2008), nos preguntábamos hacia dónde vamos, en este, en cambio, avanzamos en la búsqueda de nuevas herramientas que permitan construir qué tipo de educación ambiental queremos, cuál es la pedagogía con la que queremos trabajar.

Hemos intercambiado experiencias de todo el país, para poder comenzar a construir una pedagogía integradora, flexible, contextualizada a las comunidades locales, que valora los saberes locales y académicos y que se re-crea permanentemente. El contexto se convierte en texto de aprendizaje y por lo tanto la enseñanza debe partir de la realidad, respetando la escala de trabajo local y global en los procesos de enseñanza y aprendizaje.

La Pedagogía de la Educación Ambiental, como surge de los trabajos y las conferencias realizadas en este encuentro, debe incorporar: situaciones, problemas, conflictos y dilemas sobre la calidad de vida y ambiente, para educar incorporando el riesgo y la incertidumbre característicos de esta época; una educación en el ejercicio del derecho ciudadano, con compromiso ético para un pensamiento proyectivo; nuevos modos de leer los problemas, con enfoques integrados, transversales, complementarios, para evitar la visión fragmentada de la realidad; metodologías que desafíen la creatividad y la innovación, experimentando el diseño de soluciones posibles; prácticas que combinen intelecto con sensibilidad y placer para educar en la alegría; la diversidad de espacios institucionales y que trasciendan los tiempos escolares.

Entendemos que no es posible hablar de educación ambiental sin reconocer que la crisis ambiental es antes que nada una crisis social y ética, provocada por el modelo de desarrollo productivo-tecnológico hegemónico, que se basa en una lógica mercantilista que aliena al ser humano de la naturaleza y desarrolla relaciones sociales asimétricas caracterizadas por una creciente inequidad, que causan conflictividades en el territorio, que

promueve conductas y actitudes donde se privilegia la posesión de bienes materiales y promueve al individualismo sobre el bien común.

Reconocemos, por lo tanto, que las relaciones sociales y económicas limitan las relaciones técnicas y educativas. Crecimiento no es lo mismo que desarrollo, siempre hay intereses en la generación y manejo del conocimiento.

La Educación Ambiental está vinculada con una visión política y social lo que permite trabajar de forma liberadora, amplia el horizonte y permite aplicarlo a las metodologías cotidianas. Valoramos el rico proceso que como Red hemos ido construyendo desde su creación en el año 2005 hasta la fecha, como los Encuentros Regionales realizados, la creación de nuestro sitio web, la realización de tres Cursos de Actualización dictados por la Red Temática de Medio Ambiente (UDELAR), el acuerdo realizado con la Cátedra UNESCO de la Universidad a Distancia de España, el Banco de datos que permitirá conocer e intercambiar todas las experiencias del país, entre otras acciones que han permitido abrir nuevos caminos para la educación ambiental en nuestro país.

Valoramos desde el contexto y marco nacional, que la Ley de Educación, Incluya en su Artículo 40 a la Educación Ambiental para el desarrollo humano sostenible como una línea transversal para toda la Educación y su implementación en todo el país.

Proponemos que la Red Nacional de Educación Ambiental fortalezca su rol como espacio de articulación y de incidencia en los programas educativos nacionales, en particular ANEP y Enseñanza Terciaria, que permitan enriquecer el marco, el enfoque, el contenido y su impacto multiplicador.

Que todas las instituciones renueven su compromiso con la Red Nacional y en las Redes locales para fortalecer las mismas y mejorar la articulación Interinstitucional y los acuerdos necesarios para impulsar acciones conjuntas.

Elaborar un Programa Nacional de Educación Ambiental donde todos los ámbitos de la RENEa estén involucrados, a partir de las situaciones locales en los elementos del ambiente como suelo, agua, biodiversidad, efluentes, etc. Impulsar publicaciones de análisis y debate para la construcción de saberes ambientales.

Elaborar materiales didácticos, recursos educativos y objetos de aprendizaje en línea dirigidos a los diferentes niveles educativos. Realizar Cursos y Seminarios para fortalecer la capacitación y actualización en Educación Ambiental, contemplando situaciones diversas en el país.

APÊNDICE A-TERMO DE CONSENTIMENTO PARA ENTREVISTA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso não aceite fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que terá duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: As Diretrizes Curriculares Para a EA escolar na cidade de Rivera-Uruguai.

Pesquisador Responsável: Karen Cristina de Ávila.

Telefone para contato do pesquisador (a): (55) 99071794 / celular: 098533508

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS:

A pesquisa pretende investigar “As Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental Escolar na cidade de Rivera-Uruguai”. Para tal, caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, que tem como objetivo investigar nos documentos oficiais a existência de diretrizes curriculares para a Educação Ambiental no âmbito do ensino público escolar da cidade de Rivera. O objetivo deste projeto é verificar a existência de legislação e diretrizes para a Educação Ambiental no currículo de educação escolar. A coleta de dados será/serão da seguinte forma: por meio de entrevistas semiestruturadas com questionário com perguntas aberto, a serem realizadas a diretores e educadores de duas escolas, uma urbana e uma rural. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE OU DO(A) RESPONSÁVEL PELO(A)

PARTICIPANTE:

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo deste estudo. Fui informado(a) pelo(a) pesquisador(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada, esclareci minhas dúvidas e recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____ / _____ / _____.

Nome: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

APÊNDICE B- ENTREVISTA PROFESSOR-A

1) Como você define a Educação Ambiental?

A Educação Ambiental está relacionada com a sustentabilidade e tem que estar relacionada também com o ecossistema, com o homem e com os recursos naturais, ou seja, deve existir o vínculo entre seres humanos e seu entorno.

2) Que proposta você faria para a mudança do atual modelo econômico hegemônico? Justifique.

Para mudar o atual modelo econômico, tem que fazer que os grandes empresários se responsabilizem pela destruição do planeta, com políticas educativas que atendam estes problemas. Desde meu ponto de vista, a EA está atravessada por políticas públicas, ou seja, deve existir um marco político que tem que ser respeitado. E este deve servir de exemplo para chegar até alunos, deveria ser um caminho de ida e de volta, de baixo para cima e de cima para baixo, mas de forma coordenada com um marco político que respalde. Particularmente penso que temos que ser conscientes, mas essa consciência deveria partir dos que verdadeiramente destroem nosso meio ambiente. São eles que têm que ter consciência sobre o que está acontecendo no meio ambiente, e nós, como educadores, cooperar com estas ações.

3) Considera importante a incorporação da Educação Ambiental em todos os cursos, e nos diferentes níveis educativos que constituem o sistema de educação? Por quê?

Sim, muito importante. A EA deve ser abordada de forma transversal no Programa de Educação Escolar. Na minha escola trabalha-se a EA porque os educadores têm consciência da sua importância. A EA tem que estar presente em todos os níveis de educação desde o ensino fundamental até o ensino universitário.

4) Considera importante que a Educação Ambiental esteja presente no âmbito da educação formal e não normal?

Sim, muito importante. Penso que a EA no Uruguai é trabalhada mais na educação não formal, e com menos ênfase na educação formal. Na educação escolar se dá mais ênfase às áreas da matemática e linguagem. Desde meu ponto de vista, a EA deveria estar inserida em todas nossas atividades. Ou seja, nosso olhar como educadores deveria estar voltado a formar cidadãos conscientes de onde moram e de onde tiram o seu sustento (alimento) que é o que nos possibilita a vida. Toda esta problemática deve ser examinada com mais cuidado.

5) Que você diria a respeito da importância de que cada município promova uma ativa participação cidadã, na gestão ambiental do seu contexto?

É importante que cada município o pratique. Nossa cidade é um dos municípios que mais trabalha com a EA, mas ainda falta muito a ser realizado. Deveriam existir mais políticas públicas por parte dos nossos governantes a este respeito. Percebo a EA descontextualizada do nosso programa de educação.

6) Como você considera que deva ser abordada a Pedagogia da Educação Ambiental para evitar a visão fragmentada da realidade?

Para definir o que é Pedagogia da Educação Ambiental, temos que definir o que é pedagogia, educação e meio ambiente. São três terminologias diferentes que unidas formam um conceito. Temos que saber também o que é EA. Teríamos que estudar e buscar informação sobre o que é EA, assim como a formação de educadores nesta área, para poder aplicar teoria e prática juntas.

7) Em sua escola, realizam-se ações ou projetos que envolvam a Educação Ambiental e o contexto escolar? Que temas foram privilegiados? Que caminhos teórico-metodológicos foram escolhidos?

Sim, desde o ano 2010, leva-se a cabo projetos que envolvem a sociedade e o contexto escolar, como, por exemplo: Projeto sobre a revitalização da praça que faz parte do nosso contexto escolar; e Revitalizando com Arte por um planeta sustentável. Estes projetos vêm sendo realizados de forma conjunta entre escola, governo municipal e sociedade. Os caminhos metodológicos escolhidos foram baseados nas ideias de Paulo Freire, que é o autor que fundamenta nosso Programa de Educação Escolar. Desta forma, desde meu ponto de vista este autor é o que nos tem possibilitado perceber com clareza a postura que deve ter o educador e os seres humanos em forma geral. Sua teoria fala-nos sobre a importância da relação que deve existir entre a teoria e prática. Em sua pedagogia as pessoas precisam vivenciar, sentir para poder atuar. Penso que cabe como papel ao educador fazer com que as sintam, percebam, saibam o porquê e para que e o como as coisas aconteçam, não se esquecendo de aplicar a teoria e prática.

8) Como vê a possibilidade de que seja elaborado um Programa de Educação Ambiental que contemple a característica de cada região?

Vejo muito favorável, pois no município de Rivera, já se estão implementando políticas educativas entre dois países (Uruguai-Brasil), e entre duas cidades Rivera e Santana do Livramento/RS com um programa Binacional entre fronteiras por sua característica de fronteira seca, que nos permite transitar em ambas as cidades.

9) Vê a importância de que o currículo escolar esteja em sintonia com a realidade social, econômica, política, e local, de cada região? Por quê?

Sim, o Currículo tem que estar de acordo com a realidade social. Ou seja, para que o currículo seja eficaz, tem que estar em sintonia o social, o político, o econômico, o local e o regional. Não podemos, por exemplo, trabalhar com nossas crianças temas descontextualizado da sua região, ou seja, temos que abordar temáticas que envolvam esta região, como, por exemplo, a florestação, próprio do nosso meio. Claro que com isto não quero dizer que as crianças possam conhecer outras realidades, mas temos de situá-las nesta realidade do seu contexto.

10) Concorda com uma educação escolar, fundamentada numa educação como práxis libertadora? Justifique.

Sim, estou de acordo que se tenha uma educação com base na prática libertadora, entendida como a que nos diz Paulo Freire, no respeito aos outros seres humanos. Pois a liberdade deve ser entendida desde o ponto de vista da libertinagem, que posso fazer o que quero, mas sim fazer o que posso, até onde me permite minhas condições de ser humano, mas sempre respeitando os outros. Essa para mim deve ser a prática da liberdade, o compartilhar com o outro nossas aprendizagens, nossos saberes. O ir e vir, respeitar o pensamento do outro, e construir juntos.

11) Percebe a gratuidade da escola como um poderoso instrumento na prática da igualdade democrática? Justifique.

Antigamente a escola podia ser denominada gratuita, mas no momento atual, fica-me a dúvida de que ela seja gratuita. Pois no presente momento temos um modelo econômico capitalista, onde, além da escola pública, temos a privada, e nesta o aluno passa a ser um cliente, e nela assistem os alunos que têm um poder econômico melhor; já na escola pública vão os alunos que não podem pagar. Parece-me que a gratuidade deveria ser ofertada para todos. Mas na sociedade atual quem tem mais oportunidades é o que tem mais. A escola privada oferece aos alunos outras vantagens que a escola pública não tem. Estamos longe de uma escola pública de qualidade e que contemple todas as necessidades dos alunos. Como educadora me questiono a gratuidade da educação uruguaia.

12) Que conceitos você considera importante para a formação integral do homem?

Aprender a conviver, a compartilhar, a ser solidário com outros seres humanos e consigo mesmo, crescer juntos, ajudar o outro quando necessário, a ensinar a cooperação, ensinar

de que nem tudo se compra, de que as coisas podem ser vistas de outra maneira. No âmbito da educação, ensinar a ser solidário

13) Considera fundamental que seja construído um modelo de educação fundamentado nos princípios da solidariedade, cooperação versus competitividade? Justifique.

Um modelo de educação com os princípios de solidariedade, cooperação, particularmente é que temos que lutar para todos. A competição não pode ser vista como um ganho, ou como vantagem de chegar antes que o outro. Podemos competir, mas não com o sentido de querer chegar antes que o outro. Podemos fazer uma competição não com o sentido de ser melhor que os outros. Sou competente quando sou capaz de resolver as situações da minha vida sem esquecer-me de ser solidário com o outro. Ao pensar somente em mim, torno-me egoísta.

14) Considera que a educação deve estar fundamentada na relação dialógica e dialética entre educador educando/educando educador. Justifique.

O diálogo é fundamental, mas meu ponto de vista não pode ultrapassar o ponto de vista do outro. Ou seja, temos que chegar a um acordo a um consenso. Cada um tem que fundamentar, argumentar o que fala. Desde meu ponto de vista o dialogo deve estar presente também no núcleo familiar, nos centros educativos, na vida, na rua, e principalmente nos governos.

15) Existe um PPP na sua escola? Em sua prática de ensino, tem em conta o Projeto Político Pedagógico Institucional da sua escola? Como?

No Uruguai existem políticas pedagógicas baseadas na Lei de Educação 18.437 com um projeto pedagógico para o quinquênio 2010 a 2015, este é o marco normativo que rege a educação. No momento atual já temos o Programa ENIA (2010 a 2030) e são estas as normas que regem nossa educação. Para se trabalhar a parte pedagógica, tem que se ter em conta estas políticas educativas.

16) As Diretrizes para a Educação Ambiental foram discutidas na sua escola? Como foram ou estão sendo aplicadas? Você leu por conta própria essas diretrizes? Como as está aplicando na sua tarefa docente?

As Diretrizes para a Educação Ambiental não foram discutidas na sua escola, e não estão sendo aplicadas na prática docente, por falta de conhecimento.

APÊNDICE C-ENTREVISTA PROFESSOR-B

1) Como você define a Educação Ambiental?

A Educação Ambiental é um processo de aprendizagem dirigido a toda a população com a finalidade de motivar a sensibilização como forma de lograr uma conduta favorável ao cuidado do meio ambiente, promovendo a participação de todos na solução dos problemas ambientais que se apresentam. O estado, quando formula as leis e regulamentos que tenham haver com a Educação Ambiental, a proteção do ambiente e seu uso racionalizado. Quando derivam orçamentos para a implantação de programas e projetos de Educação Ambiental, e quando estabelecem mecanismos de cooperação técnica com governos estrangeiros e programas de Educação Ambiental a nível nacional e regional. A comunidade também pode, quando desenvolve e participa ativamente nos programas de Educação Ambiental como parte das atividades realizadas nos bairros ou centros urbanos, clubes, organização comunitária, trabalho e outros. Quando solicita ajuda às instituições competentes, por exemplo, com o Ministério do Meio Ambiente e dos recursos renováveis, em parques e outros com a finalidade de implantar programas de Educação Ambiental para a comunidade. O indivíduo também pode, conhecendo a problemática local, nacional e mundial. Buscando formas de proteção do ambiente, começando na família, com o uso adequado da água, cuidando as plantas, os animais, evitando a poluição sonora e buscando não jogar o lixo na rua e nos rios.

2) Que proposta você faria para a mudança do atual modelo econômico hegemônico? Justifique.

Percebo que tem se usado mais recursos dos que a biosfera é capaz de recolocar; desta forma estamos chegando ao extermínio dos recursos naturais e com eles a destruição do ecossistema de tal forma que rompe com o equilíbrio entre os seres humanos e seu entorno. Existe uma preocupação frente a estes fatos, e se tem realizado algumas ações e caminhos para reverter tais situações, porém ainda faltam caminhos a percorrer. Percebo que um novo paradigma de educação baseado num modelo construtivista que valorize as culturas originais e enfatize a consciência ambiental, é de fundamental importância como forma de conquistar mudanças em nosso planeta, sobretudo para mudar os processos que favorecem a crise ambiental atual que está colocando em risco a existência da espécie humana. Sobre esta fundamentação devem trabalhar os governos dos países em desenvolvimento, mas estas mudanças não podem acontecer de cima para baixo; elas devem partir do interior de cada pessoa e compartilhar com as outras pessoas seus conhecimentos, sua vontade e iniciativas

para criar processos de diálogos interculturais que levem a um verdadeiro desenvolvimento sustentável.

3) Considera importante a incorporação da Educação Ambiental em todos os cursos, e nos diferentes níveis educativos que constituem o sistema de educação? Por quê?

A necessidade de que seja revertida esta situação, partindo da responsabilidade de ser realizada desde nosso quefazer educativo com crianças desde a idade inicial, sensibilizando-os frente a tais problemas e estimulando-os a que pratiquem o uso racional e adequado dos recursos que nos são fornecidos pela natureza, para conseguir um desenvolvimento sustentável que garantam a vida das gerações futuras. Enfatizar uma Educação Ambiental que tenha, que informe e prepare os seres humanos para desenvolver atitudes práticas que melhorem a qualidade de vida. A necessidade que em todos os âmbitos e níveis de educação seja realizada a conscientização quanto à preservação e conservação do meio ambiente.

4) Considera importante que a Educação Ambiental esteja presente no âmbito da educação formal e não formal?

Sim, em todos os cursos e níveis de ensino, ela deve estar presente na Educação formal e não formal.

5) Que você diria a respeito da importância de que cada município promova uma ativa participação cidadã, na gestão ambiental do seu contexto?

É necessário e importante que todos, estejam inseridos e que se receba aportes e apoio de toda a comunidade. Se somarmos esforços entre todos será mais fácil de atingir as metas desejadas. É essencial que os projetos sejam levados a cabo para evitar alternativas de comissões infrutíferas.

6) Como você considera que deva ser abordada a Pedagogia da Educação Ambiental para evitar a visão fragmentada da realidade?

O aluno deve ser motivado a ser sujeito pensante, crítico, analítico, capaz de ser protagonista do seu próprio processo de educação. Mas temos, como educadores, de guiá-lo para que possa converter a informação recebida em conhecimentos significativos, para poder atuar em seu meio e transformar sua realidade. É preciso uma mudança de paradigma no sistema de educação para propiciar um processo de educação holístico. Um modelo de aprendizagem construtivista requer um entorno de harmonia, confiança, e vinculação comunitária que favoreça o processo de aprendizagem de forma cooperativa. Considero como elementos fundamentais para a educação: aprender a conhecer, aprender a viver juntos, aprender a fazer e aprender a ser. São conceitos básicos na busca de uma educação que sirva

para a vida e esta para a comunidade. A educação deve contribuir para a espiritualidade. Todos os seres humanos devem estar dotados de um pensamento autônomo e crítico que lhes permita a elaboração de seus próprios benefícios, para poder determinarem como atuar nas diferentes circunstâncias da vida.

7) Em sua escola, realizam-se ações ou projetos que envolvam a Educação Ambiental e o contexto escolar? Que temas foram privilegiados? Que caminhos teórico-metodológicos foram escolhidos?

Nossa escola está sempre inserida a projetos que visem à conservação e proteção do meio ambiente. Desde 2012 vem sendo trabalhado, na nossa escola, com o dengue, o reciclado de materiais para confeccionar trabalhos manuais, a classificação do lixo, e poluição sonora.

8) Como vê a possibilidade de que seja elaborado um Programa de Educação Ambiental que contemple a característica de cada região?

Tudo o que realizamos deve ser contextualizado com nosso contexto. Não podemos abordar uma temática ou um problema fora do contexto, ou seja, descontextualizado da realidade. Nosso currículo escolar é flexível e aberto, permitindo-nos adaptá-lo as necessidades e expectativas do seu contexto.

9) Vê a importância de que o currículo escolar esteja em sintonia com a realidade social, econômica, política, e local, de cada região? Por quê?

Sim, tudo o que realizamos deve estar contextualizado com o nosso contexto. Não podemos abordar um tema ou um problema fora do contexto, ou seja, descontextualizado da realidade. Nosso currículo escolar é flexível e aberto, permitindo-nos adaptá-lo às necessidades e expectativas de cada contexto.

10) Concorda com uma educação escolar, fundamentada numa educação como práxis libertadora? Justifique.

Sim, estou de acordo, pois penso que a educação é um processo dinâmico que parte dos sujeitos, portanto é um produto da práxis. Não é somente reflexão, e também uma atividade realizada através da relação humana. Na pedagogia da Liberdade, o educador não é aquele que transmite a realidade, existe a interação entre educador-educando. O conhecer é a interação dos conhecimentos já obtidos, com a apropriação de novos conhecimentos.

11) Percebe a gratuidade da escola como um poderoso instrumento na prática da igualdade democrática? Justifique.

A gratuidade está associada ao valor fundamental da educação como forma de nivelamento social, e igualdade de oportunidade para todos. Por exemplo, José Pedro Varela salientou a gratuidade da escola como o mais poderoso instrumento da prática da igualdade democrática. Desde meu ponto de vista, o valor da democracia, é o valor da igualdade têm como condição a necessidade de uma escola gratuita para todas as pessoas. A educação é um serviço público como, por exemplo, é a justiça e outros.

12) Que conceitos você considera importante para a formação integral do homem.

A educação integral, na sua plenitude, requer condições sociais que permitem a satisfação das necessidades dos seres humanos como: a saúde, alimentação, moradia, segurança; se não existirem estas condições, a educação não pode ser considerada em sua plenitude.

13) Considera fundamental que seja construído um modelo de educação fundamentado nos princípios da solidariedade, cooperação versus competitividade? Justifique.

Hoje estamos vivenciando uma mudança de paradigma, cujo eixo está sendo mudado da competição para a cooperação. A cooperação deve ser considerada como uma poderosa peça capaz de inspirar novos modos de desenvolvimento e de convivência como um bem para todos.

14) Considera que a educação deve estar fundamentada na relação dialógica e dialética entre educador educando/educando educador? Justifique.

Considero que a relação que deve existir entre educador, educando e comunidade é de fundamental importância no âmbito da educação, já que fixa, de uma forma e de outra, aspectos relevantes na característica da educação. O educador deve procurar por todos os meios existentes e possíveis uma relação de qualidade com seus alunos. Mas para conseguir isto, é necessário que exista um trabalho conjunto entre eles e deles com a comunidade. Os fatores econômicos, sociais, culturais e religiosos, entre outros, devem estar presentes na educação e na relação entre educando e educador. Desde meu ponto de vista considero que todos estes fatores facilitam o processo de comunicação, fazendo-se mais significativa tanto para educadores, como para alunos, e assim a relação entre educador, educando e comunidade leve-se a cabo com êxito.

15) Existe um PPP na sua escola? Em sua prática de ensino, tem em conta o Projeto Político Pedagógico Institucional da sua escola? Como?

Na nossa Escola temos um Projeto Institucional, e nele nos baseamos para realizar os projetos e atividades pedagógicas.

16) As Diretrizes para a Educação Ambiental foram discutidas na sua escola? Como foram ou estão sendo aplicadas? Você leu por conta própria essas diretrizes? Como as está aplicando na sua tarefa docente?

As diretrizes curriculares são tiradas diretamente do Programa de Educação Escolar. Por meio de palestras e experiências significativas. Com o apoio da UDELAR (Universidade da República do Uruguai) com o projeto “Flor del Ceibo”, no qual realizam com nossa escola oficinas com professores e alunos nos diferentes níveis, sobre temas que abrange a EA.

APÊNDICE D- ENTREVISTA PROFESSOR- C

1) Como você define a Educação Ambiental?

A Educação Ambiental está relacionada com uma perspectiva ética vinculada principalmente com a formação do cidadão, ou seja, um cidadão crítico e participativo quanto às questões ambientais do seu meio. Desde meu ponto de vista considero que a Educação Ambiental tem que ter como objeto, desenvolver o ser humano desde seu ponto de vista crítico e reflexivo para que possa questionar e atuar em seu meio.

2) Que proposta você faria para a mudança do atual modelo econômico hegemônico? Justifique.

Desde meu ponto de vista penso que a Educação Ambiental não pode ficar resumida somente à questão política; ela tem que ter em conta o ponto de vista econômico, assim o governo deve propiciar ações voltadas ao meio ambiente.

3) Considera importante a incorporação da Educação Ambiental em todos os cursos, e nos diferentes níveis educativos que constituem o sistema de educação? Por quê?

Desde meu ponto de vista considero muito importante que a Educação Ambiental seja abordada em todos os níveis da educação, pois temos que aprender a cuidar e preservar o meio ambiente. Temos que formar o humano como um ser consciente do meio onde vive, ou seja, tem que ser consciente dos problemas que o rodeiam para poder atuar e tomar direções a respeito.

4) Considera importante que a Educação Ambiental esteja presente no âmbito da educação formal e não formal?

Sim, é importante que as crianças na escola aprendam a cuidar o meio ambiente. Penso que essa conscientização não compete somente à escola, tem que ir além. O ambiente é responsabilidade de todos, e como educadores temos que ensinar as crianças cuidar do seu entorno, mas não podemos esquecer que esta não acaba na escola, ela deve ser abrangente a outros níveis da educação. Se desejarmos fazer alguma coisa pelo meio ambiente, é importante que este se dê na educação formal e não formal. Assim, a educação ambiental não pode ficar resumida ao centro escolar. Ela deve abranger também a família, a comunidade. Também considero importante que quando falarmos de educação ambiental tem que se ter em conta as atitudes, os valores, as ações, que não as adquirimos somente na escola, mas sim no percurso da nossa vida.

5) Que você diria a respeito da importância de que cada município promova uma ativa participação cidadã, na gestão ambiental do seu contexto?

Deve existir apoio do governo tanto estadual e municipal no processo da Educação Ambiental. Deve existir uma política ambiental como forma de conscientizar as pessoas, e a comunidade como um todo.

6) Como você considera que deva ser abordada a Pedagogia da Educação Ambiental para evitar a visão fragmentada da realidade?

Temos que ter em conta que os problemas ambientais não se reduzem a casos isolados, ou seja, temos que abordar a Educação Ambiental em sua totalidade. Não podemos tratá-la de forma fragmentada, por partes. Quando ensinamos a Educação Ambiental na escola, temos que partir de um problema e ver sua origem, como surgiu, suas consequências. Assim estaremos abordando a Educação Ambiental não de forma fragmentada, mas sim em sua totalidade.

7) Em sua escola, realizam-se ações ou projetos que envolvam a Educação Ambiental e o contexto escolar? Que temas foram privilegiados? Que caminho teórico- metodológicos foram escolhidos?

Em nossa escola são abordados temas que têm a ver com nosso contexto escolar, e leva-se a cabo projetos de Educação Ambiental que abordam as seguintes temáticas: áreas protegidas, ecossistema, água.

8) Como vê a possibilidade de que seja elaborado um Programa de Educação Ambiental que contemple a característica de cada região?

Em nível de educação escolar nacional, temos o currículo de educação escolar onde a Educação Ambiental está inserida de forma transversal, e a nível regional tem que existir um programa de Educação Ambiental que contemple as características de cada região. Ou seja, realizar ações e projetos em que sejam contemplados temas pertinentes a cada região.

9) Vê a importância de que o currículo escolar esteja em sintonia com a realidade social, econômica, política, e local, de cada região? Por quê?

Sim, é importante porque a Educação Ambiental tenha em conta a realidade social, política e econômica de cada região. Assim, as crianças têm que ter certas atitudes frente ao seu meio.

10) Concorda com uma educação escolar, fundamentada numa educação como práxis libertadora? Justifique.

A educação tem que ser transformadora, e como práxis libertadora deve situar-se como um ato político, onde os seres humanos tenham que emergir da sua ignorância para poder interagir no seu meio, buscando formas alternativas para conseguir uma mudança social. O homem deve conhecer sua cultura para poder transformar a realidade social em que vive. Uma educação libertadora faz com que os seres humanos sejam mais humanos e lutem por uma sociedade mais justa, e que tenha a possibilidade de escolher que ações são as mais adequadas, e que valores tem que permanecer.

11) Percebe a gratuidade da escola como um poderoso instrumento na prática da igualdade democrática? Justifique.

Parece-me que a gratuidade da educação é uma característica democrática. Ou seja, quando se enfatiza uma educação gratuita, quer dizer que esta nos favorece o acesso à educação e essa gratuidade nos faz igual. No Uruguai um dos princípios de Varela é a gratuidade do ensino.

12) Que conceitos você considera importante para a formação integral do homem.

A autonomia, mas a autonomia de poder decidir, de poder escolher e poder atuar frente a ações criticamente, e com compromisso ético pelas tarefas realizadas. A liberdade, integridade, e solidariedade são fundamentais para o desenvolvimento cidadão.

13) Considera fundamental que seja construído um modelo de educação fundamentado nos princípios da solidariedade, cooperação versus competitividade? Justifique.

Desde meu ponto de vista a competitividade é uma característica da época atual. A competitividade é a características do ser humano que quer sempre o melhor frente a outros seres humanos, quer ser sempre o primeiro. A solidariedade trata o compartilhar com o outro. Percebo que nos tempos de hoje é difícil termos ações solidárias; mas não quero dizer com isto que não se possa praticar a mesma na escola. E a competitividade poderia ser vista não como competência de ganhos, mas sim pode ser vista como aquele colega que, ao ter outros conhecimentos, ajuda o outro.

14) Considera que a educação deve estar fundamentada na relação dialógica e dialética entre educador-educando/educando-educador? Justifique.

Deve existir uma relação de diálogo entre educador e educando. O educador tem que conhecer o aluno, suas características, suas fortalezas, debilidades, interesses. Deve conhecer o aluno para ajudá-lo, e o aluno deve ter confiança no educador para que aconteça o intercâmbio entre educador-educando/educando-educador, e nessa relação ambos aprendem.

15) Existe um PPP na sua escola? Em sua prática de ensino, tem em conta o Projeto Político Pedagógico Institucional da sua escola? Como?

Temos na escola um Projeto Pedagógico Institucional que serve de base para a constituição de outros projetos. O mesmo surge de um problema e, a partir deste, é que surgem os outros projetos a serem realizados na escola.

16) As Diretrizes para a Educação Ambiental foram discutidas na sua escola? Como foram ou estão sendo aplicadas? Você leu por conta própria essas diretrizes? Como as está aplicando na sua tarefa docente?

Em nosso Programa de Educação Escolar a Educação Ambiental está contemplada. Nossa escola leva a cabo um projeto intermunicipal com três municípios: Rivera, Salto e Tacuarembó, intitulado “Quebradas del Norte”. Aos municípios compete a elaboração do cronograma das ações e das atividades a serem realizadas durante todo o ano. A temática é trabalhada de forma conjunta tendo em conta a problemática regional.

APÊNDICE E- ENTREVISTA PROFESSOR-D

1) Como você define a Educação Ambiental?

A Educação Ambiental tem por objetivo conscientizar as pessoas, crianças, jovens e adultos, de que todos fazem parte do meio ambiente, e de que o meio ambiente faz parte da nossa vida, por tanto somos os co-construtores desse ambiente. Assim a educação tem por objetivo fundamental a transformação do ambiente, bem como fazê-lo melhor para nossa vida.

2) Que proposta você faria para a mudança do atual modelo econômico hegemônico? Justifique.

Acredito que deveria haver uma mudança pessoal, pois sob meu ponto de vista as mudanças do sistema se dão através de uma mudança pessoal. Mas o que acontece de forma geral com as pessoas é que, a grande maioria está impregnada de uma hipocrisia muito grande, diz e faz coisas que não deveriam ser ditas e nem realizadas e, o que realmente são feitas não são ditas. Acredito que cada um de nós deveria exigir dos nossos representantes mais sinceridade. Pois, o que mais nos preocupa não é o grito dos violentos e corruptos, nem dos desonestos, o que mais nos preocupa é o silêncio dos inocentes. E quando falamos em Educação Ambiental, não estamos falando somente no âmbito físico, temos que ter em conta o ambiente emocional, social que nos rodeia.

Uma das coisas que está faltando na humanidade é a sinceridade e escutar ao outro. Mas para poder mudar o sistema atual, vejo a necessidade primeiramente de uma mudança pessoal.

3) Considera importante a incorporação da Educação Ambiental em todos os cursos, e nos diferentes níveis educativos que constituem o sistema de educação? Por quê?

Penso que sim, pois no caso da nossa cidade, que sofre dia a dia com a desorganização no âmbito social, percebo a necessidade de incorporar a Educação Ambiental em todos os âmbitos, no social, cultural, no meu ponto de vista o ambiente deveria ser incorporado pela arte, mas os interesses econômicos desta região fazem com que algumas coisas tenham prioridade frente a outras.

4) Considera importante que a Educação Ambiental esteja presente no âmbito da educação formal e não formal?

Sim, penso que a educação formal deveria apropriar-se da educação não formal. Porque hoje a educação formal está esquematizada de tal forma, que nos leva a crer que o que o não é formal não é válido. Minha experiência como educador leva-me a pensar no grande

valor que possui a educação não formal. Penso também que na educação não formal se fazem mais coisas que na educação formal. Do meu ponto de vista pensa que seria muito positivo que a educação formal se deixasse impregnar pela educação não formal, pois acredito na importância destes dois âmbitos da educação.

5) Que você diria a respeito da importância de que cada município promova uma ativa participação cidadã, na gestão ambiental do seu contexto?

Percebo que é fundamental independente de qualquer posição política, que se promova uma ativa participação cidadã na gestão ambiental do contexto. Vivo numa cidade onde as políticas ambientais têm crescido muito. Hoje temos políticas ambientais voltadas a reciclagem do lixo, mas seria necessário que todos os âmbitos sociais, culturais e educacionais estivessem inseridos nos projetos municipais proporcionados pelo DEMA da nossa cidade e, seria necessário destinar mais tempo para estas ações. Deveriam por exemplo usar os meios de comunicação da cidade como forma de divulgar as ações que são ofertadas não somente em relação à reciclagem, mas também na propagação e incentivo, por exemplo, das hortas comunitárias. Pois temos muitas ações que estão sendo realizadas entre o município e comunidade local que não estão sendo divulgadas. Seria fundamental também a inserção das escolas nestes projetos.

6) Como você considera que deva ser abordada a Pedagogia da Educação Ambiental para evitar a visão fragmentada da realidade?

Penso que a Educação Ambiental se dá na vivência, na prática e não na teoria. Coloco como um exemplo positivo, algumas ações que se realizam no Brasil quanto à questão ambiental. Penso que a Educação Ambiental tem que ser vivencial e comunitária; ou seja, vivenciada em um determinado espaço em que cada pessoa possa discernir o que é bom ou não, e que cada um seja participe desse processo. Neste sentido a Educação Ambiental tem que se fazer participe a todas as pessoas, pois hoje temos mais direitos que deveres e responsabilidades. Penso que a Educação Ambiental deveria conscientizar as pessoas das suas responsabilidades como cidadãos para com o meio ambiente que os rodeia e fazê-lo responsável e comprometido com o mesmo.

7) Em sua escola, realizam-se ações ou projetos que envolvam a Educação Ambiental e o contexto escolar? Que temas foram privilegiados? Que caminhos teórico-metodológicos foram escolhidos?

Penso que a Educação Ambiental deve estar inserida em todos os âmbitos da escola. Em nossa escola, por exemplo, a EA é inserida em todas as ações realizadas na mesma.

8) Como vê a possibilidade de que seja elaborado um Programa de Educação Ambiental que contemple as características de cada região?

Sim, a Educação Ambiental deve levar em conta a característica de cada região. Por exemplo, em nossa região, destaca-se como relevante o Aquífero Guarani e, para tal deve-se priorizar o estudo da água, valorando a riqueza e patrimônio público deste contexto. Além da água deveriam ser trabalhados também temas como a poluição sonora, atmosférica, e o aumento da pobreza nos cinturões da cidade, devido ao crescimento econômico de alguns setores comerciais da cidade. Do meu ponto de vista deveriam existir políticas públicas que visem o desenvolvimento social e a erradicação da pobreza deste município.

9) Percebe a importância de que o currículo escolar esteja em sintonia com a realidade social, econômica, política, e local, de cada região? Por quê?

Sim, deve estar contextualizado, e para tal a Educação Ambiental deveria estar em estreita relação com a educação não formal. Como educador penso que temos que estar abertos a outras experiências, conviver com a comunidade é importante para sair da educação formal para lecioná-la com a comunidade local.

10) Concorda com uma educação escolar, fundamentada numa educação como práxis libertadora?

Penso que tem que ser praticada como tal, ou seja, o dizer e fazer devem estar juntos, é de primordial importância a relação com o outro. A educação libertadora começa por nós, e de como nos relacionamos com os outros. Particularmente penso que nosso sistema de educação é totalmente oposto e não possui uma educação libertadora. Por exemplo, quando observamos em nosso Programa de Educação Escolar que ressalva-se a educação como práxis libertadora, mas não da forma como está estruturada em nosso sistema. Penso que da forma como esta estruturada é mais provável que a práxis libertadora se de na educação não formal, que na formal, sobretudo pela forma piramidal e hierárquica na qual está estruturado nosso sistema de educação, em vez de libertar-nos leva a uma prisão.

11) Percebe a gratuidade da escola como um poderoso instrumento na prática da igualdade democrática?

Sim, na gratuidade e igualdade deve estar presente a responsabilidade. E a obrigatoriedade deve estar somada ao fator responsabilidade.

12) Que conceitos você considera importante para a formação integral do homem?

Considero a responsabilidade, o amor, a sinceridade, a solidariedade como conceitos fundamentais na formação integral do homem, mas dentro desta deve estar o respeito ao

outro, neste sentido todos somos necessários nesta relação. Mas lamentavelmente a mercantilização das coisas tem levado o ser humano a sentir-se superior aos outros seres pelos bens materiais, e desta forma tem gerado a competência e degradação dos seres humanos. Sendo assim temos que criar relações de convivência com os outros seres, pois muitas vezes aprendemos mais com nossas vivências e experiências pessoais, de que com as ações estruturadas dos modelos de educação formal. Neste sentido percebo a importância de construir uma relação estreita com o outro, e seria fundamental tornar as pessoas mais humanas, assim como seu amor ao outro.

13) Considera fundamental que seja construído um modelo de educação fundamentado nos princípios da solidariedade, cooperação versus competitividade?

Sim, penso que este tem sido imposto nos diferentes níveis dos sistemas atuais, no econômico, cultural, social. Muitas vezes no âmbito educacional, por exemplo, nos é dito que temos que capacitar nossos alunos para o trabalho, mas questiono-me: Para que trabalho? Para aquele onde eles não vão ser objeto do trabalho? Penso que não nos podemos subordinar ao consumismo. As maiorias das pessoas na atualidade direcionam sua vida ao ter e não ao ser. Acredito numa sociedade que vise à solidariedade com o outro e não a competitividade.

14) Considera que a educação deve estar fundamentada na relação dialógica e dialética entre educador-educando/educando-educador?

Essa relação dialética implica o fazer pensar ao outro. Do meu ponto de vista cada pessoa tem que ser consciente das suas possibilidades e limitações. O fazer pensar e como construir a relação dialética. A construção dialética não se constrói a partir da minha imposição ao outro, das coisas que ele tem que fazer, mas sim de quando o outro me diz o que eu também tenho que fazer. Ou seja, quando existe uma relação mútua entre os pares, e quando nessa relação ambos nos damos conta do que estamos fazendo. Não passa por uma relação imposta ao outro, mas sim numa relação que permita ao outro pensar, posicionar-se, mas para isto eu tenho que dar as ferramentas para que o outro possa realizar. A grandeza está quando reconhecemos o que aprendemos na relação com o outro.

15) Existe um PPP na sua escola? Em sua prática de ensino, tem em conta o Projeto Político Pedagógico Institucional da sua escola? Como?

Poderia dizer que nosso Projeto Pedagógico Institucional surge primeiro como uma imposição do sistema de que cada centro escolar tem que ter seu projeto de centro. Mas particularmente, nossa escola leva a sério um projeto para trabalhar com as dificuldades de aprendizagem apresentadas por nossos alunos, e a partir dele foram construídas pelos

educadores da escola, as ações para trabalhar as dificuldades apresentadas no âmbito geral da escola.

16) As Diretrizes para a Educação Ambiental foram discutidas na sua escola? Como foram ou estão sendo aplicadas? Você leu por conta própria essas diretrizes? Como as está aplicando na sua tarefa docente?

As diretrizes que conheço são as que trabalhamos no Programa de Educação escolar; nas áreas das ciências naturais e sociais, e em algumas atividades relacionadas especificamente ao âmbito da nossa escola.